Fernando Henrique

Benedito Marcílio

Lisâneas Maciel

Freitas Nobre

Américo Copetti

Adelmo Oliveira

Alberto Goldman

Airton Soares

Entrevistas - os parlamentares respondem:

O que é preciso mudar no MDB ?

Págs. 6 e 7

Melê político no futebol baiano

Pág. 12

EM TEMPO:
SEMANÁRIO NACIONAL — Cr$ 15,00 — ANO II — Nº 50 — DE 8 A 14 DE FEVEREIRO

COM UEKI NA PETROBRÁS, NINGUÉM AGUENTA MAIS!

Continuam aumentando as reações à tentativa de atirar a Petrobrás na empresa privada. Agora, os trabalhadores da refinaria de Paulínea prometeram usar uma tarja preta no braço, em sinal de luto e protesto pela ida do ministro Sigheaki Ueki, das Minas e Energia, para a direção da Petrobrás.

Pág.

Ricardo Giraldez/Central Foto Jornalismo

Oposição Bancária faturou o pelego

(Pág. 5)

1900: do fascimo à conciliação nacional.

Pág. 4

Jeus. Carlos/central foto-jornalismo

Cheiro de greve em São Bernardo

(Pág. 3)

Idas e vindas de Teng Hsiao-ping

(Pág. 9)

Tomas Vasconi, em entrevista.

(Pág. 11)

Antonio Magalhães

Sucessão de Figueiredo já começou!

(Pág. 12)

Professores paulistas enfrentam pelegos e demissões

Manobra rasteira realizou a atual diretoria pelega do Sindicato dos Professores da Rede Particular de São Paulo (SINPRO): fez a assembléia salarial «na moita»! Com efeito, somente alguns poucos — e certamente escolhidos — tomaram conhecimento da realização da reunião na noite do dia 11 de janeiro, sendo para isso usado um velho expediente dos escolados no peleguismo: publicaram o edital com apenas três dias de antecedência e em jornal de pequena circulação.

O resultado da assembléia foi a decisão — em nome da categoria — de reivindicar «um certo percentual» acima dos 43% estabelecidos pelo governo, porém sem definir esse percentual. Essa manobra permite que a diretoria negocie à vontade, sem correr o risco de ter que convocar uma nova assembléia. O máximo é que constava do programa dos pelegos, quando da realização das últimas eleições, a «realização de assembléias com a presença maciça dos associados».

Depois desse golpe dos pelegos, os professores defrontam-se agora com outro grave problema: as demissões em massa verificadas nas últimas semanas em várias escolas.

Em reunião realizada no dia 3 de fevereiro, pelo movimento de oposição sindical, foram denunciadas cerca de 300 demissões na rede particular. Os principais motivos: 1º) muitos destes professores eram os que mais se batiam pelo cumprimento da legislação trabalhista em seus empregos — como pontualidade no pagamento de salários e registro em carteira do salário efetivo. 2º) discordância pelos patrões das propostas pedagógicas dos professores e de sua participação nas decisões da escola; 3º) participação dos professores na mobilização geral da categoria em 1978; 4º) o interesse puro e simples em aumentar os seus lucros contratando novos professores a salários menores, a típica rotatividade da mão-de-obra propiciada pela existência do Fundo de Garantia.

Na reunião foi denunciada a situação de outra parcela da categoria: 3000 professores da rede municipal de ensino — funcionários da prefeitura — ainda estavam afastados a poucos dias do início das aulas, sem nenhuma garantia ou explicação, aguardando promessa do secretário da Educação para serem nomeados.

Como resultado do encontro ficou marcada para o dia 9 de fevereiro, uma concentração na sede do Sindicato, para exigir de sua diretoria uma definição explícita em relação à defesa dos professores demitidos, estando convocada toda a categoria. A noite haverá discussão para o encaminhamento posterior desta luta, no Curso Politécnico.

Favelados se organizam e brigam por água e luz

Os favelados que moram em terrenos municpais do Butantã zona sul da cidade de São Paulo, estão se organizando para reivindicar luz. Lá existem mais de 50 favelas, somando cerca de 50 mil pessoas distribuidas em mais de 10 mil barracos. E, a maioria delas sem as míminas condições de infra estrutura e sem saneamento básico (água, esgoto, coleta de lixo, etc).

Cansados de ir à regional da Prefeitura, sozinhos ou em grupos, para pedir luz e água, moradores de várias favelas resolveram se unir para conseguirem melhorias em sua condições de vida, a começar pela instalação de luz, já que a SABESP tem se recusado a instalar água sem a existência de luz, e por sua vez, a LIGHT não fornece luz para favelas em terreno da Prefeitura sem a autorização do prefeito.

Dia 27 mais de 400 pessoas vindas das favelas de São Domingos, Sapé, Vila Dalva, Arpoador, Jardim Ester, São Remo, Educandário, João [illegible], Jardim Bonfiglioli, [illegible]n D'Abril, Água Podre, [illegible] Pequeno e do Jardim [illegible]abará, fizeram uma [illegible]nião no bairro do Rio [illegible]equeno.

Um dos pontos centrais da reunião foi a denúncia do problema da sub locação são luz. Aqueles que procuram esse tipo de fornecimento são obrigados a pagar taxas que vão de 150 a 200,00 mensais aos donos da luz (favelados ou não) que possuem às vezes verdadeiras «redes de distribuição», somando 20 a trinta ligações. Taxas bem extorsivas, se levarmos em conta que os barracos não contam com chuveiros elétricos, geladeiras e outros eletrodomésticos.

Algumas favelas já se organizaram em torno de «Uniões», como as de Vila São Remo e a favela do Sapé.

No final da reunião os favelados do Butantã resolveram levar suas reivindicações diretamente ao Prefeito de São Paulo no dia oito de fevereiro, em ônibus até a Prefeitura, e, justificam a decisão: «Nós não podemos mais esperar respostas, cada favela tem um representante, e estes representantes vão organizar o que podemos fazer, e, nós podemos alugar um ônibus e fazer uma excursão, atrás da luz, é a reposta tem que que ser sim, e se for não, nós vamos lá de novo e vamos fazer a mesma coisa pela água».

Estamos no governo?

O líder sindical autêntico Lula, tem demonstrado possuir um predicado raro entre nós, a autocrítica. Ele percorreu o labirinto do apoliticismo até a atual proposta do Partido dos Trabalhadores, pronunciando-se sempre publicamente e refazendo conceitos anteriores com muita naturalidade. Parece que brevemente ele terá que reformular mais uma de suas idéias.

Nessa semana ele veio a público elogiar a escolha de Sebastião de Paula Coelho para Secretário do Trabalho pelo governador imposto de São Paulo Salim Maluf, baseado no curriculum do referido advogado, antigo militante dos tribunais trabalhistas e advogado do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo (gestão Joaquinzão). O que fará pela classe trabalhadora o referido dr. Coelho?

A resposta deverá vir brevemente, ou para ser mais preciso, quando do dissídio coletivo dos Metalúrgicos do ABC, no instante em que ele estará recém-empossado no cargo. Será que o patrão e representante dos patrões. Maluf, cometeu um erro e colocou um defensor dos trabalhadores no governo? **(O. G.)**

Em Natal a Universidade virou quartel

O clima de repressão interna na Universidade Federal do Rio G. do Norte — UFRN — têm assumido características alarmantes, principalmente depois que a Assessoria de Segurança Interna — ASI — passou a ser comandada pelo sr. Adriel Cardoso, que segundo se comenta, tem curso de «inteligência» nos Estados Unidos.

Inicialmente as lideranças estudantis sofreram toda sorte de pressões, com chamadas para depoimentos, dedurismo e ameaças abertas de «não se responsabilizar pelo que fizerem os órgãos de segurança». Cada membro de Diretório ou simples participante do movimento estudantil passou a contar com um cadastro completo de sua militância na ASI, que funciona, literalmente, nos porões da Reitoria.

As atividades das entidades estudantis são fiscalizadas permanentemente e depredações de murais são frequentes. No ano passado uma feira de livros foi interrompida pela ASI porque se estava vendendo «O Capital», livro político e, portanto, banido do espaço físico da UFRN, segundo a lógica da ASI.

E mais: a contratação de todo pessoal docente depende da palavra final da ASI. Exlíderes estudantis são sumariamente vetados. Frequentemente professores são convidados a prestar informações e incentivados a dedurar os colegas e alunos «mais afoitos».

Durante o mês de dezembro passado, o chefe da ASI participou ativamente das articulações e manobras baixas do candidato da Reitoria do DCE, cujas eleições se realizaram no dia 10 passado, com a vitória dos pelegos no pleito indireto. Viagens ao Interior do Estado para pressionar presidentes de DAs a votar no estudante comprometido com o esquema oficial, manobras visando afastar membros do colégio eleitoral que votaram na oposição, ocorreram. Inconformado com a sua atuação contínua na repressão interna, o chefe da ASI partiu para cima da imprensa da cidade, bisbilhotando nas redações dos jornais quem são os repórteres responsáveis por notícias desfavoráveis à UFRN. Insatisfeito com «abertura», reclama à frente de alguns estudantes sobre o «futuro» da ASI, quando os órgãos repressivos forem gradativamente desmobilizados. Mas enquanto não se chega lá ele vai dando as cartas do jogo na Universidade, mantendo um clima policialesco, de obscurantismo e dedurismo plenos no meio universitário local (P.T.)

Polícia mata operário

O operário Virgílio Gomes, que morava no favelado bairro do Pirambu, em Fortaleza, foi violentamente espancado por agentes da Delegacia de Furtos e Roubos e acabou morrendo no 7º Distrito, para onde foi levado.

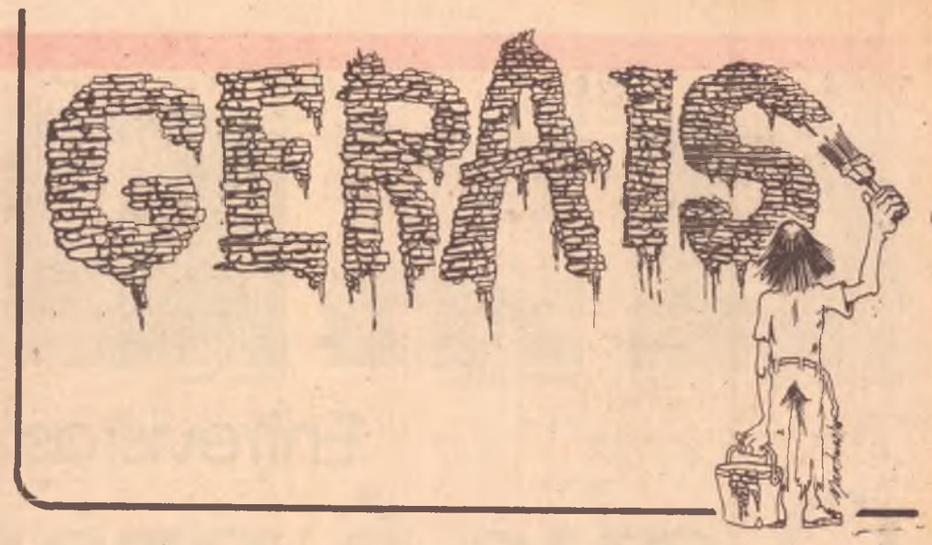
O bairro de Pirambu em Fortaleza já se tornou conhecido nacionalmente pelas condições miseráveis em que vivem seus moradores. As batidas policias são feitas constantemente dia e noite, com invasões à domicílio, sem que haja defesa para os moradores. Na noite do crime, dia 11, nas proximidades de sua casa, Virgílio foi abordado pelos policiais sendo acusado de roubo e tráfego de maconha. Segundo moradores do bairro, Virgílio naquela ocasião não fez a menor reação à prisão.

Janete, irmão de Virgílio, declarou que tão logo soube que o irmão tinha sido preso, foi procurá-lo na 7ª DP, sendo informada que ele se encontrava na Central de Polícia.

O Delegado Cavalcante Holanda do 7º Distrito, já ouviu o carcereirto Valdir que esteve de plantão na noite do crime. Afirmou o carcereiro, em seu depoimento, que naquela noite, «eram 23 horas, aproximadamente, quando chegavam quatro policiais conduzindo «nos braços», um indivíduo de cor morena e que estava com os dois braços algemados. Disse Valdir que Virgílio não tinha condições de andar nem falar, mas seus condutores disseram que podia registrar com o nome de Itamar. Ainda em seu depoimento, disse que um agente falou que Itamar iria ficar no xadrez por algumas horas, e que depois iria apanhá-lo. Mais tarde chegaram dois homens e levaram Virgílio, dizendo que ele iria para a Assistência Municipal.

Confessou Valdir que só recebeu o «homem porque soube através dos que o conduziram para lá, que a vítima apresentava sinais de coma alcoólica».

Indagado sobre os condutores, Valdir afirmou: «Lembro-me bem que ele estava sendo «carregado» por José Fernandes (aprovado recentemente no concurso para Agente de polícia, mas que ainda não trabalhava na função) e um soldado de nome Ananias sendo acompanhados pelo policial Araújo, agente da Delegacia de Furtos e Roubos, além de outro que não sabia o nome. **(Escritório de Fortaleza)**



A «degola» dos jornalistas em São Paulo

Como vem acontecendo com operários que estão sendo demitidos pela participação nas lutas por melhores salários, através das negociações diretas, também os jornalistas começam a ser dispensados seja por participarem do CCRR (Conselho Consultivo de Representantes de Redações) ou ainda porque as empresas (jornalísticas) alegam dificuldades econômicas.

No início, ainda no período das negociações diretas, três colegas representantes do CCRR no Diário do Grande ABC foram dispensados, sob alegação de que haveria reestruturações dentro da redação. Logo a seguir veio a crise do Diário Comércio e Indústria (DCI), onde os cortes de pessoal da redação tinham por argumento a situação econômica. A empresa até agora já dispensou sete jornalistas, sendo que dois deles eram representantes de redação. A partir de um determinado momento começaram novas contratações de outros colegas. Só que com uma diferença: os novos contratados estão recebendo salários muito inferiores aos dispensados.

Além do Diário do Grande ABC e do DCI o Shopping News (do mesmo grupo do DCI) também despediu na semana passada duas colegas, totalizando numa só empresa 9 demissões num curto prazo de mais ou menos dois meses, também o jornal O Estado de São Paulo começou a «degola» na semana passada, dispensando até agora cinco pessoas, sendo que duas eram representantes do CCRR. E ainda existem muitos boatos de que haveria uma lista de cortados que oscilaria entre 17 e 22 pessoas.

Os patrões da imprensa antecipam-se assim em cortes de representantes sindicais, quando no acordo entre empregados e empregadores, em dezembro de 78, aceitaram a proposta da constituição de uma comissão intersindical para debater a estabilidade dos representantes. Diante dessas perseguições é fundamental que os jornalistas se unam numa mobilização em defesa de seu mercado de trabalho e pela estabilidade dos representantes do CCRR (. **(Maria de Almeida)**

Já foi tarde

Um mês depois da morte de sua criação, conhecida vulgarmente como Ato Institucional nº 5 ou AI-5, morreu também o seu criador, o ex-ministro da «Justiça», (entre aspas mesmo), Gama e Silva.

Morreu tranquilo, sem passar por nenhum dos sofrimentos de que foram vítimas muitos brasileiros atingidos pelo AI-5. Não foi torturado, exilado, banido, nem preso.

Não deixa saudades, a não ser dos que se beneficiaram do «ferro e fogo» do regime. **(RVN)**

Ademar, o precurssor.

O papa João Paulo II beijou duas vezes o chão da América, mas não foi o primeiro a fazer isso. Contase em São Paulo — até hoje — uma istória a de Ademar de Barros em Aparecida do Norte, onde foi fazer um comício e já chegou meio «alto», por ter tomado outras e umas. Desceu do carro em frente a uma multidão enorme, perdeu o equilíbrio e caiu de cara no chão. Não perdeu o rebolado: levantou a cabeça, ainda deitado, olhou a multidão espantada e falou bem alto: «beijo essa terra santa...»

Greve no hospital caça-níquel

Os médicos-residentes do Hospital e Maternidade N.S. de Lourdes no Bairro do Jabaquara em São Paulo entraram em greve no dia 5 de fevereiro. A direção não queria nem discutir as reivindicações dos grevistas que tentavam, a um bom tempo, serem ouvidos e atendidos. Greve iniciada, além das medidas de praxe de todo patrão, ou seja, chamar a polícia, os donos da empresa de saúde, suspenderam a residência dos 100 médicos grevistas. Isso vale dizer, eles não poderiam mais comer uma refeição fornecida pelo hospital e nem morar mais numa casa adaptada pelo hospital para residência dos médicos. Recebendo 5.000 cruzeiros por mês e sendo obrigados a dar plantões que às vezes chega a 36 horas seguidas, e não trabalhar em outro local os residentes ficaram de uma hora para outra sem casa nem comida.

Os donos Dr. Cécero Sinisgalli e Octávio D'Andréa não podem se queixar do êxito de seu empreendimento; o hospital é um dos mais movimentados da Grande São Paulo e tem constantemente comprado as casas vizinhas, expandindo sem parar a sua construção. Os negócios vão bem e lá existem 300 leitos e são «atendidas» cerca de duas mil «fichas do Inamps por dia. Para tocar tudo isso a maioria do pessoal contratado não tem nenhum vínculo empregatício e, atendentes com quase 8 anos de trabalho, não chegam a ganhar 3.000 cruzeiros. Para explorar a força de trabalho dos médicos, uma solução simples e engenhosa dos arrecadadores de dinheiro às custas da saúde dos outros:- fizeram um convênio com a Universidade de João Pessoa na Paraíba, e a máquina de fazer dinheiro, virou hospital-escola. No 6º ano os alunos são treinados «direitinho» e no seguinte são médicos-residentes. Aprendem prática, ou seja, o hospital não é escola e os subempregados tornam-se uma mão obra barata, aumentado enormemente o lucro dos proprietários. Cansados de tudo isso e vendo diariamente que as filas de pacientes aumentam e o pessoal médico continua o mesmo; não podendo atender condignamente os doentes, convivendo com a falta de higiene e com a falta de medicação adequada em razão dos interêsses econômicos dos donos, os médicos pararam e estão comunicando à população a situação real do hospital.

Os proprietários, que tentaram exterminar a greve contratando bolsistas bolivianos que estão no Brasil extremamente necessitados, sabem muito bem que o tempo em que o médico era um profissional liberal acabou. Nessa relação de patrão e empregado eles raciocinam de acordo com os tempos novos da medicina capitalista. Antes da greve expulsaram um residente que trabalhou noutro local em dia de descanso alegando que» «..cavalo cansado não puxa carroça» e quando a greve começou deixaram de chamar os médicos de colegas e se referiam a eles com a conhecida forma racista: «..essa baianada». (O.G.)

Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço .....
Bairro ..... Fone ..... Cidade .....
Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....
Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque nº .....
do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães. 884. Lourdes. Belo Horizonte (MG) CEP 30.000.
Em São Paulo. Rua Matheus Grou. 57. Pinheiros. São Paulo. (SP)
CEP 05415. fone 853-6680.

Anual: Cr$ 600,00
Semestral: Cr$ 350,00

Exterior
Anual: US$ 90,00
Semestral: US$ 50,00

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto. Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flamínio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flamínio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).
Secretário de Redação: Luiz Nadai.
Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

EDITORIAS: Nacional: Flamínio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. **Internacional:** Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluísio José Monteiro, Altair Moreira, Cecilia Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virgínia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Breuns Fº, Jesus Carlos, João Roberto Martins Fº, Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valderez Amorim.
Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.
SUCURSAIS:
Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Aparte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Mauricio Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 – loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luís Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Paul Pont. **Recife** ..: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação). Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida; Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 290 – sala 408): Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Medeiros, Bernardo Karam, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador:** (Av. Sete de Setembro, 202 – sala 501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.
ESCRITÓRIOS
Aracaju: (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Rinaldo Barros. **Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinicio de Araújo, (administração) e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal** (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Aníltor Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Lemos, Jesus Vareta. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).
Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A – Rua Bernardo de Guimarães, 1884 – Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 – Pinheiros (São Paulo) – CEP. 05415 – Telefones: 280 4759 e 853-6680.

Distribuidores: Diários Associados e Super Bancas.
Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua sete de Abril, 230, São Paulo, S.P.

Estatais ao alcance de todos

O coronel Cesar «Caos», futuro Ministro das Minas e Energia promete não deixar ninguém sentir saudades de seu antecessor, Shigeaki Ueki. Se tudo correr bem, até 1985, conseguirá ter entregue todas as empresas estatais aos grupos estrangeiros.

Por Tom Duarte

Henri Macksoud, engenheiro e dono da revista «Visão Hidroservice», o santo guerreiro em implacável e permanente luta contra o dragão da maldade que estatiza o país (isto ainda vai dar filme de Glauber Rocha, podem crer) já dorme bem mais tranquilo. Não foram em vão as toneladas de resmas de papel e tinta que gastou para defender a iniciativa privada contra o gigantismo das empresas governamentais e denunciar o leviatã Estatal. É certo que acabou não ganhando uma secretaria do «primo» Maluf, mas nada poderia soar melhor aos seus ouvidos do que as promessas do futuro e do atual ministro das Minas e Energia, de que vão privatizar tudo o que puderem. Aliás, antes mesmo de César «Caos» ser indicado para substituir Ueki e anunciar a ida deste para Petrobrás (antro da canalha nacionalista, na visão de Macksoud), o próprio João Figueiredo havia recomendado aos seus futuros ministros «privatizar as empresas e serviços estatais não estritamente indispensáveis à correção de imperfeições do mercado, ou atender às exigências da segurança nacional».

O que, aliás, não foi nenhuma novidade, basta ter acompanhado a formulação, nesses últimos meses, do ideário e do pensamento invencível do presidente Figueiredo. Bastava ver a turminha que ele nomeou para o ministério, Golbery «Dow» Couto e Silva e o Mário «Souza Cruz» Simonsen à frente. Prever o início de uma maior penetração dos capitais internacionais, como Em Tempo fez (veja matéria sobre o ministério no nº 47) era até covardia. Não necessitava nenhum esforço, nenhuma imaginação criadora, como tanto nos tem recomendado o presidente Geisel.

«Dai a César o que é de César, e às multis o que é do governo» parece ser a versão 79 da famosa frase bíblica. Tendo conseguido penetrar majoritáriamente em quase todos os setores da economia brasileira, absorvendo pela compra ou pela fusão, quando não levando simplesmente à falência, o que existia de mais significativo do capital privado nacional, as multinacionais têm agora um novo e suculento campo de investimentos, as empresas estatais.

Evidentemente, que ainda continuarão empurrando os setores e empresas que não lhes interessa, como o da energia elétrica (vide Light) para o controle governamental ou apelando às injeções e à intervenção do Estado nos momentos de crise mais aguda. Mas, os setores atrativos, as empresas rentáveis e em expansão como a Vale do Rio Doce, a Petrobrás e suas subsidiárias, a Usiminas a Acesita (e por que não a Companhia Siderúrgica Nacional?) ou quem sabe ainda, num futuro talvez não longínquo, o próprio Banco do Brasil, estão sendo cobiçados com olhos cúpidos pelo capital financeiro internacional.

Evidentemente que internacional, porque, só os mais ingênuos poderão pensar ou acreditar que, salvo uma ou outra rara exceção, existirão capitais privados nacionais capazes de segurar as «pontas» e assumir, com seus próprios recursos as responsabilidades implícitas na aquisição de qualquer empresa governamental, todas elas presentes em setores onde reconhecidamente faltaram condições para a burguesia dita nacional investir. A não ser, e aí já surgem, afoitos os fabricantes de fórmulas milagrosas, que o governo atenda às sugestões como as feitas pelo empresário Giordano Romi, vice-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB). Conforme declarações à revista «Isto É», Romi dizia que «se o governo quer privatizar é preciso que ofereça esquemas de financiamento suportáveis pelos industriais brasileiros, caso contrário, melhor esquecer o oferecimento de Ueki».

Trocando em miúdos: ficar com as estatais, tudo bem, desde que não se pague nada e ainda se receba «algum» do governo, por conta, para ir quebrando o galho nos primeiros tempos. Duvidam? Pois é só ver o que o governo fez com a ex-Borregaard, cedida de «graça», com financiamentos a perder de vista para o Montepio da Família Militar, que não desembolsou um tostão ao assumir o seu controle acionário. Pois bem, nem a generosidade do general Geisel conseguiu impedir, que passados menos de dois anos, o governo tivesse que receber a empresa (agora chamada Riocell) por absoluta falta de capacidade dos militares do MFM em gerí-la. E quem não acredita quão generoso os Simonsens e os Vellosos da Vida são quando se trata de dinheiros públicos, que pergunte ao Moreira Salles como foi a moleza para incorporar o Banco União e Comercial (do mesmo grupo que acabou transferindo a Petroquímica União para a Petrobrás). Ou ainda aos Lutfalla e ao Atalla, só para falarmos em exemplos mais recentes.

Não será a primeira vez que o governo entrega uma empresa estatal a um grupo estrangeiro. Basta retornar aos tempos de Castello Branco (Golbery no SNI, Geisel na Casa Militar) quando a Fábrica Nacional de Motores foi entregue à multinacional italiana Alfa Romeo, em meio a muitos protestos da imprensa e da opinião pública. Mal - comparando, para quem aprecia os precedentes históricos, a proposta de «Caos» e Ueki (que são os sacos de pancada, mas na verdade é de Figueiredo e seu tutor, Golbery) poderá se repetir o que ocorreu no Chile, há muitas décadas. Lá, muitas empresas, inclusive na indústria ligeira, foram criadas e desenvolvidas por capitais do Estado, através de uma instituição, a «Corporacion de Fomento» (Corfo) criada ao tempo do governo da Frente Popular, presidido por Pedro Aguirre Cerda. Quando elas estavam bem gordinhas e fortes, foram transferidas para a iniciativa privada, constituindo e desenvolvendo a moderna burguesia chilena, base do Partido Democráta

Mas, se a reação da opinião pública, inclusive de setores no interior das próprias Forças Armadas, (veja-se o pronunciamento dos generais Sardenberg e Candal da Fonseca, ex-presidentes da Petrobrás) contrários à entrega das estatais às multis, for muito intensa, há sempre um recurso a ser utilizado. Nada mais, nada menos, do que a associação dos grupos internacionais à capitalistas tupiniquins ou a utilização de testas de ferro, como acontece comumente (é só ver as «associações» de empresas como a Ericson, Siemens, Standar Eletric etc. à grupos locais para participarem do fornecimento de Centrais de Telecomunicações, depois que o governo exigiu que as empresas fabricantes fossem «nacionais»).

O governo é certo, tem um flanco muito vulnerável. Não se deve impunemente 39 bilhões de dólares, sem ter que dar alguma coisa em troco. Os contratos de riscos foram o primeiro passo, na era Geisel (com o acompanhamento e execução diligente de Ueki). Nas situações de aperto, as pressões dos credores costuma ser enormes, e não é nenhum governo Figueiredo/ Golbery/ Simonsen que vai resistir. É como aquelas famosas histórias das virgens do povo: é isso mesmo que elas estão querendo.

As reações contra a nomeação de Ueki para a Petrobrás são muito grandes, dos sindicatos de trabalhadores e funcionários, à diretoria da empresa, passando por significativos setores políticos e militares. Da mesma forma, o resto do plano é visto, com suspeição, incluíndo setores do próprio Alto Comando do Exército. Será no mínimo difícil a concrentização da entrega total das empresas estatais, servindo como fator que contribuirá, ainda mais, para conturbar o próximo período de governo. Resta saber, se a reação popular será suficiente para impedir que a privatização (seja ela em benefício das multis ou de seus associados internos) ocorra.

O episódio, levanta, além do mais, um problema sério a ser respondido por esses mesmos setores populares. Qual a posição correta frente às empresas de propriedade do Estado? Basta apenas defender a sua integridade, ou é preciso exigir que cada vez mais sejam os próprios trabalhadores os responsáveis pela sua gestão, num quadro de alterações mais profundas da estrutura econômica do país?

Vamos acabar com a vida boa do dr. Macksoud. Por que não contrapor, à privatização, uma luta pela nacionalização de todas as empresas monopólicas nacionais e estrangeiras (dos bancos à indústria), como parte de um programa mais profundo de transformações?

O luto dos trabalhadores

Por Cândida Vieira

No dia 15 de março, quando tomará posse o general João Batista Figueiredo e todo o ministério, provavelmente além dos longos e poucos esclarecedores discursos, acontecerão também muitas «festinhas» e coquetéis, regados a uisque estrangeiro e pratos variados. Nesse mesmo dia, porém, 1.300 trabalhadores da refinaria de petróleo de Paulínia — Replan — estação com tarjas de luto nos braços, como forma de protesto pelo atual ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, assumir a direção da Petrobrás.

Essa foi uma das propostas concretas aprovadas e que deverá se prolongar durante uma semana, demonstrando o descontentamento dos trabalhadores da área do petróleo. Anteriormente, 15 sindicatos petroleiros já haviam divulgado um manifesto dizendo porque eram contrários a Ueki na direção da Petrobrás, lembrando sua atuação quando diretor da empresa. Entre as críticas ao atual ministro das Minas e Energia, e também ao general Geisel, na época presidente da empresa estatal, estão as de que, naquele período se realizaram menos pesquisas de petróleo do que em outras épocas, atrasando, assim, a auto-suficiência do País nesse importante combustível, a privatização das subsidiárias da Petrobrás representaria a desnacionalização dessas empresas, já que praticamente nenhum grupo nacional teria condições econômicas de assumir o controle delas e ainda que naquele período, quando Ueki era diretor financeiro, foram dispensados mais de 10.000 trabalhadores, sendo contratada mão-de-obra de empresas empreiteiras.

A privatização das subsidiárias da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, ao que tudo indica será um ponto importante do governo Figueiredo, vem recebendo críticas inclusive, de áreas de governo.

Quando os setores da própria área governamental começam fazer críticas, o ministro Ueki resolve se defender e procura amenizar as «bobagens» que andou falando nos primeiros dias. Para os trabalhadores, no entanto, as respostas foram as mais esfarrapadas possíveis. Vejamos. Ao responder ao manifesto dos 15 sindicatos, Ueki disse que «alguns pontos (do manifesto) parecem profundamente injustos». E em sua defesa, afirmou «por atingirem um período em que trabalhou na Petrobrás sob o comando do ilustre chefe da Nação, o presidente Ernesto Geisel». Ou seja, a não ser dizer que trabalhou com Geisel, não esclareceu mais nada. Mas o mais grave logo no início de suas declarações, foi de que os sindicatos estavam sendo manipulados «por pessoas da própria Petrobrás, que terão seus interesses pessoais contrariados futuramente».

Além dessa acusação, sem nenhum dado concreto, Ueki procurou defender-se e a administração Geisel, embora sem fornecer nenhum dado, dizendo que naquela época, existiram verbas prioritárias para a pesquisa de petróleo, porque «havia uma grande preocupação do Governo com a falta de petróleo em território nacional». Mas simplesmente não conseguiu citar números e nem comparar com dados de diretorias anteriores na empresa estatal.

Quanto às outras acusações, de desnacionalização e dispensa de trabalhadores, a defesa de Ueki deixa muito a desejar. Sobre a privatização e consequente desnacionalização, a única coisa que argumenta é que «os trabalhadores estão se precipitando», uma vez que a filosofia do governo, segundo Ueki, é de realizar estudos minuciosos para saber quais as empresas a serem privatizadas e sob que condições. Mas a «precipitação» dos trabalhadores, ao que tudo indica, é muito justa. Porque afinal, enquanto ministro das Minas e Energia, Ueki já provou o seu caráter entreguista, desmentindo continuadamente a não realização dos famosos «contratos de risco» e no entanto, dias depois de seus insistentes desmentidos, eles foram assinados em 1975. Além disso, quando resolve que uma empresa precisa ser nacional, ele consegue «apenas» fazer o que se pode chamar a «negociata do século», ou seja, a compra da Light, por mais de US$ 1 bilhão, quando essa mesma empresa poderia ser estatal, apenas com uma encampação.

Já sobre as dispensas dos trabalhadores na época que ele era diretor financeiro da Petrobrás, Ueki com a maior tranquilidade, admitiu que houve uma redução de pessoal. O ministro disse: «de fato, durante o período do presidente Geisel, de quem fui auxiliar direto, houve um grande aumento de produtividade, com a diminuição do número de trabalhadores». Essa medida para Ueki foi necessária e beneficiou os bons trabalhadores da empresa».

Imediatamente, com essas desculpas esfarrapadas de Ueki, líderes sindicais começaram a responder ao ministro da Minas e Energia. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Petróleo do Rio, Ronaldo Cabral, respondendo sobre a manipulação dos sindicatos por parte de pessoas de dentro da Petrobrás declarou: «não estamos mais em 1963, quando alguns Sindicatos foram massa de manobra para interesses políticos. Hoje, sentimos necessidade de liberdade para a Nação, para defender os interesses do trabalhador brasileiro». E foi mais longe: «o ministro Ueki só fala para as multinacionais, ao tomar atitudes entreguistas».

Igualmente o sindicato de Santos, através do presidente da entidade, Gomes Sampaio, enfatizou «se o Ministro diz que estamos sendo manipulados pela diretoria da Petrobrás — o que não é vergonha em caso de interesses nacionais — nós dizemos que ele está sendo direcionado diretamente pelas multinacionais». E ainda acrescentou sobre o propósito do futuro ministro das Minas e Energia, César Cals, querer se reunir com líderes sindicais para debater a indicação de Ueki para a Petrobrás: «só se for para a revogação da medida e não para simples esclarecimentos».

Um alerta geral

Embora ainda não existam muitas propostas concretas de os trabalhadores se manifestarem contra a indicação de Ueki para a Petrobrás, o mesmo presidente do sindicato santista, Gomes Sampaio, diz que todos os sindicalistas de todo o País esclarecerão os trabalhadores através de assembléias gerais apontando para o perigo que «Ueki representa para a Nação». E destacou ainda ser necessário» contar com a adesão de todos os setores da sociedade, principalmente do MDB. Como os emedebistas representam as Oposições brasileiras, devem posicionar-se contra a entrega das subsidiárias da Petrobrás a grupos estrangeiros, como pretende Ueki». E ainda complementou: «os problemas trabalhistas que vamos enfrentar com Ueki é pequeno em relação às vendas das subsidiárias da Petrobrás aos estrangeiros, que jogaram por terra toda a campanha de nacionalização do petróleo».

Ueki e a Petrobrás

Há quase três anos na direção do Sindicato do Petróleo, de Cubatão, Santos e São Sebastião, Pedro Gomes Sampaio demonstra conhecer muito bem a prática e a orientação do futuro presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki. «Somos totalmente contra a política de Ueki e a sua indicação para a Petrobrás», afirma Sampaio, com base em experiências anteriores de sua categoria com o próprio Ueki. «Quando ele foi diretor financeiro desta empresa — e para não fazer injustiça cito também o Darcy Cerqueira, então chefe do Serviço de Pessoal, e o general Geisel, na época presidente da Petrobrás — começou a pior fase para nós».

Sampaio lembra que «este trio elétrico foi quem implantou uma desastrosa política de pessoal» obrigando todos que não tinham estabilidade a optarem pelo FGTS. «Não podemos aceitar que a Petrobrás gire a vida toda em torno de três pessoas, pois fala-se que Geisel também vai voltar», comenta o presidente deste sindicato de 3.200 associados entre os quatro mil empregados da região. Sampaio cita também como exemplos desta danosa política de pessoal implantada pelo «trio elétrico» a adoção da curva forçada, que estabelece uma artificial divisão entre empregados bons, médios e maus; e, a redução do quadro efetivo da empresa. E há números para comprovar isto; em 1954, a Refinaria de Cubatão produzia 45 mil barris diários com 3.500 funcionários; hoje, ela produz 220 mil barris diários utilizando o trabalho de 2.200 operários. Para não empregar mais pessoas, a Refinaria de Cubatão contratou os serviços de 12 firmas empreiteiras com 1.700 funcionários, estes prejudicados pelos salários mais baixos, sem garantias de trabalho, proibição de se sindicalizarem, e não podendo beneficiar-se dos serviços de refeitório e condução da Petrobrás. Ou seja, quem perde, mais uma vez, são os empregados, mesmo que não sejam da Petrobrás.

Com base em todos estes dados, Sampaio considera que a privatização das subsidiárias da Petrobrás é mais uma consequência de tudo que vem sendo feito ao longo dos últimos anos. «O que neste País não dá para ser privatizado? Se até a Amazônia pode ser, porque não o petróleo? Um exemplo disto foram os contratos de risco, que quebraram o monopólio. E quem era o ministro de Minas e Energia então? O próprio Ueki.» Para Sampaio, não só há uma desconsideração total com o pessoal da Petrobrás como com a empresa em si: «Eles ignoram que esta é uma questão de patrimônio nacional. E isto também temos defendido sempre. Mas de nada tem adiantado nossos protestos, porque o governo está divorciado da Nação e não escuta nenhuma crítica».

Além da privatização, outra questão que preocupa Sampaio é saber quem terá capital para assumir estas empresas. Se não existe capital privado nacional para absorver, elas irão para as mãos das multinacionais. E esta é uma questão importante a ser discutida quando Ueki anuncia a privatização».

Portanto, Sampaio não tem nenhuma dúvida de que esta iniciativa de Ueki significa a entrega da Petrobrás ao capital estrangeiro. «Ele tem uma atitude totalmente contra a Petrobrás. E aqui não se fala só em petróleo, nem em Petrobrás, mas em patrimônio nacional».

Letânia Marques

Cheiro da greve volta a S. Bernardo

Oito pontos de unidade sindical formam a plataforma de reivindicações aprovadas pelos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo e que serão levadas juntamente com os demais trabalhadores da categoria de todo o interior do Estado, durante a campanha salarial. 34,1%, além do índice governamental para compensar o que foi roubado por Delfim Neto, em 1973, escala móvel de salário, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, visando garantir o emprego a todos os trabalhadores, além da unificação da data base com os sindicatos da capital, Osasco e Guarulhos, são alguns dos pontos mais importantes. Os patrões afiam as garras para enfrentar a combatividade da classe, aconselhando o incentivo à delação, a intransigência nas negociações, o apelo à força policial e à formação de estoques para enfrentar as paralisações. Os trabalhadores revidam: nenhuma hora extra a mais até o fim da campanha salarial, olho nos dedo-duros.

Por Tom Duarte

«Se é para morrer de fome, eu prefiro morrer lutando». Esta frase, repetida por um dos 27 oradores que se manifestaram durante a assembléia em que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo aprovou sua plataforma de reivindicações para a campanha salarial deste ano, mostra bem o estado de ânimo e a combatividade existente na categoria. Cerca de 1200 trabalhadores participaram da assembléia, a segunda relativa à atual campanha (a primeira foi realizada em dezembro do ano passado), um número considerado bom pela diretoria do sindicato.

«Comissões salariais abertas», «formar comissões de fábrica», «elevação de salários e congelamento de preços», «73% de aumento sem desconto e sem parcelamento» diziam algumas das faixas estendidas no andar mezanino do amplo auditório. Da mesma forma, panfletos e «mosquitinhos» distribuídos de mão em mão reforçavam essas propostas.

A maior divergência ocorreu com relação aos índices a serem reivindicados e às formas de organização nas fábricas e encaminhamento das negociações. Grupos de metalúrgicos acreditam que a campanha deveria fixar-se num índice fixo, ou seja, 73%, «para que não dependamos de índices que desconhecemos», como afirmou uma operária. Por seu turno, a diretoria do sindicato insistia na reivindicação (depois aprovada) de 34,1% a mais do que o índice a ser fixado pelo governo, previsto pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômicos (DIEESE) para 43%. Para Luiz Inácio da Silva, o Lula, os 34,1% a mais têm um significado bem preciso: «exigir do governo o que nos foi roubado em 1973».

Comissões

As formas de encaminhamento das negociações, tanto ao nível do sindicato como nas fábricas, também foram vistas de maneira distintas durante a assembléia. Alguns diretores do Sindicato, inscritos entre os oradores, apresentaram a tendência a canalizar toda a iniciativa para o Sindicato, enquanto as resoluções do III º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, realizado em outubro do ano passado, no Guarujá quando se aprovou, explicitamente, a proposta de incentivo à formação de comissões de fábrica. Um delegado sindical diretor de base chegou a afirmar que «comissões não levam a nada». Referia-se, também à formação de uma comissão salarial aberta, que deveria, ser designada pela assembléia.

Por outro lado, «o principal meio de defesa dos trabalhadores, dentro da fábrica é a comissão» afirmou um dos oradores. Entretanto, ao mesmo tempo em que incentivava as reuniões de todas as fábricas no Sindicato, Lula absteve-se de fortalecer aquela proposta. Da mesma forma, mostrou-se incisivo contra a formação de uma Comissão Salarial Aberta, com poderes de negociação». Precisamos muito mais de qualidade do que de quantidade, precisamos de gente que saiba negociar», afirmou o Lula, argumentando com a falta de operacionalidade de uma Comissão demasiadamente ampla ou cuja composição se modificasse a cada reunião. «Num dia vêm 20 pessoas, a gente discute uma coisa, no outro vêm 40 a gente quer discutir tudo de novo, e assim por diante» explicou, propondo um número limitado, de apenas 10 representantes da assembléia. Depois de alguma discussão, acabou prevalecendo uma proposta intermediária, apoiada pelo próprio Lula: a Comissão Salarial seria formada por um representante dos trabalhadores de cada uma das empresas que se reunissem no sindicato.

Jesus Carlos/Central Foto Jornalismo

A assembleia

Unidade sindical

Com certa energia no encaminhamento das propostas, a diretoria do sindicato aprovou todas as suas propostas. Basicamente, ao lado de reivindicações tradicionais, inclusive em sua maior parte já conquistadas, e que foram incluídas «só para serem lembradas», como fornecimento de macacões, botas, comprovantes de pagamento, garantia de mesmo reajuste salarial aos admitidos após o último dissídio etc. foram aprovadas oito reivindicações, tiradas em comum pelos 34 sindicatos do Interior do Estado, no que se está chamando de plataforma de unidade sindical. Como explicou o Lula, «resolvemos, ao invés de apresentar 30 reivindicações que os patrões não atendiam, concentrar-nos em apenas oito pontos, que reúnem o que é de mais importante e ao mesmo tempo permitem uma unificação das lutas com os demais trabalhadores metalúrgicos de São Paulo».

As reivindicações de unidade sindical são as seguintes:

a) Reajuste salarial igual ao índice governamental mais 34.1%;

b) piso salarial igual a três salários mínimos, ou seja, Cr$ 4.680,00.

c) vigência da convenção coletiva de dois de abril de 1979 a 31 de outubro de 1979 (como forma de unificar a convenção dos metalúrgicos do Interior com os de São Paulo, Osasco e Guarulhos).

d) garantia de emprego após experiência de 90 dias.

e) redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

f) reajuste salarial a cada três meses de acordo com o índice fornecido pelo DIEESE.

g) estabilidade para o operário acidentado que não tenha ultrapassado os três meses de experiência.

Sem horas extras

«Cada hora extra que fazemos para o patrão é uma hora a mais dada a ele para resistir às nossas reivindicações» afirmou outro trabalhador. Com isso, ele antecipava a palavra de ordem tirada na assembléia, reproduzida em milhares de boletins que o Sindicato está distribuindo entre os 120 mil metalúrgicos de São Bernardo e Diadema: «nenhuma hora extra até o final da campanha salarial. Nenhuma peça produzida a mais» ou como Luiz Inácio da Silva sugeriu, se «possível, devemos produzir sempre a menos».

Com essa proposta, os trabalhadores de São Bernardo e Diadema pretendem neutralizar um dos pontos da orientação dada pelo Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo (SIMESP), que aconselha às indústrias a formação de estoques para a eventualidade de paralisação na produção (veja o quadro ao lado). Segundo denúncias feitas nas assembléias, firmas como a **Volkswagem** e **Ford** estão trabalhando a todo o vapor, exigindo um maior número de horas extraordinárias de seus funcionários. Uma delas, a **Mercedez Benz**, estaria fabricando uma média diária de 48 caminhões a mais do que sua produção normal.

A viabilização dessa palavra de ordem é considerada possível por Lula, que a vê como um termômetro para medir a disposição dos trabalhadores. «A proposta de não se fazer horas extras tem um outro caráter, hoje. Deixa apenas de ser uma posição de princípio dos dirigentes sindicais, passando a fazer parte da própria luta por melhores salários, nessa campanha. O trabalhador deve sentir que deixando de ganhar um pouco menos agora, ao não fazer a extra que o patrão lhe propõe, ele estará criando as condições para ganhar mais daqui a algum tempo».

Sem dedo-duros

A presença de dedo-duros encarregados de vigiar os trabalhadores foi denunciada publicamente durante a assembléia. O caso mais notório foi o de um elemento da segurança interna da **Volkswagen**, flagrado quando anotava os nomes de trabalhadores da multinacional alemã ali presentes. Em vista disso, a diretoria do Sindicato resolveu modificar as normas vigentes quanto ao acesso às assembléias do Sindicato (que servirá para evitar, também, que elementos não pertencentes à categoria participem das votações). De agora em diante, serão exigidos documentos de identificação dos trabalhadores, como a Carteira Profissional, a Carteira de Voto (fornecida pelo Sindicato) e a Carteira da Empresa.

A próxima assembléia salarial está prevista para o dia 16 de fevereiro, quando já serão conhecidos os resultados das assembléias dos demais sindicatos metalúrgicos do Interior. A partir daí, as reivindicações serão encaminhadas às entidades patronais, provavelmente ao grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que reúne o setor das empresas do setor metalúrgico, num processo de negociação direta, sem a intermediação da Justiça do Trabalho.

Através das negociações, os Sindicatos pretendem esgotar todas as vias possíveis de entendimento. Caso surja um impasse, facilmente possível de ser previsto, haja visto a orientação tanto do Simesp, quanto do governo (Simonsen diz que não admitirá aumentos superiores ao índice oficial ou que sejam repassados aos preços) é mais do que provável que os trabalhadores recorram à greve, adotando novas táticas para enfrentar a organização patronal, já escolada após a greve dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco em outubro/novembro.

Como garantiu o Lula, 58% como foi concedido em São Paulo, não interessa a São Bernardo. Da mesma forma, ele acredita que a greve para ser deflagrada exige uma preparação minuciosa do interior das empresas, que lhe permita ser sustentada. «Temos que recuperar a greve, depois do fracasso de São Paulo. Vamos caminhar com os pés no chão, com serenidade. Mas se os patrões não derem os que reivindicamos, iremos à greve».

As frentes populares na história brasileira

Em quatro momentos da história brasileira, setores da esquerda formularam ou apoiaram políticas de frentes populares, nas quais todo o povo era convocado para uma luta de defesa nacional acima das contradições entre o capital e o trabalho: o Bloco Operário Camponês, em 1928; a Aliança Nacional Libertadora, em 1934; a Frente Democrática de Libertação Nacional, início dos anos 50; e Frente Ampla de Oposição, de 1966.

Por Elvira Costa de Oliveira e Luiz Nadai

O processo de burocratização que começa a tomar conta da III Internacional, a partir de meados da década de 20 e rapidamente a domina, influenciou e dominou, consequentemente, a esquerda brasileira congregada no Partido Comunista durante todo o período populista. A manifestação mais concreta dessa influência foi o etapismo predominante na concepção dos caminhos da revolução brasileira, manifesto principalmente na política das Frentes Populares.

O alvo a atingir — através das Frentes Populares — foi sempre a idéia do fortalecimento e defesa da nação contra o inimigo externo — o imperialismo. Para isto se convoca todo o povo para que unido, acima das contradições de classe — esquecendo as contradições entre o capital e o trabalho — lute pela defesa nacional.

Assim se manifestava o **Centro de Indústrias do Estado de São Paulo em 1928**: «A independência política de uma nação só é efetiva em todos os seus aspectos, se ela se baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de fato a independência política... Verdadeiro crime de lesa-patriotismo cometem pois os que procuram aniquilar ou combater sob qualquer forma a produção do país, criando tropeços ao seu desenvolvimento, promovendo luta de classes, tentando criar leis perturbadoras do trabalho».

Esse discurso tradicional da burguesia acaba sendo assimilado pela esquerda que assim se manifesta na **Aliança Nacional Libertadora**: «A etapa atual da revolução no Brasil, diz, é a de uma revolução nacional anti-imperialista. A finalidade desta etapa é: a criação da mais ampla frente popular (operários, camponeses, pequeno-burgueses e aquela parte da burguesia que é contra o imperialismo)...»

Para os trabalhadores a formação da nação e seu fortalecimento se manifestou objetivamente na política do «apertar os cintos» em 1945 e muita repressão, principalmente, sobre suas formas de organização mais autônomas. Como se escamoteia a contradição fundamental — capital versus trabalho — o inimigo visado e combatido vem de fora é o imperialismo. «O fogo será antes de tudo dirigido contra o imperialismo e contra aquela parte dos grandes latifundistas que traem a Nação e que agem de comum acordo com o imperialismo», dizia a resolução do PC aprovada em 1934.

Portanto, presa nas malhas ideológicas da burguesia as propostas de Frentes Populares acabaram tendo sempre o mesmo desfecho, ou golpes frustrados como o levante do forte copacabana ou debandada geral dos próprios proponentes como em 68 com a Frente Ampla de Lacerda.

Bloco Operário Camponês

Foi o Bloco Operário Camponês que inaugurou a política das frentes populares no Brasil. Nela participam, em 1928, o Partido Democrático (partido exclusivamente paulista composto por setores de classe média e pequena burguesia comercial e industrial) e os tenentes (remanescentes do movimento tenentista de início dos anos 20). A unidade desta frente é obtida na oposição à oligarquia — representada pelo Partido Republicano — mas as diferenças entre estes parceiros são muito grandes.

Os tenentes desejam dar continuidade ao movimento de 1924, o PD pleiteia reformas liberais e moralizantes e o BOC defende a realização de uma revolução democrática-burguesa, onde a democracia é o aspecto decisivo na proposta. Aqui democracia é entendida como abertura de espaço político para o proletariado e resolução da questão agrária. Assim se manifesta o BOC: «Esta revolução é dirigida, essencialmente, contra o feudalismo, pela ruptura das relações feudais no campo, pela entrega da terra aos camponeses. Mas em nossos países semi-coloniais trata-se também de uma revolução contra o imperialismo e a reação. Nos países latino-americanos a escassa burguesia industrial está ligada ao imperialismo e ao feudalismo. Por isso, não desempenhará papel revolucionário. As únicas forças anti-imperialistas são - em primeiro lugar os operários, depois os camponeses e por último uma parte da pequena burguesia».

Contrapondo-se à proposta de união da nação em prol da industrialização defendida pela burguesia o BOC propõe uma frente anti-burguesa, só que com a participação dos tenentes e do PD. Quando do movimento de 30 os tenentes e os participantes do PD acabam participando com as classes dominantes no exercício do poder e deixam o BOC e a sua revolução democrático-burguesa a ver navios. A proposta de união de toda nação no esforço para a industrialização saiu vencedora.

Aliança Nacional Libertadora

Logo após a revolução, colocando-se como contra-ofensiva ao integralismo o Partido Comunista Brasileiro propõe, em 1934, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Definida como sendo uma frente única, anti-imperialista na verdade a ANL era composta pelos comunistas, prestistas antigos tenentes e ex-militantes da Coluna Prestes) e parte da pequena burguesia.

Definindo-se pela «defesa das liberdades políticas ameaçadas e pela luta por um prolongamento dessas liberdades em direção a um governo popular», a ANL propunha-se um organismo aglutinador das massas populares, de todas as classes sociais, principalmente operários, camponeses e classes médias. Os objetivos comuns não eram nem o comunismo e nem mesmo o socialismo, mas a luta contra o imperialismo em contraposição à nação.

Desta forma o PCB explicitava: «A etapa atual da Revolução no Brasil, é a de uma revolução nacional anti-imperialista. A finalidade desta etapa é: 1 a criação da mais ampla frente popular (operários, camponeses, pequeno burgueses e aquela parte da burguesia que é contra o imperialismo); instituição de um governo popular, nacional e revolucionário, com Prestes à frente e no qual estarão representadas as camadas acima citadas».

Definida em torno do seguinte programa básico, a ANL conseguiu, em alguns momentos, congregar algumas dezenas de milhares de partidários.

«I — Suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas do Brasil, por as considerarmos já pagas, e, aplicação da quantia assim retida, em benefício do povo explorado do Brasil.

II — Nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas por as considerarmos «arapucas», para as quais os brasileiros trabalham como cães, enquanto os seus lucros vão para o bolso de alguns magnatas estrangeiros.

III — proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores: entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam, por considerarmos terem sido eles que as valorizaram com o seu trabalho e, portanto, são os seus únicos e legítimos proprietários.

IV — Constituição de um governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro e do qual poderá participar qualquer pessoa na média de eficiência da sua colaboração».

Entretanto a ANL não conseguiu se efetivar como uma frente massiva e seus ecos alcançaram apenas setores da pequena burguesia. Aos operários e camponeses ela não conseguiu sensibilizar, e, dessa forma, depois do frustrado levante do Forte de Copacabana (tranquilamente sufocado por Getúlio), caiu no isolamento social.

Frente Democrática de Libertação Nacional

Depois de ter sido colocado na ilegalidade em 1947 e tentado responder às medidas autoritária e repressivas do governo Dutra sobre os trabalhadores, novamente a partir de 1948 e até 1953, o PCB, numa guinada para a esquerda propõe a luta aberta pela tomada do poder e a instauração de um governo revolucionário, dirigido pelo proletariado em aliança com o campesinato, setores das classes médias, intelectuais, exército e pequenos comerciantes e industriais...

Aqui a revolução é definida também como democrático-burguesa, porém distanciando-se de sua análise da situação brasileira feita em 1934 para a ANL, o PC afirma que nos países colomais ou semi-coloniais (como é o caso do Brasil), apenas o proletariado tem condições de liderá-la. Portanto, ao assumir o governo ele pode vir a tomar medidas que apontem no sentido do socialismo.

Objetivando a luta contra o imperialismo e os resquícios feudais no campo, sob inspiração do PC, surge a proposta de criação da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). Sua efetivação seria através da organização de todo o povo em comitês e organismos que levassem avante a luta anti-imperialista, pela paz e a derrubada de Dutra. Já na década de 50, o PC se volta contra Vargas, que passa a ser considerado lacaio do imperialismo.

Neste momento a proposta do PC é de união de todos os «democratas e patriotas, acima de quaisquer diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos» e apesar de sua radicalização continua aceitando a aliança com os «elementos antiimperialistas que sempre ainda existem na burguesia nacional, especialmente suas camadas médias progressistas». Os principais pontos do programa da FDLN eram os seguintes:

«a) plano político: a derrubada do governo e sua substituição por um governo revolucionário e popular, que representasse todas as classes e setores que tinham participado da luta revolucionária; o estabelecimento efetivo das liberdades democráticas, especialmente daquelas vitais para o movimento popular; extensão do voto a analfabetos, soldados e marinheiros; igualização dos direitos entre a mulher e o homem; separação da Igreja do Estado; proteção aos indígenas, fim das discriminações às minorias; controle popular da justiça; transformação do exército em exército popular; volta dos punidos e armamento geral do povo»

«b) Plano Econômico: A confiscação e nacionalização de todas as empresas industriais, comerciais, financeiras e agrícolas pertencentes ao imperialismo, bem como de todas as minas, quedas d'água, serviços públicos, bancos e outras empresas industriais e comerciais que desempenhem papel relevante na economia; anulação da dívida externa, controle estatal do comércio exterior; impostos progressivos sobre a renda e abolição dos impostos indiretos; ajuda aos pequenos produtores, reforma agrária com confisco dos latifundios e sua entrega aos camponeses; incentivo ao pequeno produtor e abolição de todas as formas semi-feudais de exploração da terra». Quanto aos trabalhadores as propostas iam no sentido de assegurar o aumento do nível de vida através do aumento do salário mínimo, escala móvel de salários, equalização de salários para homens, mulheres e crianças, legislação social ampliada e sua extensão no campo, entrega aos trabalhadores da administração da assistência social, aposentadoria garantida e ensino gratuito para todas as crianças de 7 a 14 anos.

Entretanto, esta proposta que já no final do governo Dutra não consegue mobilizar amplos setores, durante o segundo governo de Getúlio acaba se tornando inviável. Até os próprios militantes do PC — que haviam participado do queremismo — se recusavam a considerar Getúlio um aliado do imperialismo.

Frente Ampla de Oposição

Logo após o golpe de 1964 e instauração dos militares no poder, começa a surgir no cenário político brasileiro a articulação de uma nova Frente de caráter diverso das anteriores. É a Frente Ampla de Oposição, articulada por Carlos Lacerda, uma das principais figuras do golpe de 64 que agora se voltava contra ele. Assim Lacerda se lançou na tarefa de congregar amplos setores num movimento de oposição que, segundo ele, não tinha espírito de contestação, mas que visava combater a «usurpação do poder» pelo Marechal Castelo Branco. Seus principais objetivos eram: luta pela plena restauração das liberdades democráticas e pela retomada do programa de desenvolvimento econômico. Era muito mais um instrumento de pressão que chegou a ter no horizonte a idéia de ser o núcleo necessário para a formação de um novo partido.

Assim definida e se omitindo sobre a Anistia, uma questão central do momento, na qual toda a oposição se empenhava, a Frente Ampla compôs sucessivamente com Juscelino Kubitscheck, João Goulart, setores de MDB, elementos cassados, políticos exilados e até com o Partido Comunista. Segundo o próprio Lacerda, «Jango era dose pra cavalo», mas não podia ser excluído pois era necessário ter o apoio dos trabalhadores e estes «evidentemente, ou estavam com Jango ou, em todo caso, não estavam conosco (Lacerda), nem muito menos com a revolução».

O partido Comunista embora participasse dessa Frente, tinha maneiras diversas de avaliá-la. Um grupo achava que era a saída possível para o momento político, dada a desorganização da esquerda e a intensa repressão sobre os trabalhadores e assim aceitava a Frente, sem reservas. Outro grupo considerava que, segundo Lacerda «eu ia ser o grande beneficiário da Frente, com os outros cassados, só eu circulando. Quando lhes expus a idéia de ir ao Jango um deles disse: Eu receio que com essa visita ponha tudo a perder, porque daí o senhor dá ao Governo o pretexto para proibir isso. Porque isso vai ferir demais os brios do Exército. Eu disse: Bom, os senhores, tem suas razões, eu tenho as minhas. Os senhores querem que, através da impopularidade progressiva da revolução, a classe operária acabe nas mãos de vocês. Eu quero ver se compatibilizo a revolução com os que representam a camada da classe operária, como é o caso de Jango, exatamente para impedir a vitória de vocês.»

A Frente Ampla de Oposição chegou a fazer alguns comícios antes da decretação do AI-5, em fins de 68 e embora empolgasse seus componentes, não conseguiu penetração entre a classe operária. Com o golpe dentro do golpe, os setores burgueses que a compunham debandaram em retirada para seus castelos e a Frente teve um melancólico fim, principalmente para os setores da esquerda que ingenuamente embarcaram nela e apostaram em sua efetivação.

1900: DO FACISMO À CONCILIAÇAO NACIONAL

O filme "Novecento" de Bertolucci, cuja segunda parte acaba de entrar em cartaz em São Paulo, mostra a avalanche do fascismo, em contraponto com a resistência do movimento camponês. No fim da linha, ao terminar a guerra, o processo de libertação desemboca numa política de colaboração de classes, que marca o abortamento da revolução socialista e o restabelecimento do poder do patrão.

Por João Antonio de Paula

Se as imagens de **1900** (primeira parte) de Bertollucci nos emocionam pelas cores vivas, pelo sol, pela esperança pela força de suas evocações, suas idéias, as imagens da segunda parte nos tocam pelo sinistro de sua ameaça, pela brutalidade, pela avalanche fascista que vemos tomar conta de tudo, a tudo manchar pelo contato terrível de sua natureza putrefata. Ao final, o trago amargo da vitória incompleta, da revolução inconclusa, o desarmamento dos camponeses, a vitória do patrão.

Quanta coisa para discutir esse belo filme coloca. Quantas imagens inesquecíveis ele nos deu, imagens que certamente nos acompanharão para sempre, sombras fantásticas, incrustadas na memória, prontas a irromperem a qualquer momento, trazendo sua estranha natureza de serem coisa de sonho-coisa material, o ideal revolucionário.

1900 é um filme sobre a literatura do século XIX, sobre o folhetim, é também um filme sobre o cinema. A coincidência do nascimento das duas crianças ao mesmo tempo, em 1900, lembra-nos a tradição do romance folhetinesco, dos **Irmãos Corsos de Dumas**, os destinos paralelos, os fios invisíveis do destino atando vidas tão distanciadas, lembra-nos **A Vingança do Judeu**, romance que tem como tema central a troca de crianças nascidas ao mesmo tempo.

1900 é um filme sobre o cinema, não bastasse a presença de Burt Lancaster, de Sterling Hayden, duas legendas do cinema, haveria as citações, René Clair, Renoir, Viscont...

1900 começa com a morte de Verdi, com a morte deste que é a «eterna pomada curativa das chagas nacionais», como diz Lampedusa em seu magnífico **O Leopardo**. A morte de Verdi, a morte do cantor do povo italiano, que expressava como ninguém a alma da gente pobre da Itália, a orfandade, o fim de uma época.

Essa transformação é apresentada no filme de forma notável na morte do velho patriarca Berlinghieri, interpretada magistralmente por Burt Lancaster. Naquelas sequências (festa dos camponeses - cenas do estábulo - suícidio - testamento) o núcleo da primeira parte do filme.

A alegria espontânea dos camponeses, despertando no grande patrão sensações e desejos amortecidos pelo tempo, pela velhice, A constatação da impotência, misturar-se com os dejetos das vacas, o suicídio, o final de um época, da aristocracia burguesa, dos restos de feudalismo ainda renitentes. A partir daí a introdução da maquinaria, do trabalho assalariado, também o avanço da luta e organização dos trabalhadores e a resposta fascista, o terrível verme que começa a ser alimentado com o dinheiro de uma burguesia que não se constrange em lançar mão de todos os instrumentos, por mais torpes, para não perder sua dominação.

Nos pares, os conflitos

A idéia de pares, de duplas ao mesmo tempo ligadas e contraditórias está presente ao longo de todo o filme. A trajetória de Olmo e Alfredo é uma recorrente situação de conflito-unidade, a relação de Ada e Anita também envolve um misto de oposição e posteriormente identificação. Com a morte de Anita, Ada busca ser mãe para sua filha. Mas sobretudo os dois patriarcas refletem esta permanente tensão, esta contradição.

Filhos de uma mesma época os dois rejeitam as inovações técnicas, o modernismo, acreditam em rígidos códigos eticos , e mesmo assim tanto a separá-los. A formidável consciência de classe do velho Dalcó, aquela lição de dignidade e coragem. A decadência do velho Berlinghieri afastado vendo a fazenda modernizar-se, sentir-se inútil e impotente, a família apenas esperando a sua morte para repartir o que era seu.

A morte angustiada e terrível do velho burguês, a morte- descanso do velho camponês, sentado de olhos abertos como querendo visualizar o futuro, não perder a longa marcha de lutas, de insucessos, e vitórias da sua classe, como querendo antever o socialismo que ele, num chiste, diz que é quando os patrões trabalharem - mesmo que sentados - enquanto ele descansa sob uma árvore, depois de 73 anos de vida, de trabalho.

Não podemos deixar de registrar a presença marcante das mulheres no filme. São as mulheres que capturarão so fascistas Attila e Regina, são elas que se anteporão ao avanço da cavalaria numa cena inesquecível,são elas que demostrarão que,apesar da brutal selvageria fascista, o ideal, a luta socialista continuarão, naquele gesto tão trágico quanto belo da mulher que abre seus seios para as balas fascistas enquanto grita a sua revolta e a sua convicção socialista na cena do massacre sob a chuva na 2ª parte do filme.

Não podemos nos esquecer da passagem belíssima de Anita (Stefania Sandrelli) pelo filme, os gestos a voz firme que conclama os companheiros para a luta, a voz doida que denuncia o assassinato e o incêndio da **Casa do Povo**. Não podemos nos esquecer da passagem tão frívola quanto sofrida daquela Ada (Dominique Sand) testemunha aterrorizada da presença fascista, de sua ação terrível. Principalmente não podemos nos esquecer de Regina (Lorera Betti), criatura que carrega em si todo o ressentimento, o desejo de poder, a idegeneração que movem o fascismo. Regina é o mostruoso móvel de Attila, é por sua instigação que ele se apresenta na reunião na igreja em que se reune a burguesia fascista, é por seu intermédio que ele ascende como capataz da fazenda, é a partir dele que ela pretende adquirir o que ela pretende ter direito, a fazenda, o poder.

A degeneração

Já estava presente em outro filme de Bertollucci, **O Conformista**, a preocupação em buscar caracterizar o fascismo também por sua degeneração, por traços psicológicos doentios.

Esta visão do fascismo como perversão e decadência, estava também presente naquele belo filme de Visconti, **Os Deuses Malditos**, em que ele investiga as raízes do nazismo alemão.

É inegável a conjugação de fascismo e perversão, as figuras de um Himmler na barbárie fascista, são marcas indeléveis. Entretanto, a simples constatação dessa ligação não é suficiente para caracterizar o fascismo.

Na verdade só podemos entender essa ligação fascismo-barbaria-selvageria se tivermos em conta elementos materiais e ideológicos que conformam a sociedade burguesa...

Por um lado o fascismo é sobretudo a emergência do medo-pânico da burguesia ante o avanço do movimento de massas. Para se opor a este avanço a burguesia se lança a uma política em que a ditadura policial-militar é o sustentáculo da sua dominação.

A entronização do autoritarismo, da perseguição, da tortura. A criação de uma máquina repressiva imensa e poderosa na certeza de sua impunidade. O acobertamento de todo tipo de desrespeito a todos os direitos do hoem confrangido as mais torpes torturas, aos mais vis tratamentos, a ferocidade de uma malta de celerados.

É esse o quadro onde se desenvolverá a degeneração fascista, ambiente propício, capaz de desenvolver as mais terríveis tendências.

A defesa da ordem, das tradições, acabar com a anarquia, com as idéias alienígenas, contra o perigo asiático, o bolchevismo É relembrando as **Cruzadas**, a mão feroz da Igreja no combate aos infiéis, que a burguesia fascista, buscará justificar o seu apoio ao movimento fascista. A dominação do irracionalismo, a cultuação da raça da violência, esses os elementos ideológicos que definirão o fascismo.

Permeando tudo, o interesse burguês, esmagar o movimento socialista, lançar contra ele a sanha fascista, o assassinato, destruir toda a oposição a calúnia a tortura, a repressão.

É a vigência desse quadro marcado pela repressão selvagem, pelo autoritarismo, pela censura, pela impunidade que alimentarão as taras e as perversões, que abrirão caminho para que se manifestem e se desenvolvam as mais hediondas vilezas.

A unidade nacional

A libertação da Itália em 1945, foi no Norte obra dos **Partisans**, dos comunistas. Semelhante ao que houve na França onde a libertação também foi obra da **Resistência**, organizada pelos comunistas. Situação semelhante aconteceu na Iuguslávia também libertada pelos comunistas, mas que teve outro desdobramento.

Enquanto na Iugoslávia, a libertação era também o processo de expropriação e reforma agrária, consolidando a hegemonia socialista, na Itália e França o processo de libertação teve como desdobramento a aceitação de uma política de **unidade nacional**, de colaboração de classes que concretamente marcou a inclusão do movimento operário-camponês, o abordamento da revolução socialista.

É essa a grande lição que **1900**, com justa perpectiva discute ao final. Os camponeses armados e fortes, eles próprios responsáveis pela libertação do País, entregue pela burguesia à avalanche nazi-facista, são obrigados a depor as suas armas e restabelecer o poder do patrão.

A sequência é magistral pela emoção que nos desperta aquele inesquecível julgamento popular, a dança alegre dos camponeses sob a imensa bandeira vermelha sustentada por suas armas. Ao final, a deposição das armas, o amargo sabor da derrota a frustração, mas não a apatia. Numa corrida pelos campos belíssimos daquela Emília que é o mundo, a imensa bandeira socialista é arrastada, demonstrando que a luta continua, que o coração ainda bate ao ritmo vigoroso da revolução.

Bancários: deu oposição na cabeça.

A legislação sindical vigente mais uma vez dá fôlego ao peleguismo na eleição para o Sindicato dos Bancários de São Paulo, a Oposição ganhou com 3.644 votos de frente, mas não leva ainda. Haverá um segundo escrutínio, semana que vem. A tática utilizada pela chapa da situação, comandada por Chico «Dedo-duro» Teixeira,foi a de procurar esvaziar as eleições para que não houvesse nem o quorum legal. «Deu quorum, e agora, o que é que eu faço?», deixou escapulir um dos mesários a serviço do pelego, revelando a perplexidade diante do fracasso em parte da manobra.

Por Terezinha Vicente Ferreira

Na próxima segunda-feira, dia 12, os bancarios paulistas iniciarão o segundo escrutínio para eleger a nova diretoria de seu Sindicato. Apesar da clara vitória da **Chapa 2**, Oposição Sindical na primeira eleição, por uma margem de 3.644 votos, não foi atingida a maioria absoluta exigida por lei, correspondente a metade mais um dos votos dos 21.740 bancários sindicalizados. Dos 14.741 volantes, a **Chapa 2** obteve 8.833 votos contra 5.189 para a **Chapa 1**, além dos 522 votos anulados e 197 em branco.

A apuração trancorreu durante o dia todo, no último sábado logo após o término das eleições e a primeira urna apurada foi a dos aposentados, onde a maioria costuma votar na situação. Apesar de Francisco Teixeira, presidente da **Chapa 1** e do sindicato ter dito que «esperava mais votos justamente nessa urna», o seu resultado já se revelou decepcionante para os situacionistas.Dos 205 votos contidos nessa urna, 135 forma para a **Chapa 1** e 55 para a Oposição. A partir da quarta urna apurada, a Oposição foi aumentando cada vez mais a diferença de votos, só perdendo em 7 das 53 urnas existentes.

Para Antonio Augusto de Oliveira Campos, que encabeça a **Chapa 2**, **a vitória já é da Oposição: «Ganhamos porque temos o apoio da categoria e fizemos uma boa propaganda. Temos agora uma nova arma, mostrando que, em pleitos limpos, os bancários preferem a Oposição. O tipo de mensagem que estamos levando reflete os anseios da categoria».**

Corrupção eleitoral

Em contrapartida, a **Chapa 1** praticamente não fez propaganda e, o pouco que fez, foi com o dinheiro do Sindicato. As acusações que já vinham sendo feitas pela Oposição há algum tempo tiveram sua comprovação inabalável no primeiro dia de eleições, segunda-feira, 29 de janeiro. Sandra Costa Cajazeira, integrante da **Chapa 2**, ao entrar na gráfica do Sindicato onde estavam sendo impressos panfletos de propaganda da Chapa 1, segurou a matriz gráfica utilizada para a impressão.

Logo se formou um tumulto, pois Teixeira queria inutilizar a chapa e encerrar o assunto. No entanto, Antonio Augusto e dois fiscais da DRT foram chamados e, juntamente com o advogado da Oposição, Wellington Cantal, deram novo rumo ao fato. A matriz doi colocada numa urna, lacrada e assinada por todos os presentes, inclusive Teixeira, para ser encaminhada a DRT. O presidente do Sindicato tentava dizer que tudo aquilo «estava sendo feito a sua revelia», mas sua preocupação era visível.

Além disso, a explicação para o mínimo de propaganda que fez a **Chapa 1** na campanha tornou-se clara no decorrer da eleição. «A Chapa da situação praticamente dificultou todo o desenrolar da eleição, para que não se conseguisse quorum», denunciam os candidatos da Oposição. Isto porque se dois terços dos eleitores não votassem, as urnas nem seriam abertas, com a eleição invalidade, como obriga a lei.

Esta forma de fraude, inovadora e mais sutil que as já características roubalheiras, tinha a intenção evidente de escamotear a vitória da Oposição e permitir que a **Chapa 1** utilizasse toda a máquina sindical na semana que separa os dois pleitos.

Os piores problemas criados pela situação, neste sentido, foram a colocação das urnas fixas e as listas de votantes «inchadas», facilmente comprovados.

As urnas fixas, são responsáveis pela coleta de dez mil votos e situadas nos grandes bancos, como o **Banco do Brasil**, **Banespa** e **Itaú**, onde a tendência para votar na **Chapa 2** era reconhecida pelos integrantes das duas chapas. A solução encontrada para entravar a eleição foi colocar essas em locais distantes dos funcionários. Assim, no **Banco do Brasil**, ao invés de situar-se a urna no principal edifício do banco, esta ficou numa sala escondida num outro prédio, onde funcionam apenas três seções. Em outro banco foi colocada no ambulatório e, chegou-se ao cúmulo de, no **Banco Safra**, instalá-la num andar em reformas, praticamente deserto de funcionários. Além disso, seus locais não foram divulgados como deveriam pelas gerências dos bancos.

Apesar da Oposição ter conseguido, depois de muita briga, que a partir de quinta-feira estas urnas circulassem pelas seções, como ocorreu em todas as eleições anteriores, os mesários, escolhidos a dedo para trabalhar nelas, se encarregaram de continuar a embromação. Não é difícil entender porque no **Banco do Brasil**, por exemplo, onde o colégio eleitoral se compõe de 1.080 votantes, apenas 490 votaram, o que decepcionou muito a Chapa 2.

Demitidos & Falecidos

Não bastasse isso, o quorum ainda foi acrescido muito com o «inchamento» das listas de votantes. Não houve fiscal da Oposição que não reclamasse do grande número de demitidos, transferidos e até de vários aposentados e falecidos encontrados na listagem de eleitores. Por outro lado, bancários sindicalizados há muito tempo não tinham seus nomes nas relações. Isto vem explicar também porque Teixeira não queria a existência do voto «em separado», próprio para esta casualidade, que nesta eleição se tornou lugar-comum.

Entretanto, e apesar do atraso de duas horas na saída das urnas, no primeiro dia da eleição, a Oposição já havia conseguido que se recolhessem os votos daqueles cujos nomes não constassem na relação. «Conseguimos furar todo o esquema do Chico para que não atingíssemos o quorum», diz Luiz Azevedo, membro da **Chapa 2**. «Ele já previa sua fraqueza, na medida que, por exemplo, no caso do voto, em separado, já tinha os envelopes prontos».

Com todos os entraves, sòmente na sexta-feira conseguiu-se atingir o quorum, que só foi ultrapassado em 276 votos. Outra prova curiosa da intenção da **Chapa 1** em não atingi-lo foi dada por um mesário, como denunciou o fiscal da Oposição. Quando a urna em que trabalhava ultrapassou os dois terços de votantes, o mesário revelou sua apreensão: «Deu o quorum, e agora que é que eu faço?».

O próprio Teixeira, na noite de sexta-feira, se dirigiu a vários opositores, dizendo cinicamente: «Nós nos curvamos a vocês. Vocês realmente têm base e merecem. Estão de parabéns».

Organização da Oposição até a apuração. Central Foto Jornalismo

EXCLUSIVO

Como derrotar o pelego e o tenente, em 7 lições.

Com a experiência destas eleições, a Oposição Sindical ensina como fazer para enfrentar a fraude eleitoral , e evitar dissabores como o dos metalúrgicos de São Paulo, em julho passado.

Ricardo Geraldez/Central Foto Jornalismo

Jose Gonçalves F lho: o tenente

O tenente que comanda os mesários e a fraude, segundo as Oposições Sindicais: «Eu sei separar a minha atividade profissional como mesário e a minha condição de tenente reformado. Nunca me utilizei das prerrogativas que tenho como ex-oficial do Exército e não quero que você ponha isso no seu jornal, pelo amor de Deus. Poderia prejudicar bastante o meu nome na praça».

Tudo que restou a Francisco Teixeira foi reconhecer sua derrota, já que a Oposição Bancária deu claras demonstrações da força que possui. Durante toda a semana de eleições, a Oposição dominou o Sindicato, fazendo com que a Diretoria quase desaparecesse e cativando até os mesários, pela sua organização.

Na reunião de balanço das eleições feitas pela **Chapa 2** e seus companheiros deixou-se claro que um ponto fundamental para sua vitória foram os fiscais. Além destes, o grande número de bancários que engrossaram o chamado «grupo de apoio» também se tornaram essenciais.

Com a experiência adquirida em eleições anteriores, principalmente nas grandes fraudes ocorridas com os metalúrgicos, os bancários prepararam-se intensamente para o pleito. Várias reuniões com os fiscais foram realizadas, onde se discutiu tudo o que pudesse acontecer e quais as atitudes a serem tomadas. Cada fiscal dispunha de uma pasta, com todo o material necessário, desde a sua credencial até impressos para impugnar votos ou a urna toda. Os principais pontos da legislação também foram discutidos e todo o fiscal tinha obrigação de sabê-los.

Durante os cinco dias de eleição, nenhuma urna saiu do Sindicato sem o fiscal da Oposição. Estes se colocavam na porta da sala onde elas se encontravam e dois integrantes da **Chapa 2** controlavam sua saída, uma a uma, e a companhia dos respectivo fiscal. Na porta do elevador e na saída do prédio, elementos do «grupo de apoio» ratificavam o controle. No local de onde saíam os carros com as urnas que iam para os bairros, muitos bancários impediam que os veículos saíssem sem o fiscal, colocando-se em grupo na sua frente, apesar da tentativa de impedimento de integrantes da **Chapa 1**.

O ponto mais significativo do controle que a Oposição assumiu foi o domínio até sobre o coordenador dos mesários. Trata-se do tenente-reformado, José Gonçalves Filho, responsável por todas as últimas grandes fraudes que se tem conhecimento. Quando os jornalistas descobriram sua condição de ex-militar, ele gritava, muito nervoso: «Eu sei separar a minha atividade profissional como mesário e a minha condição de tenente reformado. Nunca me utilizei das prerrogativas que tenho como ex-oficial do Exército e não quero que você ponha isso no seu jornal, pelo amor de Deus. Poderia prejudicar bastante o meu nome na praça».

Entretanto, esse elemento comandava até Francisco Teixeira, que lhe dava mais autoridade que aos fiscais da DRT. Por várias vezes, o vice-presidente da Chapa 2, Luiz Gushiken, tomou o microfone das mãos do tenente-reformado para retificar ordens que este dava aos mesários e contradiziam a legislação. Dessa forma, a Oposição chegou a tirar Gonçalves do recinto e a dar as instruções aos mesários.

A confusão gerada pela desorganização da eleição, da parte de Teixeira, e pelo autoritarismo exercido sobre os mesários por Gonçalves, em contraposição à organização e clareza da Oposição, chegou a dividir os mesários.

Calma e naturalidade

Reclamando muito da desorganização do Sindicato, grande parte dos mesários passavam a resolver suas dúvidas com elementos da Oposição. Sandra Cajazeira, que controlava as urnas e a quantidade de votos diariamente, conta: «Alguns mesários, quando chegavam, vinham me dizer o número de sua urna e a quantidade de votos recolhidos. Alguns deles chegaram a deixar seu telefone, para que os chamássemos no caso de nova eleição».

Outro ponto importante para a Oposição foi o controle de seus elementos diante das provocações e da grande quantidade de agentes do DOPS no recinto do Sindicato. «Manteve-se uma calma normal e os trabalhos foram desenvolvidos naturalmente, como se fazia necessário», diz satisfeito Antonio Augusto.

Para o segundo escrutíneo a Oposição espera um clima de maior repressão, visto que os integrantes da chapa da situação não escondem seu desespero. No mesmo dia da apuração, começaram as desavenças entre eles, acusando-se mutuamente, mas Teixeira ainda tem esperanças de ganhar no segundo escrutínio.

Como a legislação atreladora do Sindicato ainda, provavelmente a situação redobrará seus esforços para anulá-lo. Não é à toa que o tenente reformado, José Gonçalves, logo após a apuração já se encontrava reunido com a Chapa 1.

Para os integrantes da **Chapa 2**, a vitória já está assegurada, pois virar quase 4.000 votos vai ser bem difícil. Apesar disso, novo esquema de controle já começa a ser preparado, com o fim de garantir a derrota dos pelegos e assegurar a posse da chapa de Oposição, claramente a preferida pela categoria.

Bancários na Bahia:

Campanha salarial volta a se agitar

Os ventos da crescente movimentação sindical chegam à Bahia, onde os bancários retomam o embalo de reivindicações e conseguem aumentos de 53% no salário, ou seja, 10% acima do índice do governo, num processo de negociação direta com os patrões, sustentado por assembléias que mobilizaram até 400 profissionais da categoria, coisa que não se via há 12 anos.

Por A. Helder

O movimento sindical baiano está perdendo cada vez mais intensamente sua letargia de 15 anos impulsionado pelas ondas de irradiação vindas do sul do país encorajando os trabalhadores baianos também pelo crescimento e atuação das oposições sindicais que tem assumido a liderança dos principais acontecimentos ocorridos nestes últimos meses como por exemplo a conquista da direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica do Estado da Bahia.

Outra prova disto foi a Campanha Salarial dos Trabalhadores em Estabelecimento Bancários da Bahia e Sergipe encerrada em 31 de janeiro passado com a assinatura de uma Convenção Coletiva de Trabalho, após quase dois meses de negociações diretas com os patrões e várias assembléias realizadas. Os bancários conquistaram, entre outras coisas, aumento acima do índice do governo (ver tabela) adicional por tempo de serviço (anuênio) a partir do primeiro ano no valor de Cr$ 200.00, estabilidade para a gestante até dois meses após o término da licença-maternidade, uma gratificação semestral extensiva a todos trabalhadores bancários, ausência abonada, sem descontos nos dias de provas escolares e retratação da data-base para 1° de janeiro.

Entretanto, essas conquistas estão um pouco longé do que desejavam e aprovaram na primeira assembléia da campanha os trabalhadores bancários: aumento de 30% acima do índice do governo, anuênio de Cr$ 300,00 a partir do 1° ano, férias em dobro, retroação da data-base para setembro, entre outras reivindicações. Para Pedro Barbosa, um dos principais dirigentes da oposição sindical «ainda que o comparecimento às várias assembléias realizadas tivesse sido crescente, atingindo nas últimas até 400 participantes — maior número dos últimos 12 anos — não se atingiu um nível suficiente de organização e mobilização que pudesse fazer frente aos patrões, acrescentando que na negociação com o patrão quaisquer argumentos são insuficientes «se não se tem o direito de greve».

Caminhos tortuosos

De qualquer sorte, foram tortuosos os caminhos empreendidos para se chegar ao acordo. Já em agosto/78 o Movimento Bancário **Participação e Organização**, oposição sindical à atual direção do Sindicato (considerada imobilista e conciliadora) desenvolvia campanha que culminou com abaixo-assinado firmado por 3.100 bancários de uma categoria de 12.000 solicitando a convocação de uma assembléia para decidir sobre a campanha salarial a ser iniciada já naquele mês, no que não foi atendido pelo presidente Eraldo Paim, sempre acostumado a desrespeitar a vontade dos bancários.

Somente em dezembro, depois de muitas pressões, é que se convoca uma assembléia para decidir sobre a Campanha Salarial. Nela foi eleita uma Comissão Salarial para realizar as negociações com os Banqueiros sem poder, porém, para decidir e aprovar o acordo, o que seria de competência exclusiva da Assembléia. O ritual de simples convocação da assembléia para aprovar a proposta elaborada pela direção do sindicato e dar-lhe todo poder de negociação foi quebrado, apesar das manobras de alguns membros da atual diretoria que não comprendiam que os tempos já são outros.

A Comissão Salarial era composta pelo atual presidente do Sindicato da Federação e trabalhadores de base, a maior parte, membros da Oposição Sindical.

O que se vê a partir daí é a Oposição assumindo efetivamente a direção da Campanha e as formas de encaminhamento de luta. Quase todos os demais membros da diretoria do Sindicato se afastam deixando de assumir qualquer trabalho que faça parte da Campanha. O presidente Eraldo Paim, segundo membros da oposição , começa a mudar bastante sua prática e linguagem apoiando, inclusive, muitas das iniciativas da Oposição que participa da Comissão Salarial e colocando material e instalações do sindicato à sua disposição. Alguns bancários não acreditam muito «nesta nova roupa do Eraldo» sugerindo «que a prática sindical pelega, imobilista, foi derrotada nesta Campanha Salarial e ele foi um dos poucos membros da diretoria do sindicato que percebeu, na prática, as mudanças qualitativas ocorridas movimento sindical e foi capaz de assumir nova roupagem para não ficar a reboque e ser esmagado pelo processo». A prova disto talvez seja o fato de ter afirmado que apesar de juntos, ele e a Oposição, nesta campanha «jamais existirá denominador comum entre ambos».

Outra dificuldade enfrentada pela Comissão Salarial foi a de inexistir estudos sócio-econômicos sobre a categoria que pudessem ser utilizados nas negociações com os banqueiros. Os únicos instrumentos estatísticos disponíveis eram os altos lucros dos bancos nestes últimos anos e o índice de Custo de Vida na Bahia, nestes últimos 12 meses chegou a 44,2% (Dados «Secretaria do Planejamento). Segundo Beraldo Boaventura, da Oposição, isto também é «resultado de uma estrutura sindical que impõem os sindicatos uma prática voltada para o assistencialismo descuidando-se de outros temas de real interesse da classe trabalhadora».

Banqueiros preparados

Os banqueiros, porém, vieram, preparados: trouxeram Conselheiro da Federação Nacional dos Bancos — FENABEM, experts em negociação direta e que participou das negociações ocorridas no Rio e Em São Paulo. Talvez, diante dos despreparados bancários, é que todos os baqueiros declaram preferir a negociação direta entre patrões e trabalhadores que a sistemática anterior de imposição do índice salárial pelo governo.

Outro grande aliado dos banqueiros foi o Delegado Regional do Trabalho. Ivanilson Trindade, que, mesmo tentando, não conseguia esconder sua predileção por estes quando, vez por outra, fazia comentários» sobre a despreendimento e sensibilidade dos senhores banqueiros». E importante limitar que 3 dos componentes da Comissão Salarial concorreram às últimas eleições sindicais pela chapa de oposição e quase foram vetados por ele.

De qualquer sorte, declara Pedro Barbosa, os ganhos políticos foram significativos, houve expressiva participação das bases nas assembléias, quer tomando a palavra, quer aplaudido calorosamente as propostas mais consequentes apresentadas, sobretudo àqueles que denunciavam os quase 15 anos de arrocho salarial sofrido pelos trabalhadores e imposto pela ditadura militar que tomou o poder em 1964, e a estrutura sindical viciada fascista criada durante a ditadura Vargas e mantida para desmobilizar a classe trabalhadora.

Outro passo importante foi tomado numa das assembléias: a criação de uma Comissão Permanente de Mobilização, aberta em número, podendo participar sindicalizados ou não, que terá como função básica a mobilização da categoria e ampliar a luta nos locais de trabalho , com a formação, inclusive, de comissões por bancos. Pois em setembro, prometem os membros da coordenação provisória, será travada a luta pela retroação da data - base para todo o ano como a Campanha pela jornada de 6 horas de trabalho e contra as locadoras de mãe-de-obra.

Salários	Índices
... até 3.689,00	53,0% (índice do governo + 10%)
de 3.689,00 até 4.905,00	50,0% (índice do governo + 8%
de 4.905,00 até 9.811,00	48,0% (índice do governo + 5%)
... acima de 9.811,00	46,5% (índice do governo + 3.5%)

O que é preciso mudar no MDB?

Fizemos esta pergunta a diversos parlamentares em vários Estados. Com a aproximação da reabertura do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas, renovadas com mais uma estrondosa vitória oposicionista nas urnas de novembro, há muita expectativa sobre o que será o MDB a partir de agora. Mudanças no programa do partido, construção de uma verdadeira democracia interna e aproximação real com o movimento de base nos bairros, nas fábricas, nas universidades, é o que reivindicam vários dos deputados entrevistados.

Por Flávio Andrade

Passada a euforia eleitoral da vitória do MDB, cantada por muitos num tom de que o partido se transformaría, sensível ao protesto popular, tanto a nível do programa como de democracia interna, o quadro hoje é de desencanto.

O apelo à unidade partidária, contra novas agremiações, até agora tem servido muito mais à direção pessedista, como poder de barganha nas conversações sem fim da conciliação nacional de Figuereido. E não as oposições populares avançando e transformando internamente o MDB com vistas às causas populares.

Assim é que a política institucional está hoje dominada muito mais pelos conchavos da Arena com a direção emedebista do que pela colocação em cena de temas de democratização real, que interessa aos trabalhadores.

Enquanto isto, os velhos procedimentos de boicote às novas forças, tanto na filiação partidária quanto na expressão interna no MDB continuam a ocorrer, e não é sem razão que parte destas forças se vêm avessas à tentativa de participação no partido, como foi o caso recente dos sindicalistas autênticos que saíram com a proposta de formação do Partido dos Trabalhadores.

Igualmente, na medida em que se desenvolvem e se insinuam lutas extraparlamentares como campanhas salariais o MDB silencia sobre tais acontecimentos, como se eles não fizessem parte da política.

Tudo isto vem evidenciar que o ufanismo em torno da unidade do MDB como vem grassando em alguns setores, é suicídio para as oposiçoes populares.

Ao contrário, o que elas necessitam é concluir que este partido é insanável do ponto de vista dos trabalhadores e demais camadas populares. E que atuando nele agora, o que lhes cabe é organizarem-se enquanto tendência com estrutura e programa próprios, encarando-o de fato como uma frente. Pois frente sem diferenciação é conversa para boi dormir.

O que não dispensa, pelo contrário requer a luta por mudanças no próprio MDB, articulada com as oposições extra-parlamentares. Pois como já se disse tantas vezes: O MDB só funciona sob pressão.

Nas três páginas que se seguem, este semanário apresenta um painel sobre a questão: o que deve mudar no MDB? E ao mesmo tempo, dá dicas sobre como enfrentar as tramoias habituais dentro do partido.

foto: Agência Folhas

Lisâneas: um MDB sem tensões internas é um MDB podre.

«O MDB tem um vício de origem insanável. No entanto apesar disto temos que usá-lo até que se possa ter um partido realmente vinculado aos interesses populares. Este vício, devido ao processo de cima para baixo como foi criado pela ditadura é a concentração de sua existência a nível parlamentar e o controle pela fração moderada do pessedismo esperto». É o que afirma o ex-deputado federal, cassado, Lisâneas Maciel, do Rio de Janeiro diante da pergunta **o que deve mudar no MDB?**

Hoje, segundo Lisâneas, afirmar simplesmente a necessidade da unidade em torno do MDB é um «gesto de incompetência política», e enorme risco para a Oposição ligada aos trabalhadores e camadas populares. Pois, «a tranquilidade do MDB é sua podridão, sua acomodação diante da abertura do regime» e para que o MDB possa servir» a nós, ele tem que ser tenso permanentemente no plano interno, sob pena de ser servil».

Lisâneas reconhece que é necessário uma mudança no programa do partido, mas adverte: «não basta dizer que a alteração deva ser no rumo dos interesses populares; é necessário que ela seja produzida de baixo para cima, pois qualquer acordo que hoje se der na direção, em torno de uma nova formulação, continuará letra morta, como decisão cupulista. Oferecer ao povo um programa novo é incorreto».

E aí é que está o problema para ele, pois esta participação popular não existe. Até mesmo dentro do próprio partido «a direção pessedista só faz reunião quando as decisões estão previamente tomadas, para homologá-las simplesmente». Se isto ocorre dentro do partido, «então é muito natural que os trabalhadores vejam com muita desconfiança os convites para a participação no MDB».

Lisâneas exemplifica com o caso da Guanabara, onde a seu ver «o MDB é um instrumento de mistificação popular, apesar dos 80% da votação que obteve. Não há nenhuma participação popular, nenhuma mesmo. A direção é que decide tudo através do delegado da ditadura, Chagas Freitas, que é o dono do partido local. Assim, fortalecer indiscriminadamente o MDB é um risco enorme para as oposições populares». E arremata curto e grosso: «Indiquei um operário para a sublegenda do Senado e a direção vetou. No MDB do Rio não há um parlamentar sequer vindo das classes trabalhadoras».

Nestas circunstâncias, a existência de tendências definidas dentro do MDB é vista por Lisâneas como «altamente salutar», ao contrário do que têm declarado vários parlamentares «autênticos». Até que se conquiste «a democracia para então se poder formar partidos populares, é natural e necessário que o MDB tenha que ser tenso, aguçando a existência das tendências que vão se formando no seu interior, embora convivendo em torno de um campo comum da luta democrática; somente assim é possível romper os vícios de origem».

foto: Niels Andreas

Airton: O controle da filiação é o funil dos oportunistas.

«Se o MDB é, através de seu programa mínimo, o denominador comum de uma frente de oposições, assim só é possível alterações no seu programa que não impliquem na exclusão de algum dos componentes desta frente. Portanto, cabe somente atualizações e especificações, e não uma mudança qualitativa». É o que afirma o deputado federal por São Paulo Airton Soares, quando perguntado sobre o que deve mudar no programa do MDB.

Mas se estas mudanças são poucas, no entanto ele observa: «a questão do programa é secundária; o importante é a prática do partido».

E para Airton, o fundamental é o MDB «deixar de ser um partido de parlamentares e procurar fazer funcionar sua estrutura, que aliás é a maior estrutura que um partido já teve no País». Somente assim, argumenta, «é que conseguiremos uma participação popular dentro do partido, coisa que acredito firmemente ser possível».

Como medida concreta para esta transformação ele aponta a necessidade de se «retirar da direção do partido e controle sobre a filiação, pois é aí que está o funil dos oportunistas e a abertura do partido só virá com um processo de participação popular». Segundo Airton ainda não há uma decisão concreta neste sentido, mas com as «renovações nas direções municipais, locais e nacionais que deverá ocorrer este ano, aí então será possível deflagrar uma campanha de filiação deste tipo e que vindo a ser aprovada numa convenção partidária pode ter uma força real».

Do outro lado, insiste Airton, o «partido tem que intensificar o funcionamento dos departamentos e institutos que ele já tem e deve criar — trabalhistas, feministas, IEPES, etc — como forma de abrir espaço para a representação das oposições extra-parlamentares». E exemplifica: «Se o Lula defende um Partido dos Trabalhadores, porque não vir então dirigir um Departamento Trabalhista dentro do MDB, como forma de ter voz dentro do partido e levar adiante sua tendência?».

Neste rumo, o deputado paulista aponta que «as tendências têm que ter espaço, respeitanto a convivência democratica do partido, para se estruturarem com vistas à redefinição do quadro partidário futuramente». E ele pessoalmente se colocando pela formação já de «uma corrente ou tendência que tenha como eixos a luta pelo restabelecimento das liberdades plenas com vistas à organização dos setores populares». Pois para Airton, a constituição de «tendências ideológicas ou de caráter classista seria prematura atualmente» quando o problema central lhe parece ser organização e mobilização das bases da oposição. «Nós temos que ser realistas e vermos que estamos numa situação aquém daquela de 64 e mesmo 68, e não querermos dar passos inviáveis», conclui Airton.

Fernando Henrique: os diretórios do MDB são meros comitês eleitorais.

«A estrutura interna do MDB tem que mudar drasticamente», responde Fernando Henrique, candidato nas últimas eleições ao Senado por São Paulo na sublegenda do MDB, quando perguntado sobre o que mudar no partido de oposição. «Boa parte dos diretórios do partido são meros comitês eleitorais, quando muito, pois vários nem nas eleições funcionam». Para Fernando Henrique se o partido «quiser funcionar nesta fase atribulada que vem vivendo, ele tem que se abrir e ser ativo inter-eleitoralmente. Pois somente com a consulta às bases, sua participação e decisão, é que o MDB conseguirá servir à luta pela democratização».

Apesar de não haver ainda da parte das lideranças mais autênticas do partido uma campanha em torno desta mudança, Fernando Henrique argumenta que ela «já está se dando na medida em que vários comitês que conseguiram manter algum funcionamento pós-eleitoral, preparam-se para a renovação da direção partidária que se dará este ano».

Em segundo lugar, para o ex-candidato ao Senado, «em qualquer país do mundo o número de militantes em um partido é sempre limitado, e se este partido não souber ampliar sua faixa de ação e participação extra-partidária, ele fatalmente se restringirá em inflência ou perderá o componente popular». Em virtude disto, «é imprescindível que o MDB busque criar e desenvolver formas de ligação com as oposições extra parlamentares».

Finalmente, na questão do programa do MDB, para Fernando Henrique, «há muito tempo que o texto está superado. Entretanto, em cada campanha, naturalmente, as formulações programáticas sofrem uma atualização, como ocorreu agora na última eleição». Assim o que deveria se fazer, é o registro a nível do programa dos «temas democráticos e populares que vimos empolgar a oposição em novembro».

Do lado da existência de tendências internas como forma de «aperfeiçoamento da democracia do partido, Fernando Henrique acha que elas já são uma realidade e que devem se desenvolver desde que não muito rigidas organicamente e se submetendo à regra geral». No que diz respeito a ele próprio, «não há nada de concreto enquanto participar ou formar uma tendência. Mas o caminho é o que apontei já quanto o programa, estrutura democrática e vínculos extraparlamentares».

Marcílio: o programa não é nada; o problema é a prática.

Para Benedito Marcilio, deputado federal recém-eleito por São Paulo e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André — que apresentou em Lins a tese do Partido dos Trabalhadores — esta «proposta partidária deve, de imediato, se organizar dentro do MDB enquanto uma tendência em frente com outros oposicionistas contra o regime autoritário». Assim, argumenta Marcílio, estaremos iniciando uma mudança já na estrutura e programa do MDB. E continua o deputado, «ao igual que nós outros deveriam fazer o mesmo e o MDB iria se tornando mais democrático e ligado às oposições extra-parlamentares».

A nível do programa propriamente Marcílio diz que «ele não é ruim e seria um grande ganho se conseguissemos que todos o praticassem; é aí que está o problema».

A questão fundamental que Marcílio localiza nas mudanças necessárias ao MDB está na «determinação da Lei Orgânica que estabelece um quorum mínimo de 2/3 dos membros para qualquer decisão de convenção partidária». Assim, mesmo deixando de lado o problema dos sumiços em fichas de inscrição de elementos adversários a quem controla determinado diretório, mesmo assim é difícil que se promova uma campanha pela filiação massiva e popular ao partido. Pois quando de uma convenção partidária, não comparecendo 2/3 desta massa, ela se torna nula e abre-se caminho para intervenções na instância partidária em questão».

Portanto, mesmo aqueles que se identificam co as forças populares podem perder no caso de uma filiação massiva dentro da legislação, mantendo-se a questão dos 2/3. E isto é grave, porque «sem uma filiação massiva e popular ao MDB jamais conseguiremos fazer com que ele avance». É este sentido que Marcílio diz que «já há um grupo de parlamentares preparando uma emenda a ser apresentada ao Congresso com vistas a alterar esta fixação da Lei Orgânica».

Freitas: mudar o MDB via renovação das direções.

Para o atual líder da bancada do MDB na Câmara de deputados, Freitas Nobre, as mudanças necessárias no MDB «envolvem dois aspectos: de um lado a atualização do programa tendo em vista as teses mais avançadas que foram objeto de campanha eleitoral em novembro último; de outro o partido levar em conta as Oposições extra-partidárias e parlamentares, que são muito maiores que o próprio partido. Isto é imprescindível caso o MDB queira influir neste período de transição democrática que vivemos».

No entanto Freitas aceita que no momento não há nada de concreto em termos de encaminhamento nas mudanças que ele menciona. Mas acredita que «estas necessidades geraram um clima que hoje empolga a todos nós» e que isto terá resultados concretos na renovação das direções partidárias já com data marcada para o meio do ano. Pois Freitas acha que «mesmo na atual estrutura do partido, se as bases se empolgam na renovação elas obterão sucesso».

Assim, do ponto de vista oficial do partido, via sua liderança, as mudanças na estrutura interna do poder emedebista não necessitam ir além de uma «preocupação ou clima no sentido da maior participação das bases».

A nível do diagnóstico Freitas aponta os problemas da «artificialidade e cupulismo do nascimento do partido, e da dificuldade que isto tráz para a democracia interna». Mas a nível das propostas de superação do estrangulamento a uma maior participação popular suas indicações são bastante abstratas e pouco empolgantes para as oposições populares.

Ele chega a negar a explicitação de tendências com alguma formalização no interior do MDB como forma de democratização do partido, embora diga que o MDB é uma verdadeira frente de oposições. E se perguntado quais os componentes desta frente responde que «organizar tendências é o mesmo que organizar partidos do ponto de vista das consequências sobre a frente emedebista, enfraquecendo-a. E aí eu vou mais além: defendo, como o faz o MDB, o pluripartidarismo amplo, mas para quando houver condições de se criar um PTB, um PS, um PC etc. E não agora quando não há liberdade para estas explicitações», afirma Freitas.

Agora, todo esforço pela unidade do partido «diante da tentativa do governo em desestabilizá-lo perante a opinião pública, vendendo a imagem de comprometimento na negociação de uma falsa democracia que ele quer fazer aprovar no Congresso. Pois temos que entender que «o MDB, apesar de suas limitações é útil como um instrumento com um prazo de vida limitado até a normalidade democrática».

Goldman: o programa tem que mudar, mas só na forma.

«O estatuto atual do MDB já é democrático, bastante até, e assim o que cabe alterar no partido neste particular são duas coisas: de um lado mudar a Lei Orgânica dos Partidos, de forma a que a filiação partidária possa se dar diretamente, por exemplo no TRE, evitando-se assim as dificuldades que algumas direções criam à filiação adversária; de outro lado fiscalizar esta liberdade de filiação através de novas direções mais democráticas que deverão se eleger agora quando da renovação dos cargos do partido.» Assim Alberto Goldman, recém-eleito deputado federal por São Paulo encara a questão da democracia interna no MDB.

As tendências se aglutinando no interior da frente emedebita são vistas por ele «como negativas na medida em que simplesmente viriam aguçar a luta interna. E uma luta interna puramente fisiológica, pois não há liberdade para que estas tendências se explicitem ideologicamente». E ele conclui: «frente mesmo, com diversidade explícita e organizada, só mesmo em democracias plenas». O que não o incomoda de prosseguir na sua argumentação dizendo que o MDB «é uma frente das Oposições» e que se ela não se colore na sua composição isto é fruto «do condicionante repressivo a que estamos submetidos». Mas o que escapa da resposta de Goldman é porque ele também se vê contrário àquelas colorações que já se podem dar no espaço político hoje conquistado.

Do lado das necessidades programáticas, Goldman acha que «as mudanças devem ser apenas de forma e não de conteúdo; trata-se de uma ênfase maior em alguns temas como a autonomia sindical e o direito de greve, que aliás já fazem parte do programa do partido». O objetivo dele é «popularizar o programa do MDB, mudando a forma difícil de entender, rebuscada, adequando-o mais à divulgação popular.»

Adelmo de Oliveira:

Reformular pela base

«A alternativa dos parlamentares consequentes é descer às bases, mostrar os limites do MDB, participar dele no que for possível, mas jogar toda a força nas organizações independentes dos bairros, fábricas, e sindicatos», sustenta o deputado estadual Adelmo Oliveira, que começa brevemente seu primeiro mandato na Assembléia Legislativa da Bahia.

Da sucursal

Esse MDB que nós temos tem poucas chances de sobrevivência com o atual programa e com sua estrutura interna que impede a participação das bases no poder de decisão.

Esta é uma das conclusões do deputado eleito, em Salvador, Adelmo de Oliveira, um dos fundadores da Ala Jovem do partido, criada para resistir ao domínio do setor adesista.

Adelmo considera que a proposta do futuro líder do MDB na Câmara dos Deputados de proceder à reformulação do programa deve ser acompanhada da reformulação estrutural «vez que o partido não absorve as diversas concepções e correntes de opinião existentes na sociedade. O programa nasceu sob o signo da ditadura plena e muitas de suas teses são uma reafirmação do liberalismo no plano político e uma difusa definição de um redistributivismo no plano econômico».

«Esse redistributivismo é aconselhado para diminuir as tensões sociais, sem, no entano, descer à raiz dos anseios dos setores explorados e oprimidos. Daí que, no seu próprio estatuto, o Departamento Trabalhista funciona formalmente como um apêndice, sujeito aos órgãos partidários, e é definido mesmo como um órgão de «cooperação. Quer dizer, o trabalhador fica de fato atrelado, através deste departamento, aos órgãos de decisão partidária, ocupados, de modo geral, por remanescentes das elites políticas da burguesia e da pequena-burguesia. Essa deficiência, só para citar um exemplo, estrangula o acesso da classe operária, que não vê sentido em integrar um órgão que não tem poder de decisão».

Princípios e estrutura

Segundo Adelmo é preciso nunca esquecer que o MDB se constituiu ao longo dos anos, como um partido que absorveu progressivamente grandes camadas insatisfeitas da população com a ditadura e com os rumos do autoritarismo. Ele é caracterizado como um partido que nasceu de cima para baixo e agora, se pretende sobreviver, terá que reformular toda a sua estrutura, bem como os princípios que norteiam sua ação.

«Não é de estranhar, diz Adelmo, que as lideranças sindicais se mantenham à distância do MDB, em função de sua ineficiência, e preferem, com todo o corporativismo dos sindicatos, atrelados à estrutura do Estado burguês, seguir por esse caminho, rompendo o cerco através de lutas próprias de sua classe, e sem as manipulações de setores que longe estão de interpretar seus interesses».

E diz mais:

— É verdade que, com a mudança de conjuntura, lideranças mais autênticas têm feito uma pregação que se aproxima das aspirações das amplas massas, inclusive dos trabalhadores. Mas esta aproximação se dá através das denúncias do regime autoritário, da defesa das liberdades democráticas, contra o corporativismo sindical, bem como da superexploração a que a classe operária está submetida. E o programa do MDB permite essas posições.

— Por exemplo, na parte das relações do trabalho e capital o programa defende a luta contra a exploração do trabalho pelo capital, a luta contra todas as formas de imperialismo, o direito de livre sindicalização, combate ao arrocho salarial, e um dos pontos básicos do programa é a defesa do pluripartidarismo. E isso significa que os trabalhadores devem se organizar, acumular suas forças na luta para, colados à conjuntura, romper o cerco do autoritarismo e fundar o partido dos trabalhadores.

— Mas vejo como muito polêmico, na conjuntura atual, com todos os poderes que o governo ainda dispõe, de repressão, a questão da criação já de um partido político dos trabalhadores. Embora o País seja capitalista, o nascimento de um partido deste tipo teria necessariamente um caráter regionalista, porque o avanço das condições subjetivas está se dando principalmente no eixo Rio-São Paulo. Quer dizer que a implantação deste partido, nacionalmente, teria muita dificuldade. Para isso seria necessário um clima de liberdades bem maiores, sem leis de exceção, mesmo que ainda dentro dos marcos da democracia burguesa. Acho mesmo que, sem querer substituir a vontade dos trabalhadores, a criação deste partido hoje é inviável.

Fortalecer a frente de oposições

— Resta então a participação do MDB, no sentido de fortalecê-lo como frente de oposições contra a ditadura, que não acabou com a extinção do AI-5. Agora estamos na fase do cambate à ditadura reformada protegida pelas salvaguardas e lei de segurança nacional. Existe no MDB um pequeno espaço, e os trabalhadores podem se juntar às outras forças sociais, para, através da luta, conquistar os pressupostos para a formação de partidos mais definidos.

— Na Bahia nem chega a existir um departamento trabalhista e acredito que não seria por aí a participação operária. Os trabalhadores não chegaram a marcar sua presença mesmo porque desde 1970 instalou-se aqui uma ditadura partidária, dirigida pela ala adesista, mais preocupada em servir ao governo que abrir espaços para os setores explorados e oprimidos. E a prova disso é que a Bahia é talvez um dos maiores redutos eleitorais da Arena no País. No MDB baiano não existe democracia interna e uma das poucas tentativas de filiação em massa foi abortada em 75 pela ala adesista e pela repressão.

— Mas é possível que com o golpe sofrido nas últimas eleições, pelos setores adesistas, possa haver algumas mudanças no funcionamento deste MDB. Mas de antemão sabemos que as chances são muito reduzidas. Para uma convenção municipal o nível de mobilização teria de ser imenso, vez que ela se processa em um único dia e com uma única urna coletora dos votos. Como poderia o MDB levar, por exemplo, 30 mil filiados à eleição, das oito às cinco horas da tarde? E essa não é uma limitação do MDB baiano, mas de todo o País.

— A artificialidade do MDB fica claramente manifestada aí. Nasceu de cima, sem participação popular e nem mesmo tem mecanismos para efetuar essa participação. Os estatutos foram forjados de modo a impedir a participação de massas. Assim, quanto mais filiação se faz, mais difícil se torna a realização de uma convenção. O diretório municipal da Bahia deve ter quase cinco mil filiados. Sem contar as 1.200 filiações feitas em 75 e que foram jogadas no lixo pelos adesistas, para uma eleição ser legal, éla teria que ter a presença de 2.500 mais um associados. As correntes partem para novas filiações para a disputa e cada vez a coisa se torna mais impossível.

— Assim, quando se fala em participação no MDB, não se pode entender como uma participação de massas. Este partido é apenas mais um instrumento onde as camadas descontentes desaguam sua repulsa contra o governo e o sistema. Mas dentro dele, até hoje, tem havido só espaço para vanguardas. E essa é a grande limitação, que é preciso superar.

— Não é por acaso que essa limitação está estreitamente vinculada à limitação da atuação parlamentar. Resta a alternativa dos parlamentares consequentes descerem às bases, mostrar os limites do MDB, participar dele no que for possível, mas jogar toda a força nas organizações independentes dos bairros, fábricas ef e sindicatos. Não há receitas pré-formuladas e na Bahia a experiência é pouca a não ser algumas de caráter eleitoreiro.

Contatos imediatos com a meta socialista

Um aparte do jovem deputado paulista na polêmica sobre o «caráter sideral do socialismo», que se trava nas páginas deste jornal há algumas semanas: «para assumir a luta contra ditadura, hoje a central, não devemos abandonar nossa identidade política de socialistas».

Por Geraldo Siqueira Filho, deputado estadual pelo MDB-SP

Este artigo não pretende encerrar a polêmica, muito menos surgiu de uma vontade secreta de bater no peito e dizer socialista. Mas como deputado recém-eleito e comprometido com um programa assumido publicamente, gostaria de colocar mais algumas questões no debate que este jornal assumiu, e que acontece no dia-a-dia do meu comitê.

Acho que o debate deve ser colocado no seu devido lugar. Partamos do princípio que, hoje, colocar a questão do socialismo não deve ser ato de fé, vontade ou propaganda esotérica. **O socialismo é uma perspectiva de luta e de luta contra a ditadura**. Portanto, nossa principal preocupação não deve ser debatê-lo desligado do principal problema que enfrentamos hoje: qual nossa intervenção nesta conjuntura, o que é fortalecer o movimento operário e popular, o que é ser socialista hoje, no Brasil, em 1979.

Para que o debate possa fluir de forma a responder estas questões, é necessário eliminar mitos e falsas contradições.

Estar no MDB hoje não é contraditório como lutarmos e termos a prioridade de nossa intervenção voltada para o fortalecimento das amplas organizações de massa, livre e independentes. O MDB foi o canal que a população usou para dizer «sou contra o governo». E foi dessa forma que participamos da campanha eleitoral: propondo o **vote contra o governo**, sendo mais um instrumento de expressão do movimento operário e popular, desmistificando a farsa eleitoral e o próprio MDB ao qual nos filiamos.

Portanto, não podemos aceitar que hoje tenhamos uma intervenção no fundamental semelhante ao que criticamos no próprio MDB — uma intervenção eleitoreira. Ao contrário, temos que nos propor a uma intervenção colada nas lutas dos trabalhadores, contribuindo, dando nossa ajuda para seu desenvolvimento. Isto não significa, como não significou a participação no pleito eleitoral de 15 de novembro, atrelar o movimento de base independente ao MDB, difundindo a ilusão de que ele é ou possa ser o partido político representativo e legítimo dos interesses mais profundos das classes exploradas. Mas significa sim, colocar a cunha do movimento operário e popular no Parlamento e no próprio MDB, organizar diretórios que sirvam para o fortalecimento das lutas e organizações populares.

Só assim, nesta perspectiva, vale a pena estar no MDB hoje.

Por outro lado, para que façamos isso sem cair no perigo (ou tentação) do parlamentarismo e do emedebismo, outra contradição deve cair por terra: **lutar contra a ditadura e ser socialista** são para nós faces da mesma moeda.

O MDB e a rearticulação partidária

Defender o MDB e sua manutenção é, sem dúvida, uma forma limitada e pouco honesta, de intervir no debate sobre rearticulação partidária. Que o MDB é limitado, que possua dentro dele correntes adesistas, que a tendência moderada ainda prefere conciliar e que a luta radical contra a ditadura não é bandeira de todos os seus membros, é fácil constatar.

Outra constatação se faz necessária nesta conjuntura de crise do regime, com um projeto de reformas tentando se impor e cooptar os oposicionistas de primeira viagem (as tais facções burguesas dissidentes), trata-se de envidar os mais caros esforços no aprofundamento da luta contra a ditadura, no rompimento dos limites que o regime impõe ao movimento operário e popular.

Se concordamos que neste momento quem detém as rédeas (e o cabresto) do processo de rearticulação partidária não é o movimento operário popular e, muito, menos, as forças de esquerda, temos que concordar que qualquer proposta de partido não constituiu bases junto aos trabalhadores e o povo, não conquistou ampla expressão social, não tem respaldo para se dizer um partido representativo e popular; não tem força, **hoje**, para assumir o ônus político de rachar com o MDB.

Mas, se ficamos no MDB, sem nos preocuparmos em criar as condições para que os trabalhadores e o povo venham conquistar espaço para colocar em cena seus próprios partidos, isto nunca acontecerá.

Portanto, estar hoje no MDB é lutar pela liberdade de organização partidária e pela anistia ampla, total e irrestrita, bandeiras inseparáveis. A forma do MDB mostrar seu empenho nesta luta e não se arvorar o papel de partido político (e partido do povo) é defendendo e garantindo o direito para que as forças políticas que o compõem, possam se expressar como tendências políticas e que seja o próprio movimento operário popular que diga quem melhor serve aos seus interesses e à sua organização. Desta forma estaremos rompendo na prática os limites do bipartidarismo e criando condições para o surgimento de organizações partidárias legítimas e populares. Fazer isto não é mais que reconhecer uma situação de fato — o MDB é uma frente de forças oposicionistas.

E, nós, os socialistas?

Podemos concordar, sem arrepios, que hoje o socialismo não polariza o movimento de massas. Concordamos também que hoje o central, o principal, o fundamental (para que não sobrem dúvidas) é **a luta contra a ditadura**. Mas para assumir a luta contra a ditadura não precisamos, ou melhor, não devemos abandonar nossa identidade política. Assumir uma identidade própria não significa que hoje não defendemos uma frente na luta contra a ditadura. Não podemos, isto sim, aparecer no movimento como «frentistas», como defensores, «a priori», de «programas mínimos». Devemos sim, colocar nossa proposta no movimento, devemos lutar para que o combate à ditadura se dê da forma mais consequente e tentar atrair para as posições mais justas os mais amplos setores da oposição. Devemos ter bem claro que também a **Frente Contra a Ditadura** não pode ser propaganda esotérica ou ato de vontade. Ela é resultado da intervenção das várias forças políticas no meio do movimento vivo, respondendo as suas contradições de hoje e unificando suas lutas.

Nos propomos a buscar a unidade na luta contra a ditadura, nos propomos a ter uma intervenção conjunta àqueles parlamentares que pretendem fortalecer esta luta, mas fazemos isto não escondendo aonde queremos chegar porque também **«lutamos para unir todos aqueles que acreditam que participando das lutas de hoje, avançando na luta pelo fim do regime militar, estamos caminhando na direção de uma nova sociedade, livre e justa, uma sociedade socialista. Nos propomos a constituir hoje, na luta contra a ditadura, uma tendência que unifique os socialistas e garanta uma intervenção organizada no movimento vivo e real, por melhores condições de vida e trabalho, pelo fim do regime militar, pelas liberdades democráticas». (Jornal de Campanha — programa, nov. 78).**

Isso porque acreditamos que o socialismo é a solução radical e profunda das contradições que as massas vivem hoje.

Nesse sentido defendemos no MDB o direito de tendência para todas as forças políticas e também para nós. Isso não significa que vamos partir amanhã para estruturação orgânica de um minipartido, dentro do MDB, as nossas posições e propostas para o movimento. Ou seja, as posições e propostas com que nos elegemos e estamos compromissados. Não fazê-lo significaria nivelar nossa atuação por baixo, pelo tom dos moderados, abrindo mão de ocupar esse espaço que está dado e foi conquistado pelos oposicionistas mais consequentes.

Não vemos nisso empecilho algum para que uma **Frente de Luta Contra a Ditadura** venha a se constituir. Empecilho para sua constituição é nos perdermos no debate sobre se o socialismo está ou não colocado para as massas.

O debate deve prosseguir, mas a nossa ótica deve ser qual é a intervenção dos socialistas na luta contra a ditadura. Pois o isolamento não vem do fato de assumirmos perante a massa que somos socialistas, mas sim da omissão na luta contra a ditadura, por liberdades democráticas e por melhores condições de vida e trabalho. Ou ainda o isolamento pode vir de embarcarmos na canoa mais fácil de só colocar o mínimo divisor comum e, aí sim, companheiros, entregar o ouro pros bandidos, e que bandidos!

Observação:
Cabe esclarecer que este artigo tentou só limpar a área, colocar alguns pontos nos is e dar um rumo para o debate. Sobram questões como posição frente ao Partido do Trabalhador, quais as lutas que unificam nossa intervenção hoje, sobre as quais me posicionarei no prosseguimento do debate e espero que todos os companheiros o façam.

Américo Copetti: "Hoje, o MDB é a matriz de novos partidos."

Copetti

Atualmente membro da Tendência Socialista do MDB-gaúcho, o deputado estadual Américo Copetti iniciou sua vida política no sul como sindicalista na categoria dos bancários, atividade que lhe valeu as bases para um mandato como vereador em Novo Hamburgo, onde concorreu também para prefeito. Em 74 elegeu-se a deputado estadual pelo MDB, e nas últimas eleições renovou seu mandato, demarcando-se como candidato socialista. Neste depoimento a «Em Tempo», ele fala sobre o futuro imediato do MDB.

«Atualmente, o programa do MDB não consegue representar efetivamente os interesses da maioria dos seus eleitores. Não há no programa uma idéia-força que imante as bases, que as una em torno de um objetivo estratégico claro e a atingir. O MDB não consegue nem ser populista, pois não se liga às reivindicações populares concretas e nem as atende.»

Para compreensão do programa do MDB impõe-se uma preliminar, isto é, suas origens como algo imposto pelo regime em 1966 com vistas a manter uma aparência do jogo democrático.

A visão que o programa do MDB transmite é, na melhor das hipóteses, ingênua. Para citarmos apenas dois aspectos; o MDB entende o Estado como um árbitro e nós sabemos que não há Estado neutro. Ele sempre estará advogando, estará a serviço de uma classe e jamais como um árbitro, um juiz. Da mesma forma, ao MDB «repulsa» a exploração do trabalhador, esta visão ética jamais poderá desvendar que é essa exploração que sustenta o capitalismo e, principalmente, jamais dará alternativa consequente para superá-lo.

O Programa, de resto, é difuso, genérico, ambíguo, na maioria das vezes. Até que ponto o MDB pode avançar esse programa? Entendemos que no seu conjunto o Partido não irá além dele. O MDB é hoje um partido, essencialmente, pequeno burguês. Suas principais lideranças são liberais pequenos burgueses, mas não no estilo clássico da pequena propriedade, e sim das classes médias brasileiras mais ligadas à prestação de serviços. Nesse sentido, enquanto ideário pequeno burguês, talvez tenha hoje mais coesão e homogeneidade que o antigo PTB. Estou falando de homogeneidade e não de coerência com a realidade, é óbvio. O antigo PTB, nesse sentido, era menos homogêneo e suas contradições internas bem maiores. No Nordeste, por exemplo, era identificado como um partido de grandes proprietários rurais.

Atualmente, o programa do MDB não consegue representar efetivamente os interesses da maioria dos seus eleitores. A dimensão do MDB frente às oposições é diminuta. Ele possui uma grande porta eleitoral, é um estuário de reivindicações populares, mas de forma eleitoral, plebiscitária, que ocorre de quando em quando, através das eleições.

O MDB quando convoca seus quadros, seus militantes, não alcança maiores resultados. No interior, por exemplo, municípios grandes onde o movimento oposicionista expressa-se de várias formas, o MDB tem dificuldade na maioria das vezes para montar as nominatas para os diretórios municipais. Isso é uma prova cabal da falta de um vínculo de base. Não há no programa uma idéia força que imante as bases, que as una em torno de um objetivo estratégico claro e a atingir.

Eu não tenho ilusões que o MDB venha a se comprometer com um programa de transformações estruturais. O MDB não consegue nem ser populista pois não se liga as reivindicações populares concretas nem as atende mas seu limite ideológico continua sendo o populismo pequeno burguês.

Isso pode parecer contraditório na medida que nos declinamos pelo socialismo. Eu não me desligo do MDB para falar: «eu sou socialista e o MDB não é». É isso então que explica a Tendência Socialista. É uma espécie de corrida contra o próprio tempo. Como a conjuntura não sugere a possibidade de articulação de um Partido como nós pensamos, a curto prazo, ainda que haja virtualidade para isso, nós estamos ainda nos limites do MDB enquanto «Frente», tentando organizar desde agora aqueles setores da população que advogam, não só as transformações estruturais que o País necessita, mas seus próprios interesses históricos.

A grande heresia secular no Brasil é a tentativa de compor um partido capaz de advogar interesses antagônicos, esta é a grande herança que devemos renunciar, ainda que dentro do MDB não são poucos os segmentos que ainda almejam essa utopia.

«Há uma ausência de imprensa interna e de tribunas de debate que preparem convenções ou encontros deliberativos. A declaração de intenções é sempre pela democracia mais ampla dentro do partido. Agora, as objeções reais existem, os canais para as bases são estreitíssimos ou inexistem.»

A direção tem tolerado as posições mais consequentes dentro do partido no Rio Grande do Sul. Qual o limite, qual a amplitude desse democracia interna interessa precisar porque os segmentos mais progressistas emergiram mais recentemente no interior do Partido. Por outro lado, a Direção Regional do MDB, em termos colegiados, ainda não incorporou nem mesmo proporcionalmente, o MDB, pelos Estatutos, permite a representação das minorias em seus órgãos colegiados de direção. O que se tem feito é um esforço elogiável inclusive, de conciliar a unidade da «frente das oposições» no RS evitando o aparecimento de dissenções maiores. Até agora, inclusive, a luta genérica em torno da reconquista da democracia tem permitido que o MDB mantenha uma grande unidade entre as várias correntes que o compõem.

Isso não esconde as resistências que existem e se revelam nas questões mais concretas e especificas vividas pelos vários setores das oposições. O uso das dependências da Assembléia Legislativa, a utilização da sede do Partido, para ficarmos nesses exemplos, por setores da oposição que as solicitam nem sempre é permitido. Isso tem revelado uma falta de sensibilidade para oferecer trânsito ou canais de expressão para as oposições externas ao MDB. Sua democracia interna, portanto, mantém-se nos limites estreitos que o próprio regime autoritário nos impõe.

Outro aspecto a salientar sobre a estrutura interna do partido é a ausência de uma imprensa interna e de tribunais de debate que preparem convenções ou encontros deliberativos. A declaração de intenções é sempre pela democracia mais ampla. Agora, as objeções reais existem, os canais para as bases são estreitíssimos ou inexistem.

O MDB não tem um órgão oficial, uma espécie de mural de dabates, não para reproduzir a orientação oficial mas para oportunizar o contraditório dos diversos segmentos que formam as oposições. Isso redundaria, concretamente, numa presença objetiva nos diversos órgãos colegiados de intérpretes das diversas facções que compõem a Frente.

Atualmente, entretanto, o MDB não renuncia à idéia de unidade definitiva. O que se tenta, na Direção, é forçar uma unidade que é artificial sem compreender que o MDB não passa de uma «matriz» de novos partidos, não se convencem de transitoriedade do MDB. Agora, aqui há que distinguir aqueles que dentro do partido defendem conscientemente uma agremiação pequeno burguesa, representante efetiva desse setor social, e outros que inconscientemente, por influência ideológica ou falta de clareza, não romperam ainda com a visão populista e continuam achando viável a manutenção de um programa que defenda os «interesses de todo o povo».

«O importante é estabelecer no interior da bancada oposicionista na Assembléia Legislativa blocos, facções, tendências. Assim, esses grupos de parlamentares, consentidos pelo MDB, estabelecem um trabalho junto às bases, através de programas previamente estabelecidos.»

O MDB como um todo não efetua um trabalho de base. Não leva, como um todo esse tipo de trabalho, mas sim alguns de seus setores, que o encaminham a revelia das direções e de forma diferenciada em cada região.

O importante é estabelecer, no interior da bancada oposicionista da Assembléia, blocos, facções, tendências. Assim, esses grupos de parlamentares, consentidos pelo MDB, estabelecem um trabalho junto às bases através de programas previamente estabelecidos. Na bancada do MDB/RS, inclusive, esboça-se essa tentativa atualmente, criando um compromisso de ação de base.

Por hipótese, no MDB/RS existe o IEPES. Se decidimos em conjunto fortalecê-lo, torná-lo mais consequente, mais atuante, então isso será uma decisão pensada dentro de uma intervenção maior.

A maioria dos parlamentares chega a Assembléia Legislativa sem maiores vínculos com núcleos ideológicos ou tendências. Agem isoladamente, agir individualmente significa estar isolado, possuir no máximo uma base eleitoral, heterogênea, que dificulta um trabalho mais consequente. A linguagem, o discurso, as propostas são difusas, sem contorno, não se ligam com um plano maior.

Minha vida política sempre esteve ligada com os vínculos de minha origem sindical na categoria dos bancários. Foi com o trabalho sindical que me elegi vereador, fui candidato à prefeito e posteriormente cheguei a Assembléia Estadual. Nesse período, porém, a base sindical alterou-se bastante. Com o golpe de 64 na minha região, Novo Hamburgo, o trabalho foi disperso, a intersindical que existiu foi fechada. Atualmente, no entanto, novos grupos de base adquiriram consciência, se incorporaram à prática das oposições. Esse trabalho, na área, foi decisivo para minha reeleição. A resposta desses núcleos não foi tanto em cima do trabalho parlamentar, mas em grande parte em cima da proposta que nós representávamos. Acho que isso foi capaz de despertar e aprofundar esses vínculos.

«Inúmeras questões que envolvem os interesses dos trabalhadores e das classes populares podem colocar corretamente o socialismo na ordem do dia, como a estatização dos setores básicos da economia e o controle dos trabalhadores sobre as condições de produção, entre outras que seguramente não são absorvidas por um programa pluriclassista como o atual do MDB.»

Bem, sou membro da Tendência Socialista e acho que isso é uma resposta concreta ao trabalho oposicionista dentro do MDB. A TS não surgiu de forma artificial mas fruto de um trabalho consequente que se desenrola dentro do MDB há vários anos, sem nunca perder de vista a necessidade do trabalho de base.

A TS, desde sua fundação em fins de outubro de 1978, vem solidificando sua presença dentro da «Frente», seja pelo vínculo com as oposições que atuam dentro e fora do MDB, seja com o trabalho parlamentar próprio MDB. No último seminário realizado pelo MDB, em Osório, por exemplo, a TS esteve presente com uma análise profunda da realidade e propondo perspectivas para a ação oposicionista. Essa atividade não pode ser descurada. Em cada convenção, em cada seminário do partido devemos estar presentes, travando uma luta ideológica e política em seu interior, principalmente agora quando o processo de rearticulação partidária avança.

A TS tem uma estrutura e um programa aprovados democraticamente em Convenção pública e aberta. Atualmente, possui uma Coordenação Estadual composta de 21 membros de um Secretariado Executivo de 7 membros, todos eleitos democraticamente e garantindo sempre em seu interior a representação das correntes minoritárias.

Seu programa, em nosso entender, avança bem mais que o do MDB pois, combina efetivamente as lutas pelas liberdades democráticas com as lutas pelo socialismo. E isto não significa, de jeito nenhum, propaganda ou doutrinação do socialismo. Entendemos que hoje inúmeras questões que envolvem os interesses dos trabalhadores e das classes populares podem colocar concretamente o socialismo na ordem do dia. A estatização dos setores básicos da economia, o controle público das empresas estatais, o controle dos trabalhadores sobre as condições de produção, o controle público do uso do solo urbano, a plena e total liberdade de organização e expressão para os trabalhadores no plano político e sindical, enfim, inúmeras propostas que, seguramente, não são absorvidas por um programa pluriclassista como o atual do MDB, nem com o populismo nacionalista do passado.

Esse espaço hoje está aberto, existe concretamente para a ação oposicionista mais consequente dentro do MDB e aí a Tendência Socialista é uma alternativa concreta. Mesmo que a nível nacional, o MDB seja distinto do RS, é possível estruturarmos um movimento, uma corrente nacional que articule e coordene a ação de todos os núcleos hoje existentes no País e que poêm na ordem do dia a necessidade de uma alternativa classista a sociedade burguesa que vivemos».

(Entrevista à surcursal de Porto Alegre)

SERVIÇO

Como se filiar ao MDB?

Aqui, nove dicas de um expert em enfrentar as mutretas do partido oposicionista: «Não é apenas no Rio, que muitos não conseguem sequer uma ficha para encaminhar a filiação partidária; na maioria dos estados, as direções partidárias mantêm sob sete chaves o fichário, de forma a não permitir que fuja de seu controle a maioria nas convenções do MDB», adverte ele.

Por José Carlos de Oliveira, presidente do setor jovem do MDB-RS

A filiação no MDB é feita junto ao Diretório Municipal ou Diretório Zonal do partido. Pela atual legislação partidária é muito mais difícil expulsar algum filiado do que impedir uma nova filiação. No entanto, na prática a coisa funciona de forma diferente na grande maioria dos municípios e estados do País. Não é apenas no Rio de Janeiro, que muitos oposicionistas nãoconseguem sequer uma ficha para encaminhar uma filiação partidária. Na maioria dos Estados as direções partidárias mantêm sob sete chaves o fichário de filiados, de forma a não permitir que fuja de seu controle a maioria nas Convenções do MDB. Poucos sabem porém que para se filiar ao MDB não é necessário ter o consentimento das direções partidárias. Neste sentido algumas indicações sobre como encaminhar (e conseguir) se filiar no MDB:

1. Qualquer eleitor pode se filiar ao Partido. A filiação é feita junto ao Diretório Municipal (ou Zonal).

2. A filiação pode ser encaminhada à Executiva do Diretório Municipal ou Zonal, que imediatamente terá que publicar em edital (na sede do Partido, ou Câmara de vereadores quando não houver sede) o nome e endereço do requerente durante três dias para possíveis impugnações.

3. Os motivos que permitem impugnações são previstos em Lei, e serão julgados, se forem considerados procedentes pela Justiça eleitoral.

4. Quando a Executiva do Partido se recusa a fornecer fichas de filiação partidária, ou dificulta o acesso à fichas de filiação, ou ainda, quando não são localizados os dirigentes partidários; o eleitor interessado em filiar-se pode dirigir-se diretamente ao Juiz Eleitoral de sua Zona, comunicar a ocorrência e solicitar a filicação. O Juiz terá que registrar a filiação e comunicar ao organismo partidário competente que recebeu a filiação.

5. Sempre quando é encaminhado um pedido de filiação (a ficha preenchida),a Executiva partidária ou o Juiz Eleitoral são obrigados a assinar um recibo ao eleitor.

6. A filiação exige um abonador da assinatura. Qualquer filiado pode abonar a ficha de uma nova filiação. Não é mais obrigatório ser membro dos Diretórios para abonar.

7. Muitas fichas não são registradas pela Justiça Eleitoral por não conferirem com os dados constantes no título eleitoral. Neste sentido é importante esclarecer que todos os dados que forem preenchidos nas três vias da fichas de filiação devem corresponder, rigorosamente, aos dados do título. Mesmo que o endereço, a profissão, ou o estado civil tenham mudado. Não interessa, se o eleitor quiser alterar terá que primeiro alterar o título, pois na filiação deve ser rigorosamente igual.

8. A filiação deve ser encaminhada em três vias. Uma primeira ficará no Cartório Eleitoral, a segunda via na Secretaria do Partido, e a terceira ficará em poder do filiado após ser rubricada pelo Juiz Eleitoral. Portanto as três vias devem ser encaminhadas, e após o registro, a terceira via será devolvida ao filiado.

9. Para participar de uma Convenção Municipal ou Zonal, com direito à voto, é necessário estar filiado no Partido há, no mínimo, 45 dias (a partir do registro).

As convenções do MDB

Neste ano serão realizadas convenções partidárias, obrigatoriamente, em todo o País. Tanto a Arena como o MDB, terão que realizar suas convenções municipais, regionais e nacionais, e para cada uma delas já existe dia marcado. As convenções municipais (ou Zonais) serão realizadas obrigatoriamente em todos os município do País no próximo dia 8 de julho, as Regionais em 26 de agosto e as nacionais em 16 de setembro.

Nas convenções Municipais e Zonais serão eleitos os membros do Diretório (no mínimo de 9 e no máximo 31) um terço de suplentes e os delegados à Convenção Regional.

As eleições são realizadas de forma proporcional. A composição dos Diretórios Municipais e Zonais, bem como os delegados, será proporcional ao número de votos obtidos por cada chapa na Convenção. Deve entretanto, para ter representação, a chapa conseguir um mínimo de 20% dos votos da Convenção.

Para registrar uma Chapa, é necessário que 50 filiados a inscrevam, 30 dias antes da Convenção, junto à direção partidária ou ao Juiz Eleitoral, que terão de registrar a Chapa e assinar o recebimento da segunda via.

O número de membros do Diretório são fixados anteriormente à convocação da Convenção Municipal ou Zonal, pelo Diretório Regional do Partido. Na verdade são eleitos pela Convenção no mínimo 8 e no máximo 30, pois um membro do Diretório Municipal é o líder do partido na Câmara de Vereadores, que é eleito pela bancada e não pela Convenção.

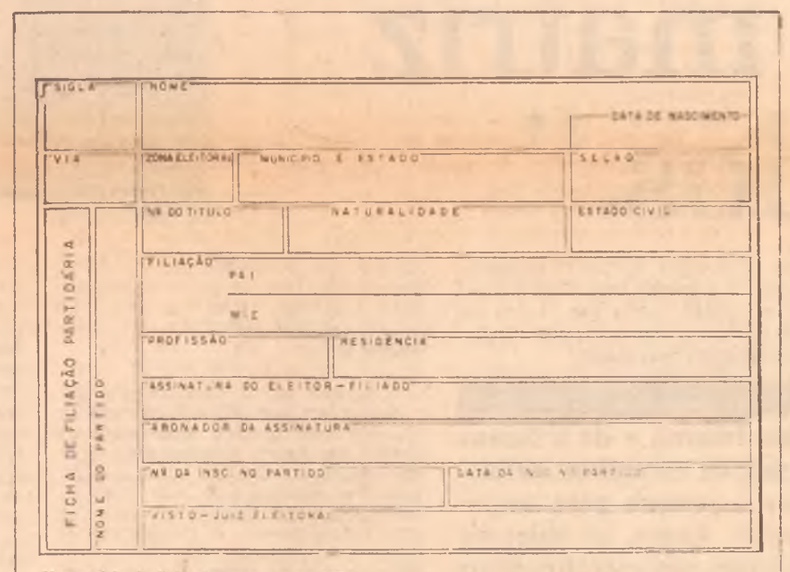
Já os delegados são fixados em Lei. Cada município tem direito a um delegado à Convenção Regional e mais um para cada 2.500 votos que a legenda federal do partido obteve no município na última eleição, até um máximo de trinta delegados e trinta suplentes.

Nos municípios que possuem mais de um milhão de habitantes, não existe Diretório Municipal. Nestes municípios (é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, etc.) serão estruturados Diretório Zonais. E cada Diretório Zonal terá os seus próprios delegados à Convenção Regional segundo o mesmo critério: 1 mais 1 para cada 2.500 votos obtidos pela legenda federal na última eleição até o máximo de 30.

Nas Convenções Regionais, participam com Direito a voto todos os delegados de municípios ou Zonas, os deputados federais, estaduais e os senadores do partido no Estado e os membros do Diretório Regional.

Nas Convenção Nacionais, participam com direito a voto todos os delegados dos Estados (eleitos nas Convenções Regionais em número igual ao dobro de congressitas que o partido possui no respectivo Estado), os Deputados Federais e Senadores e os membros do Diretório Nacional.

Nas Convenções Municipais e Zonais, têm direito a voto todos os filiados ao partido no município ou na Zona há mais de 45 dias.


FICHA DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
NOME DO PARTIDO
SIGLA
NOME
DATA DE NASCIMENTO
VIA
ZONA ELEITORAL
MUNICÍPIO E ESTADO
SEÇÃO
NR DO TÍTULO
NATURALIDADE
ESTADO CIVIL
FILIAÇÃO
PAI
MÃE
PROFISSÃO
RESIDÊNCIA
ASSINATURA DO ELEITOR-FILIADO
ABONADOR DA ASSINATURA
NR DA INSC. NO PARTIDO
DATA DA INSC. NO PARTIDO
VISTO-JUIZ ELEITORAL

Um modelo da ficha de inscrição no MDB

Diretórios à vista

Os primeiros passos para enraizar o MDB nas bases populares

Por Carlos Savério

Com convenções partidárias marcadas para os próximos meses de junho, julho e agosto, o MDB proclama abertas as inscrições à temporada de caça aos seus diretórios. Para tanto, os interessados deverão estar guarnecidos de farta munição legal, caso contrário, a fera será domesticada por ladesistas e fisiológicos. A primeira arma é saber qual o **número mínimo** de filiações necessárias para a constituição de um diretório, ou para a previsibilidade eleitoral de um já constituido, no que o artigo 35 da Lei 5.682 — também chamada Lei Orgânica dos Partidos — esclarece de pronto:

I — 5% do eleitorado nos municípios com até mil eleitores. (Para o município de São Paulo e daqueles em que a população eleitoral ultrapassa 1 milhão de pessoas, é permitido a constituição de mais de 1 diretório, denominados distritais).

II — os 50 anteriores mais 10 filiações para cada mil eleitores nos municípios com até 50 mil eleitores.

III — os 540 anteriores (50+49×10=540) mais 5 filiações para cada mil eleitores nos municípios com até 200 mil eleitores.

IV — os 1290 anteriores mais 3 filiações para cada mil eleitores nos municípios com até 500 mil eleitores.

V — os 2190 anteriores mais 1 filiação para cada mil eleitores nos municípios com mais de 500 mil eleitores.

Exemplo prático

Vamos a um exemplo prático. Suponhamos que o distrito da Vila Madalena possua 10 mil eleitores. Isto significa que o **número mínimo** de filiações será de 140 pessoas (50 pessoas (item I) mais 90 pessoas (item II) o que não impede que sejam filiados os 10 mil eleitores existentes.

Observado rigorosamente o critério anterior, passemos pois ao II capítulo: das eleições. Se o cidadão aí estiver afim de tomar o diretório da Vila Madalena, por exemplo, e em não havendo nenhum outro com a mesma intenção, basta filiar e fazer votar apenas 14 pessoas do bairro e em seguida sair em passeata vitoriosa. Pois, segundo a lei, 10% do número mínimo de filiações validam as eleições e ponto final. Todavia, o filiado somente terá direito a voto caso faça a sua inscrição até 45 dias antes da convenção. Em abril, portanto.

Eleição implica em candidato. Vários deles reunidos comungando as mesmas idéias formam o que costumeiramente denominamos chapa. Então, vamos formar uma chapa. Como? 30% dos eleitores **filiados** ao diretório têm o direito de apresentar uma chapa se o número de filiados não for superior a 100 pessoas. Daí pra frente, cada grupo de 50 pessoas poderá inscrever a sua e concorrer. Porém, um lembrete obrigatório: o registro dos candidatos deve ser feito até 30 dias antes das eleições, e a quantidade de membros componentes da chapa nunca será inferior a 9 e nem superior a 21 pessoas. O requerimento para inscrição da chapa é apresentado à Comissão Executiva do diretório, sendo recomendável para dizer o mínimo, registrá-la também junto ao Juiz Eleitoral no mesmo dia.

E o vencedor? A lei é cristalina: «será vencedora a chapa que obtiver 80% dos votos válidos, inclusive brancos. Caso contrário, dividir-se-á proporcionalmente os cargos entre as chapas concorrentes, desde que elas alcancem 20% dos votos válidos. Se não houver concorrentes, apenas 20% dos votos são suficientes para a chapa ser considerada vencedora. Se nem isso, não há diretório». Entendeu? Não? Então leia mais uma vez duas, tres, mil, senão dança.

O trunfo ruge

Terminadas as eleições, a chapa vencedora, sob pena de ter que repetir toda a burocracia necessária outra vez, deve rapidamente eleger a sua comissão executiva, normalmente composta de 4 pessoas para os diretórios distritais e de 5 pessoas para os municipais, uma vez que o líder da bancada dos vereadores é considerado membro nato da comissão. É pertinente lembrar que estas eleições servem para indicar os delegados para a convenção regional do partido.

O risco de anulação do pleito ficará reduzido ao mínimo se os interessados procurarem revestir de todas as formalidades legais o processo que ora falamos. Portanto, a publicação de um Edital de Convocação veiculado pela imprensa até 8 dias antes da convenção, o livro de atas e a lista de presença em quatro vias e rubricada pelo Juiz Eleitoral, que aliás deverá estar presente ao ato, são exigências para dar validade ao processo.

Fora isso, o MDB ainda oferece outros organismos à participação dos caçadores: os departamentos Trabalhista, Cultural, Juventude, Feminino (olhaí feministas) e o IEPES que, com exceção deste último, são dirigidos por pessoas eleitas pelas bases.

Subir na estrutura do partido — alguém quer? — já é um pouco mais difícil e depende do grau de antiguidade da militância e da atual divisão de forças entre autênticos e moderados. No entanto, fazer o partido crescer para baixo, suplementando-o com bases populares, é um processo factível e com algumas garantias se é que é possível, falar em garantias sob um regime militar. Mas, enquanto «seu lobo não vem», mãos à obra que o tempo ruge e o leão aparentemente está manso.

Aonde vai a oposição?

Ponto de vista

A proximidade da abertura do Congresso Nacional prenuncia que a cada arroubo de um Jarbas Vasconcelos teremos uma conciliação de um Tancredo Neves.
Vivemos um momento da verdade para as oposições consequentes. As condições estão dadas. Os próprios trabalhadores, cujo despertar para a luta política é recente, parecem bem mais decididos que as angústias da intelectualidade socialista, mostrando que o processo da reordenação partidária é inevitável.

Por Raul Pont

Aonde vai o MDB? Esta pergunta, antes das eleições de novembro era respondida de forma taxativa; não passa 1978. A reorganização partidária, as mobilizações em torno de «um partido socialista, popular e democrático», e a arrancada da Convergência Socialista, em meados de setembro, prenunciavam vida curta à «frente das oposições». Outras pitonisas da esquerda iam mais longe: a ditadura não passa de janeiro.

Obviamente, o regime militar não caiu. E a rearticulação partidária desacelerou o ritmo, e, principalmente mudou seu curso. Com a repressão sofrida, a Convergência Socialista recuou de suas pretensões iniciais. O núcleo paulista que lançou o texto «Por um partido socialista, democrático e popular», ao que parece, remeteu o socialismo para o «outro lado do horizonte» a ponto de perdê-lo de vista totalmente.

Tais comportamentos estariam apontando que o problema deixou de existir, que o problema da rearticulação partidária é prematuro? Claro que não. O PTB, por exemplo, inicialmente tímido está a todo vapor agora. E, ao que tudo indica, ao menos no Rio Grande do Sul, continuará seu processo de organização à revelia dos apelos unitários do MDB gaúcho e até de Leonel Brizola.

Um de seus articuladores, no RS., Matheus Schmidt, ex-deputado federal cassado, declarou que não acredita que Brizola tenha defendido a manutenção de um simples debate sobre a reorganização partidaria que ainda seria prematura. Mas afirmou, se isso ocorrer a reorganização do PTB continuará, independente até mesmo do ex-governador.

Noutro campo, os sindicalistas, até então arredios à atividade política, vista como algo malcheiroso, lançam-se também na organização do «seu» partido o Partido dos Trabalhadores, conforme as notícias do 9º Congresso dos Metalúrgicos paulistas, realizado em Lins.

Mas, eo MDB aonde vai? Ele mostrou também que possui mais fôlego do que muita gente pensa e que em seu interior existem muitos que desejam sua permanência, não só por mais algum tempo, mas até como um partido, que mal ou bem, deixou alguma coisa nesses doze anos de existência.

Este, a grosso modo, é um quadro bastante superficial e serve apenas como referência para este artigo.

Vejamos, então, para onde vai o MDB e para onde vão aqueles setores à sua esquerda, que participaram da luta parlamentar e hoje estão engajados na «frente das oposições».

O MDB, desde sua criação sofreu um processo interessante de homogeinização. Formado, essencialmente, pelo que restou do Partido Trabalhista Brasileiro e por setores pessedistas, sofreu durante os primeiros anos de vida, inúmeros cassações que o privaram da maioria dos parlamentares mais combativos que sobraram dos primeiros expurgos.

Criado na adversidade, no entanto, o MDB não era o ninho ideal para os arrivistas e oportunistas que sempre rechearam os partidos políticos brasileiros. Estes em sua quase totalidade bandearam-se para a Arena, enfim, ela era a «preferida» do regime militar.

O parlamento, porém, também foi esvaziado de suas funções legislativas e transformou-se, para as oposições e descontentes, apenas um «muro de lamentações». Poder real para decidir onde iria o dinheiro público, para onde seriam carreados os investimentos e incentivos do Estado, isso o Parlamento não conhece há muito tempo.

MDB: um partido pequeno burguês

Assim, o MDB aos poucos foi se transformando num partido essencialmente liberal e pequeno burguês, cujo discurso ampliava ou diminuia em radicalidade conforme a conjuntura favorecia mais ou menos a pequena burguesia. Os trabalhadores lá não tinham voz, não tinham, representações. Estavam, sob violenta exploração, construindo o «milagre brasileiro».

Essa pequena burguesia, mais egressa do setor terciário, do que da pequena e média produção rural ou urbana, não possui uma perspectiva clara, nem própria, como alternativa ao «modelo de capitalismo associado» vigente. Seu discurso, portanto, reforçou o ideário liberal que, por sinal, sempre esteve presente na própria retórica dos golpistas de 1964.

A defesa das liberdades democráticas, dos direitos humanos, alcançou eco no conjunto da população pois são questões também vitais para o conjunto das classes populares. Assim, o MDB conseguiu ampliar sua audiência e transformar-se no grande canal de expressão das insatisfações populares nos momentos eleitorais.

Suas direções, nacional e regionais, no entanto, permaneceram nas mãos desses setores liberais que controlam até hoje o partido. E, aos poucos essa homogeneidade pequeno burguesa foi alcançada. O MDB não é um partido dos pequenos e médios empresários, no estilo do que foi a relação da Comissão Geral de Economia argentina com o peronismo, por exemplo. O pequeno empresario brasileiro é débil organicamente ou se contenta com as migalhas do modelo.

A grande burguesia monopolista está do outro lado e nem precisou da Arena, no Parlamento, para impor suas orientações na política econômica.

Os limites do programa

Essa defesa da democracia, portanto, levaria o MDB a ampliar seus vínculos populares? O MDB, como um todo, assumiria maior coerência daqui para frente? A pressão dos «candidatos populares» e suas bases mexeria com o MDB? Não temos ilusões quanto a isso. É claro que as direções permanecerão nos seus limites, dando uma martelada no prego e outra na ferradura.

A cada arroubo de um Jarbas Vasconcelos, teremos uma conciliação do Tancredo Neves. E não se iludam os oposicionistas que se aproximaram recentemente do MDB. As novas convenções deste ano reelegerão direções, em todos os níveis, muito semelhantes as atuais. Não pensem que uma Convenção do MDB é um Congresso da UNE. A escolha dos delegados, as eleições indiretas, as Convenções sem teses e debates, não permitem espaço para a oposições consequente firmar pé, proporcionalmente, nos órgãos de direção.

Outro aspecto fundamental e que não pode ser esquecido, apesar do aglomerado difuso, o MDB tem um programa e iludem-se os que pensam que aquilo é só para constar no Tribunal Eleitoral.

Quando o programa afirma «O Estado tem que ser árbitro, deve ser empreendedor sempre que necessário...». Ou quando diz defender, no campo das relações de trabalho e produção: «a) a repulsa à exploração do trabalho pelo capital; b) a integração entre ação do Estado e livre iniciativa; evidencia, de forma insofismável, sua concepção pequeno burguesa que não alcança a compreensão de uma sociedade de classes, nem a combate.

O destino dos que buscam diluir-se na «frente das oposições», como setor mais avançado ou como «frente popular» é suicidar-se dentro desses limites. Isso até o PTB já descobriu, principalmente, aqueles setores que acreditam na possibilidade de recuperar seu passado popular sob nova roupagem programática, mais coerente com o grau de antagonismo alcançado pela luta de classes no Brasil.

Um novo PTB?

Tal compreensão avalizaria, portanto, a articulação de um novo PTB que mantivesse o caráter popular de um partido de massas com o «socialismo no horizonte»?

No nosso entender, esse partido é inevitável, e, ainda que a curto prazo tenha dificuldades de estruturar-se, pois grande parte das direções e lideranças emedebistas relutam em abandonar o ninho atual, acabará recuperando sua tradição.

Ser assumido pela esquerda, entretanto, é outra história. O PTB, na melhor das hipóteses, ressurgirá como um partido social-democrata. A ideologia nacionalista do velho populismo será abandonada pelo radicalismo implícito que carrega fruto de integração da burguesia brasileira com o capitalismo internacional. Sua composição extremamente heterogênea, difusa, contando muito mais com a nostalgia do passado do que com um trabalho recente nas bases — vide a desconfiança dos metalúrgicos paulistas com o trabalhismo — não lhe dá também garantias de grande sucesso frente as massas. Mas o partido ressurgirá, certamente.

Nestas condições, quais as perspectivas para a oposição consequente? Infelizmente, nao são das melhores. Seus setores tradicionais continuarão, sob a sombra acolhedora e protetora do MDB, a reboque de uma política pequeno burguesa.

A política da «Frente Popular» caminha para enredar-se no cipoal emedebista. Não abre uma perspectiva orgânica concreta para as bases, ainda que suas posições sejam bem mais avançadas do que o conjunto do MDB ou da esquerda tradicional populista-reformista. O movimento de massas exige hoje abertura de frentes orgânicas legais, massivas, que se distingam claramente da oposição emedebista.

A intelectualidade que nos últimos meses namorou uma articulação socialista permanece em cima do muro. Seu radicalismo teórico na crítica ideológica ao populismo e ao reformismo não é suficiente forte para romper com suas vacilações acadêmicas. Essa intelectualidade cujo prestígio e respaldo a nível nacional é significativo, não só pela produção teórica sobre a revolução brasileira mas pela coerência de seu comportamento frente ao regime militar na última decada, não tem demonstrado tutano para transpor à prática, aquilo que afirma teoricamente. Uns estão se bandeando com «mala e cuia» para o novo PTB. Os outros permanecem vacilantes. «Isso é aventureirismo», devem estar pensando os aqui criticados, «e o perigo de isolar-se das massas», certamente pensam outros.

Alternativa socialista

Ora, a ousadia consciente, a compreensão da necessidade da organização subjetiva, são complementos sem os quais, por maior que seja o amadurecimento das contradições sociais, as coisas não se transformam.

Vivemos um momento da verdade para as oposições consequentes. As condições estão dadas. Os próprios trabalhadores, cujo despertar para a luta política é recente, mas, «parece, bem mais decidido que as angústias da intelectualidade socialista, mostram que o processo de rearticulação é inevitável.

Ou construímos uma alternativa orgânica, socialista que combine desde agora a ação parlamentar e o trabalho de bases, dentro e fora do MDB, e conjuntamente com os trabalhadores contribuimos para uma adjetivação ideológica de sua organização ou, novamente, levaremos as massas ao um novo engodo pequeno burguês, talvez mais sofisticado sob a máscara social-democrata ou «frentista», mas, seguramente, um novo atrelamento a objetivos que não são os dos trabalhadores.

INGLATERRA
Um novo Contrato Social?

O Governo trabalhista de Callaghan tenta de todas as maneiras um acordo entre os representantes dos sindicatos e o patronato para a elaboração de um novo «contrato social» que venha substituir a política de contenção salarial que esteve em vigor até ser destroçada por um dos mais poderosos movimentos grevistas que a Grã-Bretanha já conheceu. Apesar de o governo de Callaghan haver estreitado seus laços com os sindicatos, não foi bem sucedido na perspectiva de mantê-los em um aumento anual máximo de 5%. Tudo começou quando, no último outono europeu, depois de meses de greve, os trabalhadores da Ford Motor Co. arrancaram um aumento de 17%. Depois disto, são poucos os setores dispostos a negociar por menos.

A greve mais aflitiva, no momento, é a dos caminhoneiros — cujos «piquetes volantes» — deslocam-se de um ponto a outro para impedir que entregas sejam realizadas pelos não sindicalizados. Sua ação tem por base uma lei votada pelo governo trabalhista de Harold Wilson em 1974; mas praticamente deixa os caminhoneiros no controle de toda a economia, atingindo fábricas que não têm qualquer relação direta com as negociações sindicais em curso. O resultado é que mais de 2.000.000 trabalhadores permanecem desocupados pela falta de matéria prima e suplementos. Quase dois bilhões de dólares em importações e exportações estão empilhados nos portos britânicos, em virtude dos bloqueios sindicais. Neste contesto,Callaghan chegou a encorajar os ingleses a desafiá-los, dizendo: «todos neste país tem o direito de atravessar a demarcação de um piquete se estiver em desacordo com os argumentos nele colocados. Eu mesmo não hesitaria em fazê-lo se eu o julgasse correto».

Vai assim crescendo um sentimento anti-sindicalista: em alguns hospitais não se atendem sindicalistas, por exemplo.

As greves vão continuando, mas o Governo não encara a possibilidade de decretar estado de emergência para não comprometer as negociações com os dirigentes da TUC (Trade Unions Congress), negociações às quais a confederação do patronato (C.B.I.) seria convidada a participar. Por enquanto as relações entre sindicatos e patrões permanecem tensas. A confederação do patronato chegou a divulgar que a greve dos caminhoneiros provocaria 1 milhão de demissões — atualmente, o número de desempregados já alcança os 200.000.

Apesar de setores da opinião pública voltarem-se contra os «Táticas agressivas» dos caminhoneiros, as greves de muitas categorias de baixos salários, como funcionários de hospitais, lixeiros, trabalhadores de esgotos etc.), contam com a simpatia popular.

E isto, em boa parte porque a ameaça da falta de abastecimento para a população não se concretizou.

Além disso, segundo informes , Londres está calma e a libra se mantém no mercado, o que nos meios oficiais é interpretado como um voto de confiança na política do governo trabalhista.

De qualquer forma, o que se espera é um aumento de salário entre 15 e 20% — que, obviamente o governo «enxugará» com acréscimos nos impostos e redução das despesas públicas, diminuindo assim o poder aquisitivo da população.

A situação permanece, contudo, indecisa, com uma única presença constante: a ameaça de desemprego para os trabalhadores.

URSS
As eleições soviéticas

O historiador Roy Medvedev, juntamente com outros dois oposicionistas, resolveu candidatar-se nas próximas eleições da URSS. Examinando a legislação soviética, Medvedev nada encontrou que obstasse uma candidatura alternativa à monótona eleição que sempre registra 99% dos votos para o candidato oficial, e tenta assim abrir esse campo de luta para a Oposição soviética, mas os burocratas parecem ter encontrado algum impedimento formal que obsta a iniciativa.

Este cidadão, conhecido por ter escrito nos tempos liberalizantes de Kruchev o mais completo dossiê sobre os stalinistas, não é muito bem visto nos meios oposicionistas com trânsito na imprensa ocidental. Sem pretender a volta do Tzarismo como Soljenitsin, ou do capitalismo como Sakharov, ele é o porta voz da oposição comunista ao PCUS, que critica a situação soviética a partir do marxismo, daí ser considerado como um simples stalinista ao revés pela dissidência «oficial», a exemplo do matemático Leonid Plioutch que conseguiu a sua libertação através de apelos aos partidos comunistas ocidentais.

De duas uma: ou consegue o registro de sua candidatura, o que serviria para se sentir o peso da oposição na URSS, ou, como é mais provável, não consegue e mais uma vez a legalidade soviética mostra-sé em toda a plenitude: só é legal quem está a favor do governo.

ISRAEL
Greves ameaçam Begin

O gabinete conservador de Menachen Begin até que ia bem até agora no Trato dos problemas internos, o que não é nenhum grande feito para um país em mobilização permanente para a guerra. Chegou-se até ao luxo de se convidar o nosso conhecido Milton Friedmann para opinar sobre a inflação israelense.

Mas, a uma inflação superior a 45%, não existe patriotismo que aguente, e a central dos trabalhadores — a poderosa Histadrut — parece não mais conter seus associados. E os quadros técnicos, engenheiros economistas, entram em greve, o que pode ser o começo de uma avalancha.

O governo conservador conseguiu se eleger num país que tem mais da metade da economia estatizada, a partir de uma plataforma formada principalmente de críticas às atuações dos trabalhistas nas guerras e na diplomacia, conseguiu um grande trunfo nas negociações estabelecidas com o Egito, onde captou os anseios populares de paz, mas, não conseguindo dominar a extrema direita, não consegue impedir a formação de novas colonias de povoamento no território ocupado à Jordania (que a direita considera parte inalienável do Israel bíblico) e portanto leva as negociações a um impasse, comprometendo seu maior trunfo.

Se realmente a erosão do poder dos salários não for controlada (o que parece muito provável numa economia de guerra) vai ser difícil a Begin segurar a contestação trabalhista e nesta situação, não há como evitar o ressurgimento do trabalhismo israelense, ainda mais considerando que este último terá o caminho das negociações aberto, o que não foi possível em épocas anteriores, quando o assédio da direita não dava nenhuma liberdade de ação.

Multinacionais: um negócio da China

Saudado como o representante de uma China «realista e pragmática» e quase favorável ao capitalismo, Teng Hsiao ping conseguiu largos créditos junto aos Estados Unidos para sua Campanha das Quatro Modernizações (o que representa um ótimo negócio para as multinacionais), apresentou-se como um aliado de toda confiança, na hipótese de um endurecimento anti-soviético de parte dos norte-americanos e, sobretudo, conseguiu vários pontos sobre seus rivais, em sua trajetória rumo ao poder aberto. Ao lado das análises sobre as perspectivas internas e externas da China Popular — versão 79, Em Tempo apresenta alguns dos trechos mais significativos de uma entrevista que Teng Hsiao ping concedeu à revista Time.

O êxito da visita de Teng Hsiao-ping aos EUA, ao lado da recente autocrítica de Hua Kuao-feng, lançaram novas luzes sobre a questão da liderança política na República Popular da China. Parece consolidar-se o predomínio da ala direita do Partido, celebrizada na frase de Teng - não importa a cor do gato, desde que êle que cace ratos. Assim, chegam notícias do retorno ao sistema de estímulos materiais para o aumento da produção, da compra de conjuntos industriais completos do Ocidente e até da compra de condicionadores de ar e televisões coloridas do Japão. Tudo isto significa um claro rompimento com a antiga linha de massas do maoísmo. Resta saber até onde poderia ir uma política de desenvolvimento que «contará com sua própria força», isto é, utilizará apenas recursos industriais próprios, privilegiando assim a auto-suficiência econômica e a iniciativa das massas na solução dos problemas da produção, que seria a política preconizada pelo derrotado «grupo dos quatro».

Campo x cidade

Teng foi aos EUA buscar tecnologia moderna, principalmente material para a extração de petróleo. Este deverá ser, o grande item de exportação da China. Petróleo e cereais possibilitarão os excedentes geradores das divisas necessárias para a compra da tecnologia em grau maciço. Aí começam os grandes problemas.

A geração de excedentes na agricultura terá necessariamente que acarretar a despossessão dos 80% de chineses que ainda vivem no campo. De saída isto significará um rompimento absoluto com a antiga política de industrialização do campo, que dava ênfase às pequenas unidades industriais para consumo local, construídas a partir do excedente gerado localmente. Este excedente passará a ser canalizado para as exportações, cortando pela raiz a política anterior.

Da maneira como for feita a extração desse sobreproduto rural vai depender o futuro da agricultura chinesa. Na União Soviética de Stalim, por exemplo, onde esta política foi adotada de maneira totalmente arbitrária, privilegiando os aspectos administrativos da questão, o processo resultou no subdesenvolvimento crônico da agricultura, de que a URSS não se livrou até agora. Materialmente, a economia urbana industrial vai ter de gerar uma massa de produtos para serem trocados pelo excedentes agrícolas, que não poderá ser pequena a ponto de desinteressar o campesinato de produzir mais do que as suas mecessidades de subsistência.

Na economia urbana, a importação da tecnologia externa vai levar a uma grande diferenciação no seio mesmo da classe operária. Esta fatalmente deverá se dividir entre setores de alta produtividade, das fábricas importadas, e outros de menor produtividade, integradas nas antigas fábricas. Se o sistema «post-grupo dos quatro» de remuneração por produção for amplamente utilizado, o fato acarretará a atmização política da classe. Isto, sem falar no desenvolvimento maior acelerado da burocracia, que tende a se apoiar justamente na chamada e aristocracia da classe operária.

Este quadro pode ser minimizado, mas de maneira nenhuma esquecido. A atual direção política, no entanto, não parece estar muito preocupada em manter a população unida. E claro que o uso de secadores de cabelo, de condicionadores de ar e o consumo de Coca-Cola, não pode ser estendido a toda a imensa população do país. A atual febre de consumismo que parece ter invadido a China assemelha-se mais à velha política das burocracias do Leste Europeu, que consiste em prover de bens de consumo ocidentais a população dos setores do país com maior potencial de explosão social - a juventude, por exemplo - afogando neste consumo as possibilidades de radicalização à esquerda. Já se viu coisa semelhante na Hungria, Polonia e Tchecolosváquia.

Falta saber quanto as massas do país incorporaram dos movimentos de politização da época da Revolução Cultural Nesse ponto também a situação não parece favorável - para espanto dos analistas ocidentais, soube-se através de relatos de antigos Guardas Vermelhos, que a Revolução Cultural acabou levando ao desprestígio a ala maoista do Partido Comunista. Isto é quando o movimento começou a transbordar as comportas do monopólio do poder político exercido pelo Partido, pela radicalização à esquerda dos Guardas Vermelhos, o aparato do Partido se uniu em torno da necessidade de refrear os «excessos» das massas radicalizadas. Essas se viram sem suporte no Partido e foram reprimidas, e dessa situação a ala maoista acabou vista como suspeita pelas massas em que se apoiava por ter negado o apoio e a direção política no momento necessário. Simultaneamente, o aparelho do partido não lhe perdoava por haver desencadeado a Tormenta da Revolução Cultural. É desse espaço deixado pelo maoísmo que se aproveitou a ala direita do aparelho, personificada em Teng Hsiao-ping.

Essa última tem as suas possibilidades de sobrevivência vinculadas ao movimento internacional de capitais, depende das importações maciças para impor o seu modelo de desenvolvimento e se estabilizar enquanto direção. É claro que as multinacionais so podem olhar com bons olhos o grupo que abriu o mercado chinês ao Ocidente; as exportações chinesas entretanto estarão fatalmente condicionadas pelos preços do Mercado Mundial. As direções da Hungria e Polonia, que também enveredaram pelo caminho de vincular o seu desenvolvimento ao mercado capitalista, tiveram desagradáveis surpresas com os fluxos desse mercado.

O bloco anti-soviético

Na política externa que desde a época de Mao apresentava muitas indagações, não parece que ocorrerão mudanças profundas. A necessidade de se contrapor à URSS, que dava fundamento aos malabarismos diplomáticos de Pequim, não parece ter diminuído e podemos mesmo dizer que aumentou. Se considerarmos a solução adotada, de se modernizar o Exército com armas ocidentais vemos que ela se casa com a política de formar um bloco anti-soviético juntamente com a OTAN, fortalecendo as indústrias de armas ocidentais, tanto através de suas compras, tanto instigando os «falcões» do Ocidente. Quanto à evolução do atual conflito com o Vietnã, pouco se pode presumir. Invadir o Vietnã, que se encontra armado até os dentes, não parece ser muito provável. A política de provocações deve antes estar vinculada à necessidade de «manter a face», depois da derrota de seus aliados no Camboja. Mas também não podemos deixar de lembrar das ilhas do Mar da China, que Pequim arrebatou do governo de Van Thieu e não devolveu aos comunistas depois da libertação, e que parecem ser promissoras em petróleo.

Mas, em última instância a questão está nas mãos da população chinesa. Pode-se transformar um jovem em admirador de John Travolta, mas não toda a juventude chinesa; tampouco é possível mecanizar o campo chinês ao nível de se poder prescindir do campesinato. A curto prazo, é difícil alguma mudança substancial na China de Teng Hsiao-ping, mas é sem dúvida fruto da Revolução Cultural uma intensa consciência anti-burocrática. Se agora essa consciência encontra na ala direita do Partido o que pensa ser uma resposta à burocracia parece incrível, mas alguns depoimentos colhidos em Hong-Kong reforçam esta hipótese, o comportamento equivoco do aparelho partidário logo vai se mostrar incapaz de dar respostas aos anseios populares. Talvez, estão, Teng Hsiao-ping seja afastado do poder pela Terceira (e última) vez.

O Texano Chinês

Badaladíssimo pela imprensa norte-americana e internacional, convidado a churrascos e espetáculos do «oeste selvagem», presenteado com um chapéu do Texas e expressando opiniões políticas dignas dos mais ilustres (e reacionários) filhos desse grande Estado, do genro Barry Goldwater, o vice-primeiro ministro da República Popular da China encerrou no dia 5 de fevereiro sua visita aos Estados Unidos. Em sua bagagem Teng Hsiao-ping levou acordos que permitirão um intercâmbio comercial de 700 milhões de dólares entre os dois novos «aliados», além da perspectiva, cada vez mais provável, de modernizar o enorme exército popular chinês com armas norte-americanas. Tudo isso poderá implicar, no intrincado jogo da política chinesa, a consolidação de sua hegemonia sobre seus rivais na direção do P. C. Chinês.

E este poderá ser, a longo prazo, o aspecto mais importante de sua viagem. Teng Hsiao-ping ofereceu plenas garantias à direita norte-americana, saudoso dos bons velhos tempos do Vietnã e da administração Nixon, de que um eventual endurecimento anti-soviético (ou anti-vietnamita, anti-cubano, etc) seria efusivamente apoiado pela China Popular.

Numa entrevista pela televisão, Teng declarou que poderia ser necessário «dar uma lição» ao Vietnã — e isto, num momento em que a China mobiliza 100 mil soldados ao longo das fronteiras vietnamitas. E mais, numa entrevista ao Time, saudou o manifesto dos 170 generais almirantes norte-americanos, (retirados do serviço ativo) que denunciava o fato de a União Soviética estar marchando a passos largos para consolidar sua superioridade militar sobre os Estados Unidos — velho estribilho da direita, que data dos dias do macartismo. Sem falar de frases de efeito, do tipo «os vietnamitas são os cubanos da Asia», e de um convite ostensivo para que Richard Nixon participasse de um banquete em sua homenagem.

Com tudo isso — e mais 700 milhões de dólares para compras chineses — Teng Hsiao-ping marcou pontos em sua luta pelo poder. Teng ainda se apresenta como o mero continuador de políticas implementadas por Mao Tse-tung — embora já declare que «nenhum grande personagem pode ser infalível» e, sempre que possível, coloque em pé de igualdade Mao e Chou En-lai. Mas parece estar perto o dia em que o rompimento com o que resta da herança de Mao terá de ser feito abertamente.

Nesse dia, os Estados Unidos terão na China de Teng Hsiao-ping um aliado seguro, e o cerco à União Soviética será apertado de mais uma volta, o que poderá ter consequências desastrosas para a paz mundial. Mas isto não preocupa o teórico do pragmatismo e da política sem princípios, (afinal, que importa a cor do gato, desde que ele se volte contra a União Soviética e países como Cuba ou o Vietnã) Pode ser que os vietnamitas sejam os cubanos da Asia; mas Teng Hsiao-ping é, desde já, o texano chinês.

C. E.

O pensamento do "camarada" Teng

«Hegemonia» é uma palavra que seu governo tem usado frequentemente em referência à política soviética. A URSS tem cerca de 7% da população mundial e 10% da produção. Como o Sr. analisa a política soviética da atualidade, e que oportunidades vê na nova relação sino-americana para contrabalançá-la? Qual o significado real do termo hegemonia?

Suponho que vocês leram a carta de 170 generais e almirantes da reserva. Eu a li, e estou bastante de acordo com o documento. Estes generais estão na reserva, mas estão preocupados, e isto mostra, que a situação de fato não é tranquila. Eu disse a alguns amigos estrangeiros: o arsenal nuclear da URSS e o constante desenvolvimento de suas armas estratégicas significa que já se pode dizer que a URSS está em paridade militar com os Estados Unidos. O orçamento militar soviético mobiliza 20% do Produto Nacional Bruto. O que alguém faz com essas coisas? Sem estar em guerra, ela ampliou suas forças armadas, em três anos, e três milhões para quatro milhões de homens? Por quê alguém faz isso? E como nós frequentemente notamos, muitos subestimam o contínuo desenvolvimento das FFAA soviéticas e seu acúmulo de armamento convencional, inclusive de munição e estoques de cereais. Se alguém tem tantas coisas em suas mãos, chega o dia em que os dedos começam a coçar. Você não pode comer estes materiais, ou vestí-los. Você deve usá-los de algum modo. Nós já passamos por duas guerras mundiais, e ambas começaram a partir de pequenos incidentes. Estas coisas frequentemente se desenvolvem independentemente da vontade das pessoas envolvidas, talvez até independentemente da vontade dos atuais líderes soviéticos.

Em vista da situação triangular entre o Sr. a URSS e os EUA, deve ser reconfortante para o Sr. que tanto a China como os EUA tenham uma relação muito próxima com um quarto poder muito importante, o Japão. Não há equivalente para a URSS no seu lado da balança.

O problema é: após estabelecer esta relação entre a China, o Japão e os Estados Unidos, devemos em seguida aprofundar a relação. Se realmente queremos ser capazes de colocar bandeirinhas no urso polar, a única coisa realista para nós é a unidade. Se só dependemos da força dos EUA, esta não será suficiente. Se só dependemos da força da Europa, esta não será suficiente. Nós somos um país pobre e insignificante, mas se nos unirmos, bem, então teremos peso.

Recentemente, muita coisa apareceu na imprensa ocidental sobre a desmaoização da China. Até que ponto o legado de Mao ainda é relevante, e até que ponto o Sr. se afastou dessa herança?

Vocês podem ter notado que já declaramos em diversas ocasiões que nós continuaremos a tomar o pensamento de Mao Tse-tung como nosso pensamento-guia. E mais, muitos de nossos principios básicos são baseados nas diretrizes encaminhadas por Mao e pelo primeiro ministro Chou. Por exemplo, o desenvolvimento de relações entre nossos dois paises foi promulgado algum tempo atrás pelo próprio Mao... Isto foi feito a partir da nossa estratégia global de dividir o mundo em tres mundos. Segundo nossa visão desses tres mundos, o primeiro mundo consiste na URSS e nos Estados Unidos, mas neste conceito de tres mundos, procuramos estabelecer uma frente única contra o hegemonismo e para defesa da paz mundial, da segurança da estabilidade, e esta frente única inclui os Estados Unidos... Ao mesmo tempo, sempre consideramos que Mao Tse-tung não era incapaz de errar. Não podemos exigir que uma grande personagem não apresente falhas. Exigir isso é perder o contato com os pensamentos de Marx ou do próprio Mao Tse-tung. Além disso, há muitas coisas que Mao não pode vislumbrar durante sua vida, devido às limitações das condições então existentes. Agora há novas condições, e nós levantamos novas questões. Isto é inteiramente lógico, e não pode ser chamado de desmaoização. Por exemplo, a questão de absorver capital estrangeiro e tecnologia estrangeira para auxiliar nosso desenvolvimento. Durante a vida de Mao, as condições para isso não existiam.

O Sr. espera que Taiwan seja reunificada à República Popular da China nos próximos dez anos?

Há pouco tempo, eu disse a amigos americanos que dez anos é um prazo longo demais. Eu espero que isto aconteça ainda este ano, mas estou provavelmente sendo muito impaciente.

Como o Sr. vê o processo de reunificação?

Nossa política e princípios para a reunificação são muito justos e razoáveis. Respeitaremos as realidades de Taiwan, e enquanto governo local as autoridades de Taiwan conservarão seus direitos e poderes, mas dentro do contexto de uma só China. Isto significa que eles poderão manter uma certa proporção de FFAA próprias. Quanto ao comércio com países estrangeiros, eles poderão continuar. Também poderão manter seu sistema atual e continuar a levar seu próprio estilo de vida.

O capitalismo?

Claro que sim. A solução pode levar muito tempo. De fato, a maior parte da China, que vocês denominam China continental, também mudará e se tornará mais desenvolvida. Exigimos deles apenas que não existam duas Chinas, e que todos os patriotas devem pertencer à mesma família.

PERU

Os erros da greve geral

A greve geral de janeiro convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos, controlada pelo PC peruano, começou com um relativo sucesso no seu primerio dia, mas deu para trás no segundo, quando a própria CGTP retrocedeu e junto com ela, outros setores da classe trabalhadora também voltaram à normalidade.

Ela é objeto agora de um debate no interior da esquerda peruana que o nosso correspondente em Lima, Manuel Manrique registrou e que publicamos a seguir, aprofundando a avaliação iniciada em nosso nº 47.

A avaliação feita pela esquerda anteriormente à greve, quando ela discutia se participaria ou não desta, está sendo agora considerada como unilateral. Ela privilegiou as considerações sobre a tática do PC em relação às alianças que articularia, e seus propósitos políticos, vinculados a uma suposta estratégia frente aos setores reformistas, dentro e fora das forças armadas. Se bem que existam alguns elementos em que a interpretação se mostra correta, existe um, de importância singular, que parece equivocado e que por seu significado fez perder de vista um aspecto central da tática do PC. A esquerda sustentou reiteradamente que a CGTP convocou a greve a fim de permitir a negociação do PC com a ditadura militar, mas apontam em sentido contrário as seguintes considerações: As bases da CGTP, ligadas ao PC, mantiveram em algumas zonas industriais uma atitude combativa. A linguagem da CGTP em todo o período anterior e durante a greve foi bastante dura contra o governo militar, que respondeu à altura. Não fica clara a finalidade de negociação por parte do PC, já que seu enfrentamento contra a ditadura debilitou as suas possibilidades de negociação, tornando-as menores do que no período anterior à greve, e mesmo que a greve tivesse êxito, acarretaria um endurecimento do governo, levando-o aos braços da APRA e da ultra-direita. Tudo isso seria muito perigoso para o PC a curto e médio prazos. O fato é que qualquer negociação com os militares supunha a suspensão de greve antes de seu deflagramento, o que não aconteceu. Alem disso, o medo da greve por parte do governo combinou-se com o otimismo exagerado do PC sobre os resultados desta, o que faz supor que as conversações mantidas entre o Ministério do Trabalho e a CGTP não tiveram êxito.

A hipótese levada pela esquerda, mas que não foi aplicada à tática, foi correta. Precisou-se que o caráter da estratégia do PC foi determinado pelo seu projetode construir uma alternativa de poder a curto prazo, aglutinando forças políticas do reformismo objetivando uma aliança com os setores militares velasquistas fortalecidos no último momento de ascenso do movimento de massas. A partir desta hipótese, o fracasso da greve, aliado aos fracos resultados da romaria organizada por ocasião do aniversário da morte de Velasco Alvarado mostram que os setores reformistas não estão em condições de fornecer aos militares nenhum respaldo de massas mobilizadas.

Depois da greve ficou patente que a alternativa reformista ficou em situação de descalabro, e ampliou-se a brecha entre a ditadura e o PC, também ficou prejudicada a alternativa de o PC tornar-se suporte dos velasquistas em ascensão. Estes, antes do PC procurariam a APRA.

Mas a análise deveria atingir mais do que a simples explanação da estratégia do PC, procurando uma visão que desse conta da totalidade da luta de classes peruanas.

As condições gerais da greve

As organizações de esquerda superestimaram a capacidade de resposta do povo peruano à convocação da greve. A greve mostrou que as bases não estavam preparadas, e que as experiências negativas de greves anteriores pesaram bastante.

Na verdade a greve careceu de direção unificada, e a tentativa da CGTP de constituir-se em direção exclusiva foi um fracasso, os comitês unificados de luta, sem estrutura institucional clara, também não se fizeram presentes. A CGTP convocou a greve sem consulta de nenhuma espécie. A partir de sua interpretação particular, decidiu que era o momento de se realizar uma greve e arrastou o movimento popular para uma aventura que terá um alto custo para ele. A convocação não foi o auge de um processo preparatório organizado, e assim nada se podia dizer do real potencial da situação.Para o governo militar de Moralez Bermudez, a greve constituiu-se em uma verdadeira ameaça. Seu plano de entrega do poder aos civis, o plano de estabilização da economia e a Assembléia Constituinte perigavam com o êxito da greve. E ante a sua iminência, as forças armadas se unificaram, o espírito militar colocando-se acima das divergências conjunturais. Apesar do temor expressado, a ditadura mostrou ter assimilado as lições das greves anteriores. Agora, a repressão se adiantou aos acontecimentos, pondo em prática um plano de ação ideológica (através dos meios de comunicação de massa) era outro de caráter intimidatório, que teve como armas principais a repressão seletiva, a declaração do Estado de Emergência, a suspensão das garantias individuais, o fechamento de publicações e a intimidação pública. Dois dias antes da greve, tanques e tratores do Exército e da Guarda Civil circulavam pela cidade, sendo as favelas os lugares de maior concentração humana os pontos em que mais atemorizavam a população, comunicando à população que havia ordem de disparar contra quem perturbasse a ordem pública. Este quadro repressivo, finalmente traçado pelo governo, e complementado com a medida econômica de aumento de salários, foi a forma preparada pela ditadura para o enfrentamento que viria a ocorrer. Em relação às greves anteriores, a correlação de forças tinha se deslocado em favor da ditadura, que gozava de maior estabilidade política. Sua aliança com a APRA é fato que não cabe dúvidas, bem como com outros partidos burgueses e o empresariado. Esses se pronunciaram contra a greve. Haya De la Torre entrou no jogo emitindo opiniões semelhantes às do governo. A greve nacional encontrou a ditadura militar, a burguesia e suas organizações, unidos em um sólido bloco antipopular, situação totalmente distinta da encontrada nas greves anteriores.

Uma virada à direita

Por seu lado, a **burguesia** mobilizou seus instrumentos no rechaço da greve. Sentiu-se ameaçada e chamou o governo à repressão. A própria burguesia em suas diversas camadas, assim os amplos setores da sociedade que vivem sob seu domínio ideológico, teve uma atuação diferente das ocasiões anteriores. Na greve de julho de 77, favoreceu o plano, fechando fábricas e o comércio, e mantendo uma omissão cúmplice em relação à greve. Acabou capitalizando o movimento conquistando a Assembléia Constituinte e passando à ofensiva contra o governo.

Nesta última greve, a burguesia estava lado a lado com a ditadura militar. Tinha uma coincidência tática com esta, em meio a uma tendência crescente de unificação, embora ainda hajam grupos burgueses em conflito com o Governo, mas pode-se notar o desaparecimento das fissuras, uma vez que o governo mostra-se cada vez mais condescendente com sua demanda.

A Assembléia Constituinte foi uma caixa de ressonância contra a greve. Foi profusamente utilizada pela aliança reacionária entre a APRA e o PC, com clara liderança da primeira, que tem no plano de transferência quase a garantia de sua chegada ao poder. A bancada da esquerda foi silenciosa, e esteve longe de constituir-se em força ativa na preparação da greve. Enquanto a ditadura militar e seus aliados demonstraram ter aprendido com as greves anteriores, nada disso ocorreu com o movimento popular. Os inimigos do povo peruano traçaram uma tática de ataque à greve que deu amplo resultado, enquanto o movimento popular reeditava os mesmos mecanismos de luta e padeceu das mesmas deficiências.

Nesta ocasião, o bloqueio de pistas e ruas foi rapidamente controlado por bulldozers e pela colocação estratégica dos contingentes militares. Na noite anterior a greve, houve várias batidas nas favelas, pretestando o Serviço Militar obrigatório. O governo neutralizou e passou para o seu lado os choferes, que suspenderam a sua greve, aumentou o soldo militar e utilizou os dirigentes políticos e empresariais na repressão. E o movimento popular não respondeu à altura, utilizando-se dos mesmos métodos das greves anteriores.

Mais uma vez a greve não tinha uma estratégia geral. Para o PC e CGTP era uma medida de repúdio à política econômica, para outras organizações políticas era o golpe de graça ao regime militar, que daria as bases para a constituição de um governo popular. Não havia um programa concreto de ações em função da greve, como em outras oportunidades, mostrou-se falta de perspectiva para ação e ausência de iniciativa para montar-se eficazes mecanismos de luta.

A greve está sendo avaliada em função do significado e alcance das anteriores, e tomar aquelas como referência para julgar a efetividade da última greve, só pode colocá-la em desvantagem. Mas o que parece ser mais importante é que o fracasso não deve ser medido exclusivamente em função do contingente, de trabalhadores paralisados, mas nos resultados que a medida tem para os interesses táticos e estratégicos da classe operária e seu projeto de poder. A mobilização de julho de 77, apesar do número de parados, foi um revés para a classe operária, que perdeu toda uma geração de dirigentes sindicais. Nas greves «vitoriosas» pela magnitude, houve uma forte presença policlassista, que acabou fazendo o saldo político reverter contra os interesses populares.

Quem ganhou com a última greve

Ainda no primeiro dia de uma greve anunciada para três, a ditadura anunciava galhardamente seus escassos resultados. Desta vez não era simples fanfarronada, agora o governo tinha fatos a seu favor. A paralização havia sido parcial em importantes setores da classe operária e as grandes cidades do país não tinham perdido a sua aparência habitual. Pouco a pouco o governo e a APRA foram tomando fôlego e começando a tirar partido do fracasso da greve com grande arrogância.

Os dois grandes favorecidos pela greve foram a ditadura militar com a sua política entreguista e antipopular e a APRA, que se perfila ao lado de Moralez Bermudez. Em termos de classe, o proletariado sofria uma derrota enquanto que a burguesia conquistava posições mais favoráveis. A ditadura segue com seus planos e tem esses resultados para exibir ao Fundo Monetário Internacional. Momentaneamente conseguiu alguma estabilidade política.

A APRA pode apresentar múltiplas figuras, fingindo-se de ganhadora e dizendo que a greve fracassou porque é ela que tem o respaldo do povo peruano, hipótese que não pode ser julgada e só pode ser desmentida com prova ao contrário.

Os outros partidos da burguesia, as organizações empresariais e a burguesia como um todo, podem se vangloriar que o movimento popular perdeu sua capacidade de expressar exigências a partir de suas atuais lideranças.

Irã

A volta de Khomeini

C.E. Matos

As preocupações que cercam o retorno do ayatollah Khomeini ao Irã no dia 31 de janeiro, levaram inúmeros analistas a compará-la com a histórica travessia de Lenin pelo território alemão, no interior de um vagão blindado, até Petrogrado. Na Rússia revolucionária de 17 ou no Irã atual, estas viagens se constituiram em marcos de uma insurreição popular alimentada, anos a fio, pelo trabalho paciente desses dois ilustres exilados. Mas a comparação pode ir ainda mais longe: o retorno do mais implacável inimigo da dinastia Pahlevi introduz, na crise iraniana, um aspecto que foi objeto de longas análises dos principais líderes da Revolução de Outubro de 1917 — o problema do duplo poder.

Entusiasticamente recebido por 3 milhões de iranianos, Khomeini negou-se a qualquer diálogo com os «representantes ilegais de uma dinastia ilegal». Especificamente, suas palavras se dirigiam a Shapour Bakhtiar, que trocou anos de militância na direção de um partido, de tendência nacional-democrata e que reunia boa parte da **intelligentsia** modernizadora do país, pelo duvidoso privilégio de ser, talvez, o último primeiro-ministro de Reza Pahlevi. A seguir Khomeini anunciou a formação, a curto prazo, do Conselho Revolucionário Islâmico — e mostrou que falava a sério quando, em menos de uma semana, instituiu em Qom, capital espiritual dos 32 milhões de xiitas iranianos, seu «governo provisório» sob a chefia de Mehdi Barzagan. A partir desse momento, o Irã contava com dois governos irreconciliáveis: o do ayatollah, apoiado pelas massas e o outro — apesar de todas as declarações civilistas de Bakhtiar — sustentado pelas baionetas de regimentos de elite como a Guarda Imperial, atualmente privilegiados pela dinastia.

A inflexibilidade de Khomeini era previsível. Antes, já havia recusado qualquer diálogo com Bakhtiar — este lhe escrevera uma carta assinada em próprio nome (para não mencionar o título «ilegal» de primeiro ministro do Império) pedindo-lhe para adiar seu retorno ao Irã. Do mesmo modo, quando o chefe do Estado Maior das forças armadas realizou a façanha de prestar seu apoio «à Constituição e ao governo legal» sem mencionar uma vez sequer o nome do xá ou a monarquia — um gesto evidentemente conciliador, dirigido ao ayatollah — este permaneceu inabalável em seu propósito de reduzir as dimensões das forças armadas em sua futura «República Islâmica». Na verdade, depois de haver encarnado, durante mais de 15 anos, a oposição popular ao regime, Khomeini não iria se impressionar pelas declarações de Bakhtiar, de que seria prudente que o gabinete «republicano» fosse uma espécie de «gabinete fantasma, como os organizados pelos partidos de oposição nas democracias parlamentaristas». Do mesmo modo, a cidade de Qom não é «um pequeno Vaticano», como ironizou Bakhtiar; é o terreno de uma profunda experiência sócio-cultural, formalmente baseada nos preceitos do Corão mas, na prática, estruturada sobre um estilo comunitário de vida. A grande imprensa pode registrar apenas o sectarismo religioso, como a ausência de mulheres com roupas ocidentais nas ruas. Mas as cooperativas de Qom vão muito além disso, e encarnam um princípio básico de islamismo xiita: o auxílio mútuo entre a gente pobre sob a coordenação dos líderes livremente seguidos pela comunidade, os ayatollahs.

Foi a partir do «pequeno Vaticano» de Qom que teve início a aplicação do programa de Khomeini — e este programa está muito longe de qualquer tipo de sectarismo religioso. Além de se apoiar no trabalho comunitário, ele pretende evitar os grande projetos (que servem exclusivamente as multinacionais) em favor de uma indústria capaz de se desenvolver com recursos locais. Pronuncia-se pelo encorajamento à policultura em lugar da monocultura da exportação! Finalmente, o ayatollah afirma que «um governo islâmico assegurará a liberdade de expressão a todos — ateus, comunistas, minorias étnicas e religiosas — desde que não conspirem contra os interesses da nação».

Desenlace

Apesar das reservas que possamos tecer quanto a seu «islamismo», este programa corresponde aos interesses do campesinato, a esmagadora maioria da população iraniana. E, sobretudo, é frontalmente contrário a um Estado a serviço das multinacionais, armado até os dentes para a repressão a seu próprio povo (criada em 1957 pela CIA, a polícia secreta dispunha de mais de 50.000 informantes; as forças armadas reúnem 400 mil homens) e que reservou todos os lucros do petróleo a perpetuação dos privilégios dos setores ligados ao regime. O conflito entre o Irã de Khomeini e o da Guarda Imperial é inevitável, apesar das declarações conciliadoras e das propostas de modernização por etapas do primeiro-ministro Bakhtiar.

Até mesmo porque, com a onda de greves desencadeadas contra o regime «ilegal», a economia iraniana está totalmente paralisada. Devido a falta de matérias-primas, peças e combustíveis, que se acumulam nos portos em greve, inúmeras indústrias suspenderam a produção. Segundo a Câmara do Comércio, há cerca de três milhões de desempregados no país. A produção do petróleo caiu para 500.000 barris diários (seriam necessários 680 mil somente para as necessidades do consumo interior) e o abastecimento das cidades é bastante grave. A situação chegou ao ponto de membros do movimento para a Libertação do Irã, liderado pelo «primeiro ministro» Mehdi Barzagan, terem recebido a tarefa de determinar quais são as «greve boas», que prejudicam o governo sem atingir a população, e quais as greves más». Tarefa que lhes foi relutantemente entregue pelo «outro» primeiro-ministro.

Tudo isto reintroduz o tema clássico do desenlace de uma situação de duplo poder. Para que os soldados se rebelem contra seus superiores, repetiam incessantemente os líderes da revolução russa, é necessário que sintam que as massas não estão fazendo apenas mais uma demonstração, que «a coisa é pra valer». Além disso, é necessário um amplo trabalho no seio do exército.

A primeira destas condições já foi amplamente preenchida pelo povo iraniano, ao longo de um ano de choques constantes com os regimentos fiéis à dinastia. A segunda corporificou-se nos apelos que Khomeini dirigiu, por anos seguidos a seus seguidores, para que «tratassem bem» os soldados — e a quem convidou publicamente, de seu exílio, a não servir a um governo ilegal. Hoje, Khomeini declara ter o apoio de 60% dos soldados e da oficialidade jovem, enquanto Bakhtiar é sustentado pelos regimentos de elite e pelos escalões superiores das Forças Armadas. A menos que algum agente da Savak consiga êxito num atentado contra o ayatollah, é pouco provável que o exército consiga assistir «como espectador vigilante», como pretendia, à etapa final na luta pelo poder no Irã.

O segredo do Estado venezuelano

Tómas Vasconi entrevistado por Volker Petzoldt

Tomás Vasconi, sociólogo argentino, reside há cinco anos na Venezuela. Professor na Escola de Educação da Universidade Central da Venezuela, Vasconi é bastante conhecido na América-Latina por suas excelentes contribuições à discussão da problemática educacional e da ideologia. Sua produção teórica no Centro de Estudios Socio-Economicos (CESO) da Universidade do Chile, continua hoje na Venezuela, Recentemente publicou pesquisa sobre o Estado Militar latino-americano («Gran Capital y militarizacion en América Latina», ERA, México, 1978). Tais contribuições o situam entre os mais destacados intelectuais vinculados orgânica e existencialmente às lutas do povo latino-americano.

No Brasil, Tomás Vasconi tornou-se famoso no Movimento Estudantil que divulgou e debateu especialmente dois de seus trabalhos: «Contra a Escola» e «Universidade e Poder: Um Capítulo da Luta Ideológica no Chile», duas importantes contribuições na compreensão do papel da Universidade e da luta ideológica, na estratégica da transformação social.

Na primeira parte desta entrevista ao Em Tempo, Vasconi analisa alguns dos conceitos centrais expostos em seu último trabalho: «Estado y clases dominantes en Venezuela — Análisis de un modelo desarrollista-burgues-dependiente», ainda inédito.

Desde que Carlos Andrés Pérez assumiu a presidência na Venezuela (em princípios de 1974), tanto economistas e sociólogos, como setores da esquerda venezuelana falaram muito da inauguração de um «novo modelo». Você também, em seu último trabalho, desenvolve importantes hipóteses que justificariam falar desse novo modelo. Qual é hoje a sua opinião a respeito deste modelo? Quais são suas características mais importantes?

Em relação a sua primeira pergunta, se realmente com a presidência de Pérez se inicia um novo modelo no desenvolvimento venezuelano, a resposta mais simples, mais geral, seria dizer sim. Entretanto, de alguma maneira este modelo vinha se esboçando pelo menos desde a presidência de Rafael Caldera (1968-1973). Eu diria que este modelo corresponde a uma redefinição que se observa no capitalismo mundial a partir dos anos 60, que implica fundamentalmente em uma nova divisão do trabalho na ordem internacional e também uma redefinição do papel do Estado na economia venezuelana.

Num trabalho anterior coloquei esta transformação do Estado venezuelano como a transformação de um Estado típico de uma economia de enclave o Estado rentista, num Estado que eu chamava de **Estado organizador da produção.** A rigor, o que se deu com a presidência de Carlos Andrés Pérez já estava presente no último ano da presidência de Caldera, isto é, a possibilidade desta transformação. Ela dependia de uma decisão que foi tomada pelo governo de Caldera e que consistia nos governos dos países produtores de petróleo começarem a fixar, por si, o preço do petróleo, o que se concretizou em fins de 1973.

Carlos Andrés Pérez assume a presidência nessas condições, quer dizer, quando a OPEP começa a jogar um papel na ordem internacional quanto à fixação de preços. Isto não significa que a OPEP passe a enfrentar as multinacionais mas que estabelece uma nova modalidade de acordo; as grandes beneficiadas da nova fixação de preços são, indubitavelmente as multinacionais, mas, os países produtores de petróleo recebem agora uma cota infinitamente maior do que recebiam antes.

Existe então a possibilidade de inaugurar uma nova modalidade de desenvolvimento para a Venezuela, que não poderíamos entender totalmente sem levar em conta esta redefinição do capitalismo, que alguns chamam de multinacionalização, é que se caracteriza pelo fato de que as formas de acumulação se expressam agora a níveis internacionais. Já não é o imperialismo do tempo de Lenin, no qual de alguma maneira, uma nação explora a outra, mas trata-se agora da exploração de empresas multinacionais que estão um pouco mais além das nações.

A expressão política suprema disto, que justamente coincide com o início do governo de Carlos Andrés Pérez, é a criação da Comissão Trilateral. Porque aí já é como se o capitalismo tomasse consciência expressa e claramente das novas condições de desenvolvimento.

Mas como isto se manifesta na Venezuela?

Em primeiro lugar se expressa através das nacionalizações. Para mais além de qualquer ideologia ou interpretação ideológica das nacionalizações, estas fazem parte da nova divisão internacional do trabalho. É digno de nota que as multinacionais admitam as nacionalizações naqueles países que podem assegurar-lhes a continuação da produção nas condições anteriores, e que, portanto, não se alterará a produção capitalista a nível internacional. Isto depende, por um lado, do caráter de classe do Estado e, por outro, da eficiência desse mesmo Estado para assumir esta produção.

Isto jamais seria permitido a nenhum país africano que não poderia assegurar, como a Venezuela pode fazê-lo, a continuidade da exploração do petróleo pelas multinacionais.

No caso venezuelano o governo assume a responsabilidade de produzir petróleo e exportá-lo, mas ao encarregar-se disso, o faz se comprometendo. Tornou-se público na Venezuela através de uma série de artigos, documentos e até a nível do Parlamento, que existe um compromisso muito grande entre o governo e as multinacionais. Isto se observa claramente através de dois compromissos concretos: a «prestação de assistência tecnológica» por parte das multinacionais que significa um controle sobre as formas de produção e os «contratos de comercialização» que implicam para as multinacionais a manutenção do controle do mercado petrolífero internacional.

Naturalmente, esse novo tipo de associação com o capital imperialista tem características particulares em cada país, e é importante destacá-lo porque, do contrário, cai-se na hipótese do superimperialismo, que dizer : «as multinacionais manipulam todo o mundo, Estados não existem», etc. Não é assim. A verdade é que este tipo de transformações têm suas especificidades em cada país.

E quais são as especificidades da Venezuela que permitiram ao governo de Pérez encarar este tipo de transformações?

Em primeiro lugar, uma dominação burgueza muito nítida, muito clara, que a Venezuela conseguiu estabelecer depois da queda de Pérez Jiménez e da derrota da guerrilha e dos movimentos subversivos. Ela se manifesta claramente nas eleições de 73, quando Carlos Andrés Pérez foi eleito com 56% dos votos. Essa porcentagem somada à votação do outro partido burguês, COPEI (o partido social-cristão, dirigido por Rafael Caldera) alcançou 86,6% dos votos. Assim, logo que se dá uma certa conjuntura econômica e uma certa conjuntura política, que permitem que esse governo assuma uma nova política econômica, através da qual podem produzir-se uma série de transformações necessárias para que a Venezuela possa encaixar-se de outra maneira na nova divisão internacional do trabalho, isto é feito.

É preciso destacar que a Venezuela não é uma mera plataforma de exportação, nem é Hong Kong, nem Formosa, nem Panamá mas que tem sua dinâmica interna que nem sempre se ajusta necessariamente às condições exigidas pela nova divisão internacional do trabalho. Então, a meu ver, o que ocorre é que na Venezuela se acrescentam as contradições internas. Para entendê-las, penso que seria necessário voltar um pouco atrás.

Na Venezuela, nos anos 60 se deu uma consolidação da burguesia, onde a burguesia industrial passou a ocupar um papel hegemônico entre os blocos de poder. Até fins dos anos 60, já com o governo de Caldera, começaram a definir-se novos grupos associados também ao capital imperialista — assim como os anteriores — mas com algumas particularidades. Primeiro, são grupos que se constituem basicamente como grupos financeiros. Os grupos anteriores, como Mendoza, Volmer e outros, chegaram a criar uma base produtiva relativamente importante, que inclusive a esta altura têm certa autonomia em relação ao aparelho de Estado. Para esses novos grupos, que popularmente são chamados de «Doze apóstolos», «Grupo Ocidente» ou «Burguesia Emergente», o fundamental era que sua realização como fração burguesa dependia de sua capacidade de incorporar-se ao aparelho de Estado, de redefinir suas relações com o Estado. Quer dizer, em lugar de atuar como a velha burguesia o fazia, como rentista do Estado para a qual o Estado transferia parte da renda de petróleo, incorpora-se diretamente ao aparelho de Estado.

O problema da Venezuela — e para mim este é um dos aspectos essenciais do modelo e de certo modo condição de sua implementação, — é que este país instaurou a partir da queda de Pérez Jímenez um sistema democrático liberal onde o jogo de partidos é essencial. Creio que o jogo de partidos era eficaz para a dominação burguesa, mas não necessariamente eficaz para a transferência da hegemonia de um setor burguês a outro. Esta burguesia emergente não tem representação política. Não tem um partido. Nem a AD nem a COPEI representam os interesses desta fração. A questão era então, passar por cima dos partidos, por cima do jogo político e inserir-se diretamente no interior do aparelho de Estado. E foi isto que fizeram: empreender através de alguns personagens — Gumersindo Rodriguez, Carmelo Lauria, Pedro Tinoco — a reforma do Estado. Na época de Caldera, a reforma do Estado também havia sido colocada. Num sentido geral, era necessário um Estado mais eficiente. Mas agora, não se trata apenas de criar um Estado mais eficiente, mas um Estado que possa ser manejado além da problemática que cria a cena política. O que coloco em meu trabalho, é que se trata de criar um «Estado paralelo», diante da impossibilidade de levar a cabo uma reforma global, suprimir o parlamento, criar uma burocracia eficiente não politizada, quer dizer que seus membros não sejam recrutados por meio da carteira do partido, mas em função de sua capacidade para desempenhar determinadas funções.

Isto é muito importante porque revela que aqui, na Venezuela, existe um projeto que vai além do projeto político de um partido determinado. Dizíamos que, diante da impossibilidade imediata de uma reforma integral cria-se um Sistema Nacional de Empresas Estatais que constitui um Estado paralelo, no sentido de que é um aparelho administrativo, destinado a fazer funcionar as grandes empresas nacionalizadas. São gerados entes autônomos, que tem efetivamente uma grande autonomia em relação à burocracia tradicional do Estado. Assim, por exemplo, pareceria lógico que o petróleo fosse posto nas mãos do Ministério de Minas e Hidrocarbonetos, mas não é assim. Cria-se uma empresa estatal, a Petroven (Petróleo da Venezuela), que é uma empresa **«holding»**, que tem ações, para manejar a indústria petrolífera. E como este, são gerados outros entes autônomos para manejar distintos setores chaves nesse novo modelo. Isto quer dizer que a Petroven não tem porque prestar contas ao Congresso ou ao Tribunal de Contas da Nação. O general Alfonso Ravar, presidente da Petroven, tem total autonomia e depende apenas do presidente da República. Iclusive, em um dos projetos de Reforma, o chamado projeto Tinoco propõe a criação de uma instituição de controle interno para todo esse Sistema Nacional de Empresas Estatais, distinta do Tribunal de Contas geral de toda a nação. Aqui vemos claro como é o projeto desta burguesia emergente: criar este sistema e inserir-se nessa parte do aparelho de Estado.

O novo modelo é manejado exclusivamente em termos econômicos e políticos, ou tem também uma base ideológica, uma «justificação» em termos ideológicos? Concretamente me refiro ao auge de determinadas manifestações «nacionalistas» expressas em consignas oficiais tais como «Para a Grande Venezuela do futuro»...

Sim, esta questão tem de ser discutida, mas se passa o seguinte: como este modelo significa uma forma de reinserção da burguesia venezuelana no circuito internacional de acumulação , e nacionalismo expresso através do governo de Carlos Andres Perez (nacionalismo, terceiro-mundismo, latino-americanismo) tem significado particular muito preciso: um para fora e outro para dentro. Para dentro está muito claro: quando se nacionaliza o petróleo, também se «nacionaliza» a força de trabalho, quer dizer, essa força de trabalho já não pode fazer greve, porque «vai contra a Venezuela». Sua situação se torna diferente e cria-se a possibilidade de uma chantagem: «Bem, agora que nacionalizamos e petróleo, o que vocês querem?»

A meu ver, o nacionalismo para fora, é parte da natural disputa interburguesa para conseguir uma melhor negociação com os setores hegemônicos internacionais. É uma maneira de dizer: «Bem, senhores, nos lhes garantimos segurança interna, estabilidade, produção, mas não somos sócios, não somos mendigos que viemos pedir que nos deixem algo dos lucros...» O nacionalismo tem essa dupla expressão e além de mais, no caso particular de Venezuela, tal como ela está situada na América Latina, tem que jogar um papel no continente, em termos políticos e geo-políticos, por representar uma ponta de lança para a social democracia européia e por ser a pioneira da redemocratização da América Latina. É o exemplo de uma transformação como a que se operou no Brasil, mas não feita de modo autoritário, uma tentativa de não alterar formalmente — porque na realidade altera — o sistema democrático. Aqui jogam uma série de elementos que chamamos o subimperialismo, quer dizer, o projeto da burguesia venezuelana de estabelecer uma hegemonia além de suas fronteiras e fundamentalmente para a América Central e o Caribe.

Como explicar a formação de novos blocos na América Latina? É óbvio que a Venezuela trata de construir e liderar um bloco com aliados próprios, contra o bloco brasileiro, por exemplo.

Não faz muitos anos, a América do Sul se definia pela existência de dois pólos: a Argentina e o Brasil. O Brasil conseguiu resolver sua problemática política interna dando um golpe de Estado muito oportuno. Conseguiu redefinir o modelo de desenvolvimento e estabelecer uma real hegemonia na América Latina. Quanto à, Argentina, sua história política desde 55 mostrou que não era possível para esse país uma solução como a brasileira. Era extremamente difícil reprimir uma proletariado que tinha vigor, força... e ao mesmo tempo instaurar um novo modelo. Portanto, temporariamente, ela deixou de ser um polo.

Creio que o Brasil tem atualmente sobre a Venezuela, a vantagem de sua estrutura econômica, interna. A economia venezuelana enquanto estrutura é sem dúvida bastante frágil.

Mas a Venezuela passa a partir de 74, a ser uma extraordinária potência financeira e por isso tem uma capacidade de negociação muito grande. Para mim não deixa de ser interessante observar as contínuas viagens de membros do governo militar argentino à Venezuela. Não se trata de profetizar, mas existe alguma tendência no sentido de constituição de um bloco. Além do mais são economias complementares. O problema da Argentina é a energia. E um dos problemas da Venezuela são os alimentos. Portanto seria um eixo muito propício. Ademais, isto se misturaria com uma série de conflitos no âmbito geo-político. Nos casos de conflito entre Argentina e o Chile, o Brasil tenderia para o Chile, enquanto o Peru e a Bolívia tenderiam para a Argentina. Nesse caso a Venezuela poderia jogar um papel destacado, como o fez na Nicaraguá.

Mas, o que me põe em dúvida é que a Venezuela joga muitas cartas de uma vez. O fato de haver firmado o Pacto Amazônico indica que não está disposta a perder nenhum tipo de oportunidade. Neste sentido, Carlos Andrés Perez mostrou-se a nível internacional de uma lucidez extraordinária. Independentemente de que alguma vez haja cometido algum erro tático, teve um projeto a nível internacional, e jogou com todas as cartas. Embora representasse um projeto de redemocratização social-democrata para a América Latina, não teve nenhum problema de ir ao Brasil, de visitar Banzer, de receber Videla e ainda namorar Cuba.

«O que se trata agora na Venezuela não é apenas a criação de um Estado mais eficiente, mas de um Estado que possa ser manejado mais além da problemática que cria a cena política. Trata-se de criar um «Estado Paralelo» diante da impossibilidade de levar a cabo uma reforma global, suprimir o parlamento, e criar uma burocracia eficiente não politizada.»

«A transformação do Estado Venezuelano é a transformação de um Estado típico de uma economia de enclave, o Estado rentista, num Estado que eu chamei de Estado organizador da produção.»

«O imperialismo atual já não é o imperialismo do tempo de Lenin, no qual de alguma maneira uma nação explora a outra, mas trata-se agora da exploração de empresas multinacionais que se situam um pouco mais além das nações. A expressão política suprema disso é a criação da Comissão Trilateral.»

«A transformação operada na Venezuela nos últimos anos é o exemplo de uma transformação como a que se operou no Brasil, mas não feita de modo autoritário, numa tentativa de não alterar formalmente, embora de fato altere, o sistema democrático.»

«Internamente, o nacionalismo governamental tem um sentido muito claro: quando se nacionaliza o petróleo também se «nacionaliza» a força de trabalho, quer dizer, essa força de trabalho já não pode fazer greve, porque vai contra a Venezuela.»

Antônio Carlos Magalhães e o lançamento do jornal «Correio da Bahia»

Este homem se prepara para suceder Figueiredo

Antonio Magalhães

Imprensa e poder na Bahia: o futuro governador do Estado lança um jornal para fortalecer seu próprio nome no cenário político com vistas na próxima sucessão à presidência da república. Os ingredientes são notáveis como o padrão técnico de boa qualidade, editorial de Mino Carta e até mesmo um censor particular, para fiscalizar as prevaricações dos jornalistas contratados, pois como reconhece o dono: «vou intervir na redação sim senhor, pois do contrário acabam fazendo jornal contra mim».

Da sucursal

O jornalismo baiano morreu um pouco nas últimas semanas. Primeiro, quando o **«Jornal da Bahia»**, através de seu diretor presidente, João Falcão, não renovou o contrato de seu editor-chefe, Sérgio Souza, e de dois outros profissionais que o acompanhavam, Narciso Kalili e Guilherme Pinto. Segundo, quando o futuro governador, Antonio Carlos Magalhães pomposamente, bem a seu estilo, lançou, no último dia 15 de janeiro o **«Correio da Bahia»**, um jornal de sua propriedade e que, mais que seguramente, servirá apenas para garantir a conecução de seus objetivos políticos.

Talvez não caiba nenhuma nota funebre, sobretudo pelo fato de que os jornalistas baianos começam a compreender a necessidade de se organizar e nesse sentido pelo menos uma das chapas que concorrem às próximas eleições do Sindicato — **«Retomada»** — tem evidenciado que a única maneira de os profissionais se defenderem é lutando por seus próprios objetivos. Mas, para todos os que militam na imprensa baiana foi triste ver Sérgio, Narciso e Guilherme partirem depois de uma experiência, no **Jornal da Bahia**, que começava a dar os primeiros frutos. Logo após a saída dos três, a queda da qualidade do jornal foi evidente.

Mais duro ainda, até constrangedor, embora inevitável, é ter de trabalhar para o jornal do governador, especialmente quando se sabe com que tipo de temperamento está se lidando: uma acentuada megalomania, condimentada com alentada dose de truculência e rispidez, características que toda a sua história política tem confirmado. Claro que alguns jornalistas brasileiros, não se sabe exatamente por que razões, poderão denominar Antonio Carlos Magalhães apenas como um homem de «grandes emoções», «pujante de sentimentos», como surpreendentemente o fez Mino Carta, que assina o primeiro editorial do jornal.

Se Mino Carta, editor da revista **«Isto É»**, se derramou em elogios a Antonio Carlos, revelando-se grato pela solidariedade que este lhe dera quando, por pressões, saira da revista **«Veja»**, houve quem também, no plano nacional, fizesse justiça ao governador escolhido. Samuel Wainer, em artigo da **«Folha de S. Paulo»**, de 16 de janeiro, relembra o passado de Antonio Magalhães: um tenaz, implacável perseguidor da imprensa, homem que chegou a levar a Justiça Militar o ex-editor-chefe do **Jornal da Bahia**, João Carlos Teixeira, isso sem contar o boicote econômico que fez àquele jornal, quase levando-o à falência.

Mino tem razão quando mostra em seu editorial do **«Correio da Bahia»**, certamente encomendado por Antonio Carlos Magalhães para dar mais pompa ao primeiro número, a falácia do chamado jornalismo objetivo. Porém, é mais do que certo que, do ponto de vista da realidade, ancorado nos fatos e analisando a tradição daqueles que detêm o poder nos últimos 15 anos, Samuel Wainer está muito mais próximo da verdade do que o ilustre editorialista. Aliás não precisou muito tempo para que a «Pujança de sentimentos» de Magalhães se manifestasse, ou melhor, manifestou-se já no primeiro número. E agora o adversário não será mais o **Jornal da Bahia** mas os próprios jornalistas, seus assalariados.

De cara bem a seu estilo, Magalhães instaurou o terror na redação. Estabeleceu a censura prévia, proibiu a entrada dos funcionários pela porta principal do jornal e ainda por cima chegou ao absurdo de querer que toda a redação assinasse um contrato — ilegal — de sete horas diárias de trabalho quando a lei estabelece cinco horas para os jornalistas. Para cumprir o papel de censor destacou seu futuro secretário de Comunicação Kleber Pacheco, que desde o primeiro número, invariavelmente comparece a redação a partir das 19 h para censurar e alterar as matérias que tenham a mais leve crítica ao seu amo e senhor.

Por causa da censura prévia, logo no primeiro número, o jornal só chegou às bancas no final da tarde. Segundo foi divulgado pelo **Estado de São Paulo** os editores que resistiram para aceitar o veto de uma matéria que falava sobre os cassados e a inclusão de duas matérias feitas no escritório de Magalhães: uma delas afirmava que o próximo presidente da Câmara Municipal seria Cícero Vilas Boas, adesista do MDB, preferido de Magalhães a outra, falava das dificuldades que ele, Magalhães iria encontrar no próximo governo para «normalizar a vida administrativa baiana», numa clara crítica ao atual governador, Roberto Santos, com quem vive às turras.

Sem dúvida alguma foi a eficiência de Kleber Pacheco que garantiu até agora que não saisse uma vez sequer qualquer crítica ao seu patrão. Estranhamente, foi publicada uma matéria sobre o adesismo baiano que simplesmente não fala em Antonio Carlos, quando a Bahia toda sabe, que foi ele quem criou e fomentou pelo tempo que quis a atuação dos adesistas no MDB. Mais estranho ainda foi um editorial do jornal ter criticado uma nota distribuida pelo deputado Domingos Leonelli que foi vetada no **Correio da Bahia**. Na nota, publicada pelos outros jornais Leonelli dá um espalho em Antonio Carlos e Roberto Santos por estarem brigando entre si as custas do erário público.

Intervenção, sim senhor!

Alguns jornalistas que alimentavam a ilusão de fazer um jornal sem a interferência de Magalhães, perderam a esperança depois de uma coletiva que ele concedeu, apos a saída de uns três números do jornal. Muito alegre e expansivo, talvez pelos ministérios e segundos escalões conquistados, ele afirmou pra quem quisesse ouvir, diante da pergunta de um repórter de **O Estado de São Paulo**, «que iria intervir na redação sim senhor. Se eu não fizer isso, argumentava, a redação acaba fazendo um jornal contra mim».

Ironia a parte, o fato é que praticamente todos os editoriais têm a marca indiscutível de Antonio Carlos. A única que se salvou (pelo menos até agora) é a editoria de internacional, talvez por ser uma área que ainda não esteja nas pretensões do vice-rei do nordeste. A geral (editoria de cidade) aparentemente corre livre até março quando Antronio Carlos assume o governo. Mas, numa análise cuidadosa da editoria verifica-se claramente que o grosso das materias falam de «gravidade» (são graves mesmo) dos problemas de habitação, saúde, educação, limpeza urbana, etc, com o claro objetivo de desgastar a atual administração municipal e estadual e preparar o terreno e as «desculpas» para as dificuldades que Antonio Carlos terá para resolvê-los em quatro anos. Já existe inclusive quem aposte que a partir de março o jornal passará a publicar os «milagres» feitos por Magalhães. Mas, é na editoria de política que a presença do dono do jornal está mais assintosa. Numa leitura cuidadosa de todos os números fica a constatação que algo de grave está ocorrendo; primeiro pela «frieza» da cobertura em vários números, quando o jornal deixou de noticiar momentos importantes da política local (particularmente do MDB), causando inclusive elucubrações dos deputados oposicionistas, pois são entrevistados pelo jornal e a matéria não sai. Em segundo lugar, volta e meia, aparece um telegrama de economia ou de outra área na editoria de política, que não é outra coisa do que os efeitos da censura. Um detalhe importante é que quando publica alguma coisa sobre o MDB baiano, ao lado tem uma ou mais matérias com os arenistas, muitas delas frias e sem nenhuma ligação com os acontecimentos do dia. Afinal, isso é fundamental porque ACM já deixou bastante claro para todo mundo, que o jornal tem de ter na sua parte política local, 70 por cento de matérias alusivas a Arena baiana. Tarefa impossível de ser cumprida diante do marasmo do partido na Bahia e da total subservivência dos parlamentos situacionistas, que quando interpelados pelos jornalistas na Bahia, respondem que não tem opinião sobre o assunto quando falam alguma coisa frisam que «tem a mesma opinião de Antonio Carlos».

O que se sabe com absoluta certeza é que com **O Correio Bahia**, o senhor Antonio Carlos Magalhães pretende atingir um projeto político muito alto. Segundo políticos do estado, o jornal será um instrumento para fortalecer seu nome no cenário nacional e contribuir para o lancamento da sua candidatura à próxima sucessão à presidência da República. Daí, ser fundamental que a nível local, Antonio Carlos consiga solidificar sua influência e poder junto ao Planalto, garantindo que a Bahia continue sendo a principal base eleitoral da ditadura e amplie seu raio de ação, inclusive para o Nordeste. Para alcançar seu objetivo, nada melhor do que um jornal de boa qualidade para propagandear a nível nacional seus sucessos.

Fantasma do comunismo já ronda a redação

Dois aspectos importantes podem jogar por terra as ambiciosas pretensões de Magalhães. O primeiro é o crescimento da oposição na Bahia e a perda qualitativa e quantitativa da influência das forças reacionárias junto ao povo baiano, e isso nenhum jornal por mais tendencioso que seja pode evitar. A prova evidente é que a Arena, apesar de ser maioria no Estado, sua atuação em termos políticos é pelo menos mil vezes inferior a do MDB.

O segundo detalhe é que o futuro governador pretende fazer um bom jornal porque só, assim terá penetração no meio da população. Mas, para fazer um «bom jornal» ele sabe também que precisa de bons jornalistas. E os bons jornalistas não figuram no seu cordão de puxa-sacos. Assim, como a totalidade da equipe que compõe a redação (ou quase, porque nunca se sabe) não esta disposta a ser joguete nas mãos de Antonio Carlos, não vai ser tão fácil como ele imaginava, que os jornalistas do **Correio da Bahia** aceitem as proibições e censura de matérias sem luta. E não demorou muito para que a primeira vitória fosse conquistada pela redação, quando se conseguiu que nos contratos de trabalho constassem as cinco horas diárias e não sete como a empresa pretendia. E a luta contra presença do censor Kleber Pacheco se ainda não foi vitoriosa a ponto de retirá-lo da redação, pelo menos tem evitado que muitas matérias sejam censuradas.

Esse tipo de resistência da redação parece que não estava nos planos do futuro governador. Tanto é verdade que no assomo do desespero ele ameaça demitir todo mundo e vender o jornal, como chegou a confidenciar ao diretor-administrativo do jornal **A Tarde**, que se encarregou logo de espalhar a notícia pela cidade. Por causa da publicação de uma entrevista com o emedebista Elquisson Soares toda a editoria de política e o secretário de redação, Amauri Melo quase são demitidos, conforme o diretor da **A Tarde** segredou no meio jornalístico. Até mesmo o editor-chefe do jornal Sergio Toniello foi ameaçado de demissão «porque estaria sem pulso para controlar os comunistas na redação» segundo ACM confidenciou com os amigos.

Fantasmas e comunistas a parte, não resta dúvida que ACM vive um impasse: ou recua da sua interferência na redação ou terá que no mínimo substituir praticamente todos os jornalistas por seus assessores de imprensa porque ninguém está a fim de abrir mão de um jornalismo criterioso (ao nível da grande imprensa é claro) para servir aos caprichos políticos de Magalhães.

E mesmo os jornalistas gaúchos que trouxe do Rio Grande do Sul para estruturar o jornal, apesar não se saber exatamente o que pensam, está mais do que claro que eles não vão se submeter ou deixar ultrapassar os limites da interferência patronal que existe na grande imprensa. Como Antonio Carlos quer interferir muito mais do que isso, dificilmente os gaúchos vão topar. E o dilema de Magalhães é exatamente baixar a qualidade do jornal, que pelo menos do ponto de vista gráfico e de linguagem é muito superior aos jornais locais. De qualquer forma, o impasse está criado e há quem diga que o **Correio da Bahia** virou um barril de pólvora que **pode explodir** a qualquer momento: ou do lado de Antonio Carlos que, **num momento** de convulsão pode demitir todo mundo ou do lado **dos jornalistas** que parecem dispostos a enfrentar a parada e lutar até o fim pela conquista de um mínimo de autonomia profissional.

EM TEMPO:

Esporte & Poder

Melê no futebol baiano

Até o futuro governador do estado, Antonio Carlos Magalhães, entrou na crise que atravessa o esporte na Bahia. A sucessão presidencial na Federação de futebol pouco ou quase nada teve de esportiva. Ocorreram mirabolantes «jogadas» que escaparam às salas da entidade e percorreram os gabinetes dos políticos governistas.

Por Fernando Escariz

A crise que atravessa hoje o futebol baiano, agravada pelo confuso processo sucessório de sua Federação, trouxe mais uma vez à tona uma velha imagem: o futebol - doping para mais de 115 milhões de brasileiros - continua sendo manipulado como trampolim político, alcançando as mais terríveis projeções sócio-econômicas.

A sucessão presidencial da Federação Baiana de Futebol pouco ou quase nada teve de esportiva. Ocorreram as mais mirabolantes «jogadas», qua não só tiveram como cenário as salas e os corredores da entidade, mas que, acima de tudo, percorreram locais «estranhos aos meios esportivos» como o gabinete do próprio governador eleito - ou já de fato - da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. É verdade que Magalhães esteve o mais distante que pôde de toda essa movimentação - esperto, como é, não queria expôr seu nome - mas delegou poderes a seu filho, o jovem deputado estadual Luiz Eduardo Magalhães, para acompanhar e, se necessário, interferir no quadro sucessório. É verdade também que o torcedor hoje já enxerga mais horizontalmente e não mistura tanto as coisas do futebol com o seu voto - nenhum dos chamados «candidatos do esporte» se elegeu na última eleição na Bahia - eo ópio parece estar perdendo o seu efeito.

Irregularidades

Presidia a Federação Baiana de Futebol o advogado Raimundo Dias Viana, recém-derrotado nas suas pretensões de chegar a uma cadeira na Câmara Federal. Foi em vão o seu «esforço», distribuindo dinheiro e material esportivo entre clubes e ligas do interior com fundos do futebol, impondo participantes ao campeonato baiano da primeira divisão que não tinham a mínima condição mas que poderiam lhe render votos, burlando regras e regulamentos em busca de redutos eleitorais. Apesar de sérias irregularidades na sua administração - todas com objetivos políticos -, Viana há uma semana da eleição já teria praticamente assegurada a sua permanência por mais três anos na entidade não fosse o inesperado lançamento da candidatura do radialista e empresário Antonio França Teixeira, um dos proprietários da Rádio Clube do Salvador. Não que França fosse a solução para a FBF ou portasse uma reputação ilibada. Muito longe disso está o discutido radialista que na verdade é quem mais usou nos últimos anos o «tráfico de influência» na Bahia, de que a sua própria ascensão social e, principalmente, econômica, é o maior testemunho.

Apesar de ter no nome uma homenagem à França, o radialista nasceu na Bahia e passou uma infância difícil no pobre bairro da Liberdade. Mas tão logo alcançou o microfone, aos 14 anos, França mostrou-se obcecado pelo poder. Usou o elogio fácil em troca dos mais diversos favores e a crítica ofensiva e pessoal, que segue impunemente até hoje, humilhando, coagindo e intimidando a todos quantos ousem não atender às suas imposições, com a conivência de órgãos - como o Dentel e o Departamento de Censura da Polícia Federal - que se fazem de surdos para as suas agressões enquanto perseguem e punem os mais conceituados nomes da cultura brasileira.

Sem muita dificuldade, França não só alcançou uma grande popularidade como também aproximou-se de pessoas estratégicas para a sua ascensão, muitas das quais com quem mantém hoje os mais estreitos laços de amizade. O ex-superintendente do departamento de Policia Federal na Bahia, Coronel Luis Arthur de Carvalho, hoje Secretário de Segurança Pública, é uma delas. O governador eleito Antonio Carlos Magalhães a quem França chama de «Pelé Branco» é outra, que inclusive comentou o seu relacionamento com o radialista há cerca de duas semanas com um grupo de jornalistas políticos confessando que «França é meu amigo, nós nos ajudamos mutuamente».

França foi quem «animou» dependurado em um «trio elétrico» o comício do general João Batista Figueiredo no bairro da Liberdade, em Salvador, exigindo aos berros «o carinho e as palmas do povo da Bahia para o nosso João, que está aqui ao lado de vocês». E assim, França foi chegando, explorando a vaidade de alguns e o mêdo que muitos têm dele, não mais enfrentando a inclusive um velho problema: as tentativas de agressões. Certa vez, chegou a ter que se ajoelhar aos pés de um dirigente do Ipiranga - clube da divisão de profissionais - para implorar perdão pelas ofensas que lançou pelo rádio e, em outra oportunidade, fugiu pelos fundos da emissora em que trabalhava correndo do treinador Paulo Amaral, a que, minutos antes, anunciara no microfone e passara uma fita com um jegue relinchando. Hoje França está livre desses pro lemas com os «leões de chácara» que o acompanham dia e noite e, às vezes, carregam o radialismo nos braços quando este quer **simular** a homenagem e o carinho da «família baiana».

A grande conquista de França Teixeira, porém, foi a Rádio Clube de Salvador, uma das mais novas emissoras da cidade, construída e aparelhada à base do «tráfico de influência» e do «jogo de interesse», no qual esteve envolvido até o Ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, a quem o radialista foi levado por um diretor da empresa Norberto Odebrecht. Porém, aos 34 anos, járico, França sentiu que lhe faltava o poder político, algo maior e mais influente que a Rádio Clube, que colocasse em condições de não mais enfrentar problemas econômicos como a crise financeira que assolou a emissora meses antes de sua candidatura. Surgiu a oportunidade, usando a Federação Baiana de Futebol como ponto de partida, alcançar algo mais forte e mais próximo do centro de decisões, uma vaga na Câmara Federal ou no Congresso quem sabe. «Se eu fosse candidato a presidência da República um dia e só valessem os votos da Bahia seria fatalmente eleito» confessou França certa vez a um amigo.

Depois de uma campanha radical, pessoal e ofensiva contra Raimundo Viana, França lançou-se candidato. E não teve dificuldades para ganhar o pleito porque também não as teve para lançar mão de todos os meios que possibilitassem a sua chegada a cadeira de presidente da Federação. Pressionou, coagiu, subornou, mas conseguiu. Contou inclusive com o velado apoio — e algumas telefonemas pressionadores — do filho de Antonio Carlos Magalhães, o deputado Luis Eduardo Magalhães, que antes de França lançar-se candidato havia dado total apoio à reeleição de Raimundo Viana, seu ex-professor na Faculdade de Direito e correligionário arenista.

Antonio França Teixeira, porém, não passou nem 48 horas à frente da Federação Baiana de Futebol. Sentiu que a entidade estava no caos, muitas contas a pagar e nenhum dinheiro em caixa ou perspectiva de conseguir verba para cobrir as despesas. Temeu o desgaste, principalmente porque sentiu que o seu prestígio era bem menor do que supunha. Quase leva uma «surra» quando tentou testá-lo numa reunião do Vitória — um dos clubes grandes da Bahia — Então renunciou sob o falso e demagogico argumento de que havia se candidatado «para somar e não para dividir» diante da ameaça do Vitória de não disputar o Campeonato Baiano com França à frente da Federação. Desesperado, chorou, partiu para cenas circenses e para agressões pessoais e ofensivas contra o presidente eleito do Vitória, Raimundo Rocha Pires.

Pena que todo esse processo não passasse de uma grande farsa, da qual o ex-presidente Raimundo Viana tinha total conhecimento. As eleições, com voto plural, foram ilegais por terem desrespeitado a Lei do Conselho Nacional de Desportos (CND) que determinava o voto unitário o que, na verdade significa que França nunca foi presidente da Federação Baiana de Futebol.